

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MATEMÁTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE MATEMÁTICA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NUMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA:
INTERPELANDO PROJETOS HEGEMÔNICOS DE PODER A PARTIR
DE MOVIMENTOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA NEGRA**

TAMIRES TORRES DA PURIFICAÇÃO

RIO DE JANEIRO
2022

TAMIREZ TORRES DA PURIFICAÇÃO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NUMA PERSPECTIVA
ANTIRRACISTA: INTERPELANDO PROJETOS HEGEMÔNICOS DE
PODER A PARTIR DE MOVIMENTOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO
FINANCEIRA NEGRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Ensino de Matemática, sob orientação do Prof. Dr. Cleber Dias da Costa Neto.

RIO DE JANEIRO
2022

CIP - Catalogação na Publicação

T985e Torres da Purificação, Tamires
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NUMA PERSPECTIVA
ANTIRRACISTA: INTERPELANDO PROJETOS HEGEMÔNICOS DE
PODER A PARTIR DE MOVIMENTOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO
FINANCEIRA NEGRA / Tamires Torres da Purificação. -
Rio de Janeiro, 2022.
172 f.

Orientador: Cleber Dias da Costa Neto .
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Matemática, Programa
de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, 2022.

1. Educação Matemática. 2. Educação Financeira
Crítica. 3. Relações étnico-raciais. 4. Antirracismo.
I. Dias da Costa Neto , Cleber , orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NUMA PERSPECTIVA
ANTIRRACISTA: INTERPELANDO PROJETOS HEGEMÔNICOS DE
PODER A PARTIR DE MOVIMENTOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO
FINANCEIRA NEGRA**

TAMIRES TORRES DA PURIFICAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Ensino de Matemática

Aprovada em: 19 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cleber Dias da Costa Neto (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Profa. Dra. Bárbara Carine Soares Pinheiro
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior
Universidade Federal de Juíz de Fora – UFJF

Prof. Dr. Amilcar Araújo Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Dr. Victor Giraldo
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Aos meus dois grandes amores e mestres dessa vida:

Ailton da Purificação e Jeroni Torres

Dedico também às Mulheres Matemáticas, que me atravessaram e me inspiraram a fazer Mestrado:

Girassóis Ímpares

A Imersão permite o pertencimento em potência, seja com fator n ou f , com privilégios e principalmente os sem.

A inspiração chega em permutação e as singularidades se transformam em pluralidades: múltiplas, derivadas e que tendem ao infinito.

A distância entre os zeros e uns é condição suficiente para construir uma narrativa em conjunto, ainda que possua domínio de funções de várias variáveis.

A Matemática, substantivo feminino, no grau da complexidade dos resultados em aberto, será força motriz de movimento e política

Se, e somente se, as histórias cruzadas formam laços com frequência de existência e unicidade.

Tamires Torres da Purificação

AGRADECIMENTOS

Nesses 25 anos de existência, tenho descoberto que *a força das águas que me percorrem e me conduzem são maiores do que todas as barragens que possam vir a me atravessar*. Isto é, confio no axé dos meus caminhos e por isso agradeço primeiro ao que não vejo, mas sinto. Aos meus ancestrais (espirituais e físicos) que rodaram a roda para que hoje eu seja.

À minha mãe Jeroni e ao meu pai Ailton por sempre sonharem e realizarem meus sonhos comigo. À minha avó Deda e tia avó Dete por serem minhas matriarcas referências de afeto, e força feminina.

Aos meus demais familiares e parentes, pelo amor e apoio imensurável: da *Família Torres* - em especial às minhas tias Jeje e Pepita, por se envolverem com minha pesquisa, me ajudando com as entrevistas - e da *Família Purificação*, em especial à minha tia Leninha e prima Echile (e demais amigas) por terem sido casa e abrigo em Araruama nestes últimos 2 anos, onde sempre fui bem acolhida, principalmente nos momentos de saudade de Salvador.

Aos meus amigos da vida por trazerem sempre a leveza e o respiro junto com meus familiares de que o mestrado era só mais uma parte dessa vida, em especial: Ellen, Luciana, Victor, Vanessa, Nadja, Leosan, Felipe, Rafael, Yasmin, Larissa, Diogo, Paula e Janaína, Amo vocês!

Ao Cleber, meu orientador, por ter se tornado um amigo, pela confiança e paciência com o meu processo de maturação acadêmica, além de nossas trocas inspiradoras e subversivas.

Aos membros da banca: Bárbara, Victor, Amílcar e Marco, por serem pessoas e profissionais que admiro e pelas contribuições valorosas na qualificação.

À Marta Alencar, pela minha primeira conversa do meu tema de pesquisa, pois foi ela quem me deu um “estalo”, falando que a feira do Nordeste de Amaralina era um exemplo de resistência e movimentação financeira que os moradores realizavam há anos.

Aos meus amigos, colegas e docentes do LaPraME e do PEMAT, em especial a Wash, Gabriel, Pedro, Ivo e Adriana Lima pelo compartilhamento de momentos acadêmicos também de histórias de vida. E mais, agradeço também a outras amigas, que conheci pelos caminhos da pesquisa acadêmica e de extensão, que foram extremamente importantes para as “fritações” de ideias, com leituras e discussões preciosas: Priscila, Roberta, Sílvia e a todas as mulheres

dos coletivos de Estudo de Autoras Negras e Matemáticas Negras e a todas as pessoas do Afirmação na Pós-Graduação da UFMG, do CAP Popular, da SBEM- RJ E DO Grupo de Estudos que também foram fundamentais para as minhas formulações de interpretação da realidade.

Aos meus alunos e alunas pelos ensinamentos a essa professora-pesquisadora, a psi.Amanda, à equipe do MV1, a D. Ângela, Sr. Aécio, Amanda, as amigas do Crossfit e da Tijuca pela acolhida nesse errejota. Além disso, agradeço ao meu eterno bairro Nordeste de Amaralina e as pessoas que participaram das entrevistas da pesquisa. Também agradeço a todos os encontros e desencontros afetivos que me compuseram até aqui.

E por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado, que foi fundamental para a realização dos meus estudos nesta etapa.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a educação financeira numa perspectiva antirracista, valorizando movimentos (conscientes ou não) de organização financeira de pessoas que foram historicamente subalternizadas, em particular, as pessoas negras. Na primeira parte observamos aspectos históricos da organização econômica dos negros, por meio de uma revisão bibliográfica das ações de escravizados que poupavam dinheiro para comprar suas liberdades, além de organizações como as irmandades que foram fundamentais para que pessoas negras escravizadas ou livres se organizassem financeiramente à época. Na segunda parte, a partir de uma visão sobre *Escrevivências*, investigamos como um grupo de pessoas do bairro periférico Nordeste de Amaralina em Salvador, Bahia, têm se organizado financeiramente nos últimos 2 anos em ações coletivas que realizam, como a do caixa-financeiro. Sendo assim, fundamentamos a pesquisa pelo eixo teórico de *Educação Financeira Crítica* interpelado pelas *teorias de-coloniais* e da *teoria étnica* e de *perspectivas antirracistas* que são nossas escolhas para compreender a construção do problema de pesquisa. Como resultados, observamos algumas continuidades e descontinuidades envolvem as ações que pessoas negras realizam sempre que necessário para conseguir viver em melhores condições, sendo caracterizadas como ações de resistência. E por fim, pensamos que esta discussão gira o caminho de investigações para as produções do campo da Educação Matemática que desejarem se debruçar sobre como as relações étnico-raciais atravessam sobretudo a Educação Financeira e o Ensino de Matemática Escolar.

Palavras-chaves: Educação Matemática, Educação Financeira Crítica, Relações étnico-raciais; Antirracismo.

ABSTRACT

This research aims to investigate financial education from an antiracist perspective, valuing movements (conscious or not) of financial organization of people who were historically subalternized, in particular black people. In the first part we observe historical aspects of the economic organization of black people, through a literature review of the actions of enslaved people who saved money to buy their freedom, as well as organizations such as brotherhoods that were fundamental for enslaved or free black people to organize themselves financially at the time. In the second part, based on a vision about Livelihoods, we investigate how a group of people from the peripheral neighborhood Nordeste de Amaralina in Salvador, Bahia, have organized themselves financially in the last two years through collective actions they carry out, such as the cash-box. Thus, we base our research on the theoretical axis of Critical Financial Education interrelated by de-colonial theories and ethnic theory and anti-racist perspectives that are our choices to understand the construction of the research problem. As results, we observe some continuities and discontinuities involving the actions that black people perform whenever necessary to be able to live in better conditions, being characterized as resistance actions. And finally, we think that this discussion turns the way of investigations for productions in the field of Mathematics Education that wish to address how ethno-racial relations cross especially Financial Education and School Mathematics Teaching.

Keywords: Mathematics Education, Critical Financial Education, Ethnic/Racial Relations; Anti-racism.

*A música é a língua materna de Deus
Foi isso que nem católicos nem protestantes entenderam
Que em África, os deuses dançam
E todos cometeram o mesmo erro
Proibiram os tambores
Na verdade, se não nos deixassem tocar os batuques
Nós, os pretos, faríamos do corpo um tambor
Ou mais grave ainda
Percutiríamos com os pés sobre a superfície da terra
E assim
Abrir-se-iam brechas no mundo inteiro*

(Maria Bethânia)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa do Aglomerado de Bairros do Nordeste de Amaralina - 2019.....	77
Figura 2 - Infográfico sobre Raça do Aglomerado de bairros do Nordeste: Chapada do Rio Vermelho.....	78
Figura 3 - Infográfico sobre Raça do Aglomerado de bairros do Nordeste: Nordeste de Amaralina.....	78
Figura 4 - Infográfico sobre Raça do Aglomerado de bairros do Nordeste: Santa Cruz Nordeste: Santa Cruz	79
Figura 5 - Infográfico sobre Raça do Aglomerado de bairros do Nordeste: Vale das Pedrinhas.....	79
Figura 6 - Infográfico sobre Rendimento Nominal Médio e Rendimento Mensal por faixa salarial - Chapada do Rio Vermelho.....	81
Figura 7 - Infográfico sobre Rendimento Nominal Médio e Rendimento Mensal por faixa salarial - Nordeste de Amaralina.....	82
Figura 8 - Infográficos sobre Rendimento Nominal Médio e Rendimento Mensal por faixa salarial - Santa Cruz.....	83
Figura 9 - Figura X - Infográficos sobre Rendimento Nominal Médio e Rendimento Mensal por faixa salarial - Vale das Pedrinhas.....	84
Figura 10 - Exemplo Ilustrativo de “Caixa - Financeiro”	106
Figura 11 - Exemplo de uma rifa virtual de grupinho - animais.....	135
Quadro 1 - Tempo por Entrevista.....	91
Quadro 2 - Perfil das pessoas entrevistadas	94
Quadro 3 - Questões do Eixo 1 - Visão do Bairro	95
Quadro 4 - Questões do Eixo 1 - Visão do Bairro - Parte 1.....	96
Quadro 5 - Questões do Eixo 1 - Visão do Bairro - Parte 3.....	97
Quadro 6 - Questões do Eixo 1 - Visão do Bairro - Parte 2.....	102
Quadro 7 - Questões do Eixo 2 - Caixa Financeiro	106
Quadro 8 - Questões do Eixo 2 - Caixa Financeiro - Parte 1.....	108
Quadro 9 - Diálogo 1: Elza sobre o caixa	108
Quadro 10 - Diálogo 2: Elza sobre o Caixa	109
Quadro 11 – Diálogo 3: Zumbi sobre o Caixa	110

Quadro 12 – Diálogo 4: Carolina sobre o Caixa.....	112
Quadro 13 - Diálogo 5: Luísa sobre o Caixa.....	113
Quadro 14 - Diálogo 6: Luís sobre o Caixa	115
Quadro 15 - Diálogo 7: Tereza sobre o Caixa.....	117
Quadro 16 - Questões do Eixo 2 - Caixa Financeiro - Parte 2.....	123
Quadro 17 - Diálogo 8: Dandara sobre relação com o Banco x Caixa- financeiro...	124
Quadro 18 - Diálogo 9: Elza sobre relação com o Banco x Caixa- Financeiro	125
Quadro 19 - Diálogo 10: Zumbi sobre relação com o Banco x Caixa- Financeiro/ Atividades outras	125
Quadro 20 - Diálogo 11: Carolina sobre relação com o Banco x Caixa- financeiro	127
Quadro 21 - Diálogo 12: Luísa sobre relação com o Banco x Caixa- financeiro/ outras atividades financeiras.....	127
Quadro 22 - Diálogo 13: Luís sobre relação com o Banco x Caixa- financeiro/ outras atividades financeiras.....	129
Quadro 23 - Diálogo 14: Tereza sobre relação com o Banco x Caixa- financeiro/ outras atividades financeiras.....	133
Quadro 24 - Questões do Eixo 3 - Relação com o dinheiro e Educação Financeira.	137

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - PASSOS INICIAIS - O PONTO DE PARTIDA. OU SERIA O PONTO DE CHEGADA?.....	16
1.1 Trajetória: dos caminhos por onde andei até chegar na pesquisa em Educação Matemática.	16
1.2 Aspectos gerais da Investigação: do problema de pesquisa às escolhas metodológicas.	22
1.3 Mais que teorias, as embarcações dessa grande navegação.	25
1.4 A Educação Matemática e a Educação Financeira através de lentes que visualizam além do “tradicional”.	33
1.4.1 Dados, Contextos e Cenários acerca da Educação Financeira no Brasil	37
1.4.2. Enfim, a Educação Financeira vista de outra(s) perspectiva(s)	39
CAPÍTULO 2: NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE: SOBRE ASPECTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DOS NEGROS.....	43
2.1 Retomando algumas ideias.....	43
2.2 Há Caminhos para pensar uma Educação Financeira Antirracista?	45
2.3 Nossos passos vêm de longe: sobre pecúlio, alforrias, o papel das mulheres forras e negros/negras livres	49
2.4 Algumas formulações sobre as irmandades e o ato de poupar dos negros/negras	64
Capítulo 3: OS MOVIMENTOS AUTO-ORGANIZADOS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BAIRRO NORDESTE DE AMARALINA	74
3.1 Sobre o bairro.....	75
3.2 Pensando as entrevistas: metodologia, estrutura, aspectos da realização, perfil dos entrevistados e análise	87
3.3 Eixo 1: Visão do Bairro.	95
3.4 Eixo 2: Caixa-Financeiro.....	105
3.5 Eixo 3: Relação com o dinheiro e Educação Financeira	137

CAPÍTULO 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS: TECENDO OS FIOS PARA A AMARRAÇÃO DA PESQUISA.....	151
REFERÊNCIAS.....	155
APÊNDICE A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)	161
APÊNDICE B – FORMULÁRIO PRÉ- ENTREVISTA	164
APÊNDICE C – ESTRUTURA ENTREVISTA PESQUISA	169
APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	171

CAPÍTULO 1 - PASSOS INICIAIS - O PONTO DE PARTIDA. OU SERIA O PONTO DE CHEGADA?

1.1 Trajetória: dos caminhos por onde andei até chegar na pesquisa em Educação Matemática.

“Fazer pesquisa é como navegar em mares profundos, com solo desconhecido. Onde você, por escolha, se perde e ao mesmo tempo encontra um certo sentido de existência, tipo uma missão de vida, que pode ter te escolhido, sem você nem saber. No meio desse mergulho pode faltar ar, mas como bom navegante, por um motivo que nem se sabe, a força das águas dessa profundidade científica se torna pouso de sonhos, descobertas e desejo de transformação e isso é suficiente para submergir e concluir o mergulho.”

Tamires Torres da Purificação

Ouso iniciar essa dissertação dizendo que uma futura pesquisadora não sabe o que é fazer pesquisa científica até começar. E acrescento que para fazer pesquisa, há que se ter disposição e resiliência, pois: **Tudo. Pode. Mudar. Em. Um. Curto. Período.**

Iniciei o Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática (PEMAT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sem ter noção do que viria pela frente. Em março de 2020, eu, uma soteropolitana recém-chegada no Rio de Janeiro, iniciei a primeira semana de aulas e me deparei com o fechamento da cidade, com a consequente mudança de planos por conta da Pandemia Mundial de COVID-19.

Aulas remotas, incertezas, adaptações, perdas, ansiedade, insegurança, saudades de casa. Inúmeras sensações, instabilidades política, econômica e de saúde no Brasil e no Mundo. Porém, como dizem os mais velhos, “o chão que se pisa, é onde se sente a dor”. Aqui, tivemos um negacionismo presidencial que intensificou e refletiu nos números e na falta de respostas e soluções para questões que tocavam a sensibilidade da vida, como as inúmeras mortes e pessoas passando fome. Para resolver essas questões, medidas urgentes precisavam ter sido tomadas por quem estava em posição de chefe de estado, para evitar ou pelo menos diminuir o impacto do colapso que enfrentávamos. E considero importante situar essa escrita no tempo histórico do momento presente, para demarcar como tal negacionismo atravessou a vida dos mais de 500 milhões de brasileiros que morreram durante a pandemia, e de sobreviventes, como as pessoas que tiveram de alguma forma, a vida atravessada por tal cenário, como será visto também em falas das pessoas entrevistadas durante a pesquisa. Assim, é importante dizer que durante a

escrita deste texto até o Exame de Qualificação do Mestrado, junho de 2021, infelizmente, mais de metade da população brasileira ainda não havia sido vacinada e não havia uma perspectiva de calendário nacional “para a vacinação em massa”, pois a quantidade comprada até o momento só serviria para vacinar menos de 30% dos brasileiros. Mas felizmente, até a Defesa do Mestrado, julho de 2022, apesar de todo negacionismo presidencial e sem uma campanha de vacinação digna, quem produziu ciência e as pessoas trabalhadoras da área da saúde resistiram e a população foi devidamente vacinada, com 1ª, 2ª, 3ª doses e algumas até com 4ª dose de reforço.

E, devido este triste período histórico que tivemos, penso que, o fazer científico - que a todo momento foi descredibilizado por negacionistas, os quais se sentiam detentores do conhecimento universal (mesmo sem propriedade ou estudo) - passou a ser uma ação mais desafiadora para todos os profissionais que se dedicam a estudar, investigar, discutir e elaborar propostas que dão respostas à sociedade: da vacina às pesquisas que problematizam as estruturas que são normalizadas.

Assim, nesse contexto, me questiono ao iniciar a contar um pouco da minha trajetória acadêmica-pessoal, que é tocada diretamente pelo receio de não saber até quando será possível fazer pesquisa científica no Brasil sem receber o devido respeito e valorização necessários aos inúmeros profissionais que se dedicam a fazer pesquisa da melhor forma possível. A estes profissionais, deixo o meu agradecimento e respeito, principalmente por pensar que pesquisa científica se faz coletivamente. Então, mesmo diante de algumas vaidades acadêmicas existentes, entendo que precisamos olhar para o lado e sempre nos inspirar com nossos pares para suportar todos os ataques que surgem e que estão longe de deixarem de existir.

Com isso, escolhi parafrasear a cantora *Luedji Luna*, minha conterrânea, para começar a narrar um pouco sobre minha trajetória, com uma parte da música *um corpo no mundo*: “*eu sou, um corpo, um ser, um corpo só. Tem cor, tem corte. E a história do meu lugar, ô...*”. Este trecho resume e ilustra a minha trajetória. Sou nascida e criada em Salvador - Bahia, em um bairro periférico da cidade, o Nordeste de Amaralina, o qual, ao meu ver, tem a maior parte dos moradores fenotipicamente negros. Lá estudei parte dos anos iniciais escolares e, posteriormente, durante a graduação, ministrei aulas, como professora estagiária, por 3 anos em uma escola do bairro.

Em 2014, com 17 anos, ingressei no curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e durante a graduação participei ativamente de

movimentos estudantis e sociais. Nesse processo me descobri uma mulher negra e um ponto fora da curva, pois tragicamente as mulheres negras ainda compõem a base da pirâmide social, como bem analisa Carneiro (2003):

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. (CARNEIRO, 2003, p. 49-50)

Em contrapartida, aos 19 anos, eu estava como bolsista do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tendo contato com escolas públicas e percebendo na prática como os problemas estruturais dividem e organizam a sociedade brasileira. Como, por exemplo, quando não podíamos realizar as oficinas na escola, porque não tinha merenda ou porque a escola não havia sido limpa devido à falta de repasse dos salários dos funcionários terceirizados deste setor. Por outro lado, nas escolas particulares em que estudei, o máximo de problema que tinha era quando faltava luz e as aulas eram canceladas.

Todas essas vivências me fizeram perceber que, como professora, eu poderia atuar na contracorrente para tentar contribuir de alguma forma na modificação do que está posto. Tal atuação se viabilizou a partir de minha especialização e consequente aprimoramento dos meus conhecimentos ou nas ações políticas voltadas para as transformações dos espaços por onde caminhava. Em relação a essas últimas, destaco minha participação: no Diretório Acadêmico de Matemática da UFBA (DAMAT) durante a formação inicial; nos movimentos contra os cortes de bolsas no PIBID em 2016; e também em alguns eventos como: Bienal da Matemática, Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Encontro Nacional de Licenciaturas (ENALIC).

Em 2018, fiz um intercâmbio acadêmico estudantil pelo Programa de Intercâmbio de Estudantes Brasil-México (BRAMEX-UFBA), estudando durante quatro meses *Ingeniería en Datos* na *Universidad del Caribe* (UNICARIBE), na cidade de Cancún. Essa experiência foi

um divisor de águas na minha trajetória acadêmica, uma vez que ter contato com outra cultura e olhar “de fora” para o Brasil, em um período de eleições presidenciais, me fez pensar como estava me formando professora e qual professora gostaria de ser. Isto é, minhas crenças e concepções partem de que a matemática pode ser utilizada como um meio para discutir questões políticas e socioculturais - não com uma perspectiva única de observar o mundo, mas numa perspectiva de discutir e analisar dados dos cenários políticos com os estudantes, para produzir transformações nos contextos sociais brasileiros, em direção a uma sociedade menos patriarcal, racista e desigual.

Após retornar do Intercâmbio, me dediquei a concluir a graduação e, em julho de 2019, participei de um momento marcante, quando fui ao Iº Encontro Brasileiro de Mulheres Matemáticas, realizado no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro. Foi muito importante ver muitas mulheres (principalmente as que são negras) como mestras e doutoras, falando sobre os trabalhos delas e suas respectivas pesquisas. Essa experiência me fez começar a pensar como gostaria de ser também uma pesquisadora! Passei, então, a buscar pelos Programas de Pós-graduação em Educação Matemática, até conhecer o Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática da UFRJ, o PEMAT.

Na entrevista de seleção para o mestrado do PEMAT, no 2º semestre de 2019, eu já sabia que gostaria de pesquisar sobre a Educação Financeira, por ter uma angústia guardada relacionada ao fato de eu e meus familiares trabalharmos muito, mas não conseguirmos acumular dinheiro e alguns estarem sempre endividados. Isto é, apesar de vivermos bem, termos bens de consumo, eu achava que não sabíamos nos organizar financeiramente e eu não tinha muito conhecimento sobre economia.

Além disso, após começar a estudar mais sobre o tema, não fazia sentido falar para algumas pessoas do meu bairro, o Nordeste de Amaralina, fazerem investimento ou poupança de um dinheiro que muitas vezes não tinham. Porém, ainda neste contexto, percebia que algumas dessas pessoas participavam de uma prática chamada “caixa-financeiro”. Essa prática consiste na auto-organização de um grupo de pessoas comprometidas na contribuição mensal de um determinado valor, durante um período pré-estabelecido. A cada mês, todas as pessoas que estão no grupo depositam o mesmo valor combinado. Feito isso mensalmente, uma das pessoas recebe o valor total depositado pelo grupo. No mês seguinte outra pessoa receberá o mesmo valor, pois será feito o mesmo processo durante o período combinado, até que todas as pessoas do grupo sejam contempladas. Por exemplo, um grupo de 6 pessoas, cada uma

contribuindo a cada mês com R\$ 200,00, no primeiro mês uma recebe R\$ 1200,00, no segundo, outra pessoa recebe o mesmo valor e assim até que todas recebam, podendo inclusive renovar o ciclo.

Este procedimento é uma espécie de organização financeira. Mais ainda, comecei a observar como algumas pessoas conseguiam fazer com que o dinheiro rendesse¹, pois compravam casas, carros, faziam festas, até mesmo tomavam a “cervejinha” no fim de semana. Além disso, todo domingo, a tradicional feira do bairro estava sempre cheia, e durante a semana, o comércio estava agitado. Ou seja, em geral, a economia do bairro era sempre movimentada.

Assim, foram surgindo as motivações para a construção do projeto de pesquisa desta dissertação. Primeiro, diante das inquietações ao pensar em como a classe trabalhadora produz, consome e vai se organizando financeiramente diante das condições possíveis. Em seguida, também com minhas reflexões de professora de Matemática, ao perceber que meus alunos, em geral, tinham contato na escola com uma matemática financeira desconectada de uma educação financeira que relacionasse e discutisse às realidades das classes mais populares.

Contudo, em 2010 foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) através do Decreto Federal 7.397/2010, substituído recentemente pelo Decreto 10.393/2020, ambos possuindo o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania, ao fornecer e apoiar ações que contribuam com a população no sentido de tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (BRASIL, 2010). Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propõe um ensino horizontal de Educação Financeira Nacional, considerando o tema como *contemporâneo e transversal* que deve ser abordado como competência para desenvolver habilidades pelas diversas áreas do conhecimento com o propósito de ensinar conceitos de economia e finanças (BRASIL, 2017). Segundo a BNCC, a Matemática tem um papel essencial nesse processo, pois através dela poderão ser ensinados alguns conceitos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Porém, além da Matemática, “essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro” (BRASIL, 2017, p.269). Assim, questiona-se:

¹ O termo *rendesse* nesse caso, é referência ao uso popular de render, como quando é falado na frase “a conversa rendeu ontem” para dizer que a conversa perdurou. Então dizer que o dinheiro rendeu, seria dizer que o dinheiro durou e foi utilizado de modo surpreendente.

“O que é importante que os cidadãos saibam e sejam capazes de fazer?” Em resposta a essa questão e à necessidade de desenvolver evidências comparadas entre países com base no desempenho dos estudantes, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lançou o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2000. O PISA avalia até que ponto os alunos de 15 anos de idade, próximos ao final da educação obrigatória, adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para plena participação na vida social e econômica. (BRASIL, 2018, p. 15)

Todavia, estes projetos e instrumentos de avaliação, que vislumbram a educação financeira brasileira, não levam em consideração as desigualdades das relações econômicas no que tange a sua população. Há um abismo entre o que se pretende fazer e o que de fato se tem visto que um país que se consolidou com um cenário de falsa democracia racial, econômica e de direitos, tem marcas e heranças dos processos históricos coloniais.

Partindo do pressuposto de que algumas pessoas já nascem com riquezas acumuladas e outras nem sabem como pagarão as contas do mês, entendo que dificilmente esses indivíduos serão igualmente educados financeiramente na perspectiva proposta pela ENEF. Comecei a pensar que a população mais pobre se organiza financeiramente dentro das condições possíveis diante das situações em que se vive, como o caso dos moradores do Nordeste de Amaralina que utilizam do “caixa- financeiro” como forma de receber um dinheiro pré-programado, fora do contexto salarial.

Portanto, as escolhas teóricas que nortearam a pesquisa foram aquelas que se aproximam de questionar tudo aquilo que de alguma forma tenha sido naturalizado e normalizado, como o racismo. Ou seja, as teorias que se aproximam de uma concepção antirracista. E que, além disso, valorizam as ações históricas e sabedorias das pessoas negras, como será visto na seção 1.3. Mas antes, de chegar lá, será apresentado alguns aspectos metodológicos da investigação.

1.2 Aspectos gerais da Investigação: do problema de pesquisa às escolhas metodológicas.

Para dar continuidade, gostaria de dizer que a partir desse ponto, optamos por escrever na primeira pessoa do plural, por considerarmos essa construção uma escrita coletiva: de nossas leituras, vivências e trocas. Mas sinalizo que tiveram momentos que algumas partes foram escritas na primeira pessoa do singular, para fazer referência a algo específico ou particular meu.

Assim, esta dissertação foi pensada para dialogar e investigar como, em meio ao cenário assimétrico financeiro brasileiro, as pessoas que estão à margem social - neste caso, pobres e negras - ainda conseguem movimentar a economia. **Ou seja, quais são as ações-políticas² (conscientes ou não) de resistência que essas pessoas criaram para se organizar financeiramente, mesmo sem ter acesso à educação financeira formal?**

Sendo assim, pesquisar a educação financeira numa perspectiva antirracista: interpelando projetos hegemônicos de poder a partir de movimentos de auto-organização financeira negra é um dos caminhos que podem servir de pontes para as (re)construções da economia nacional e para serem ferramentas de professores e professoras que ensinam matemática, pois em nossa visão, estes são um dos agentes fundamentais no ensino de Educação Financeira.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é pensar uma educação financeira que seja um possível conjunto solução para contribuir na discussão da problemática da desigualdade econômica. Dessa forma, nossa proposta consiste em analisar ações históricas (conscientes ou não) de organização financeira que pessoas negras têm mobilizado ou feito para viverem dentro dessa estrutura capitalista que entendemos como desigual. Nossas hipóteses são que: (i) esse(s) movimento(s) se configura(m) como educação financeira para seus participantes, dentro dos respectivos contextos; (ii) como estas minorias negras tiveram parte da história de luta e resistência apagada pela colonialidade, o legado de organização financeira de ex-escravizados foi invisibilizado; (iii) seus descendentes sem o acesso a essa memória histórica, construíram o imaginário das suas identidades em um lugar de inferioridade; (iv) e com isso, gera um ciclo

² A escolha do termo *ações-políticas* se deu por observarmos que essas ações são de certa forma movimentos políticos, ainda que sejam realizados de forma inconsciente ou sem intenção de “fazer política”. E essa ideia segue a linha da concepção Aristotélica de que todo ser humano é um ser político.

vicioso originado pela relação que algumas dessas pessoas possuem com o dinheiro, isto é, por não conseguirem “se dar valor”³, não conseguem dar valor ao dinheiro.

Assim, para a produção dos dados dessa pesquisa, estruturamos a investigação em duas partes, ambas pensando na (des)construção de epistemologias em busca de novas perspectivas. Para a primeira parte, escolhemos abordar sobre os movimentos das pessoas negras escravizadas⁴, que deixaram heranças para seus descendentes e da relação que tiveram com o surgimento do Banco Caixa Econômica Federal⁵, pois faziam poupança para comprar suas alforrias. Esta escolha se deu por pensarmos sobre como olhar para a organização das pessoas negras ao longo da história, poderia vir a ser utilizada para observar aspectos da organização das pessoas negras no tempo presente.

Isto é, visto que para a segunda parte, escolhemos investigar os movimentos de organização financeira realizados pelos moradores do bairro Nordeste de Amaralina, Salvador - Bahia, pois pensamos que a observação do que já têm sido feito em um bairro periférico, da Região Nordeste, pode servir como inspiração para a pluralidade de perspectivas no ensino de Educação Financeira. Pois, tais abordagens aproximam-se da realidade dos estudantes periféricos e visibilizam perspectivas diferentes das propostas hegemônicas, que tendem a ignorar como as pessoas negras e pobres se organizam financeiramente, como veremos ao longo da dissertação.

Nesse sentido, os objetivos específicos da pesquisa são: (i) investigar os movimentos de auto-organização financeira negra realizados historicamente; (ii) analisar como os movimentos atuais mencionados têm proposto a educação financeira para seu público; (iii) identificar as barreiras existentes nas propostas dos “projetos hegemônicos” de educação financeira; (iv) descrever como o grupo de pessoas (que será investigado) do bairro Nordeste de Amaralina têm se organizado financeiramente e como isso poderia se tornar até mesmo

³ O "se dar valor" nesse caso, é em referência às expressões populares que indicam que uma pessoa não se dá importância, como se espera, tradicionalmente.

⁴ Optamos por usar o termo escravizados, como alguns autores fazem, para enfatizar que essas pessoas sofreram a ação da escravização. E não o termo escravo com a ideia de servidão. Ver Elizabeth Taille e Anderson Santos (2012). Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf>

⁵ ver vídeo da Caixa Econômica Federal, em que na comemoração dos 150 anos, foi feita uma propaganda em que relata como pessoas negras escravizadas guardavam dinheiro para comprar suas alforrias. Link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=NWwUSpG2Pv4>.

abordagem para aulas de professores e professoras que ensinam matemática em contextos similares.

A fim de cumprir os objetivos específicos descritos, a dissertação foi organizada em 4 capítulos. O primeiro, o presente capítulo, intitulado: “*passos iniciais - o ponto de partida, ou seria o ponto de chegada?*” consiste em apresentar minha trajetória, as motivações da construção do projeto de pesquisa e o diálogo da revisão de literatura sobre a Educação Financeira, interpelado pelos eixos teóricos de *educação financeira crítica, de-colonialidade*⁶, da *economia étnica* e das *perspectivas antirracistas*, além dos aspectos metodológicos gerais de organização da dissertação. O segundo capítulo, “*nossos passos vêm de longe: sobre aspectos históricos da organização econômica dos negros*”, aborda a investigação de alguns movimentos históricos de auto-organização financeira negra. O terceiro capítulo é sobre “*os movimentos auto-organizados de Educação Financeira no bairro Nordeste de Amaralina*” e o quarto, aborda as “*considerações finais: tecendo os fios para a amarração da pesquisa*”.

Para a estruturação do *capítulo 2*, foi feito um regaste histórico através de alguns trabalhos da historiografia para apresentar aspectos de como *nossos passos vêm de longe: sobre pecúlio, alforrias, o papel das mulheres forras e negros/negras livres*, seção 2.3, e *algumas formulações sobre as irmandades e o ato de poupar dos negros/negras*, seção 2.4 que ilustram o que chamamos de movimentos históricos de auto-organização financeira negra. Um olhar necessário sob o passado, a fim de refletir o presente com os dados produzidos para *capítulo 3*, realizado através das entrevistas com alguns moradores do *Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina*, pelo método de *entrevista semi-estruturada*, pela existência de um roteiro e *em profundidade*, pois:

A entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido. É uma pseudoconversa realizada a partir de um quadro conceitual previamente caracterizado, que guarda similaridade, mas também diferenças, com a entrevista jornalística. (DUARTE, 2005, p. 63)

Sinalizamos que os critérios pensados para a escolha do grupo de pessoas (que se autodeclaram como negras) do bairro que seriam entrevistadas foram: (i) pessoas que tivessem

⁶ O termo “de-colonialidade” é uma forma genérica de se referir às teorias decoloniais, pós-coloniais e contra-coloniais, que referenciamos na pesquisa e abordamos na seção 1.3.

participado de alguma atividade de organização financeira no bairro, em grupo de caixa-financeiro ou venda de rifas; ou ii) que realizasse algum trabalho de afroempreendedorismo; ou (iii) que trabalhasse na feira do bairro (por ser uma atividade econômica que acontece há anos, no bairro) ou (iv) alguém que realizasse o *Black Money*, que é o movimento de comprar e consumir do que é produzido por empreendedores negros para que o dinheiro circule nessa comunidade. Afirmamos também que essa ideia de entrevista em profundidade, nos deu também a possibilidade de deixar por escrito, nas transcrições de algumas partes das entrevistas, marcas de alguns momentos que nos chamou atenção durante os diálogos, como risada ou ênfase ao jeito que a pessoa mudou a voz para falar determinada parte. Tais observações nos levaram a nos aproximar durante a análise do que Conceição Evaristo (2020) chama de *Escrevivências*. Aprofundaremos mais estes aspectos durante o capítulo 3.

E por fim, no capítulo 4, serão feitas as considerações finais, a partir de uma síntese do processo de elaboração da pesquisa, relacionando as análises e resultados parciais dos capítulos 2 e 3 e apresentando os impactos e resultados que a pesquisa terá desenvolvido.

1.3 Mais que teorias, as embarcações dessa grande navegação.

Essa pesquisa é uma grande embarcação que desde o início começou a busca por navegar em mares de teorias que fizessem sentido e estivessem alinhadas ao contexto da trajetória desta professora aspirante à pesquisadora. Ênfase também como fui inspirada por este orientador que já se debruçava por escolhas teóricas que buscam inserir o campo da Educação Matemática nas perspectivas que exploram caminhos que deem direções contrárias às que reforçam ou se isentam de questionar as estruturas de desigualdades sociais.

Assim, gostaríamos de dizer que a metáfora do título desta seção: “mais que teorias, embarcações dessa grande navegação”, remete à forma com que as abordagens teóricas foram escolhidas para sustentar a pesquisa, por serem leituras que nos aproximamos e que preenchem o cenário de navegação científica que consideramos se relacionar com essa pesquisa. Destacamos que tal metáfora, posteriormente, também pode ser utilizada como uma crítica a ideia das Grandes Navegações que ainda se estuda nas aulas de História, em referência ao movimento dos países que saíram em busca de terras, como os portugueses que, em busca das especiarias, “descobriram” o Brasil. E sobretudo como discute Ailton Krenak (2019) sobre: “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da

humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível.” (p.8). Mas qual descoberta? — Se aqui os povos indígenas já estavam. E qual humanidade? — Se pessoas negras e indígenas foram exploradas e desumanizadas.

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p. 9).

Tal narrativa construída em torno da chegada dos portugueses ao Brasil, é um grande “conto de fadas” que, contado sob outra lente, podemos enxergar como os povos que estavam aqui foram explorados e dizimados e outros foram sequestrados para serem escravizados, acarretando em imensas sequelas, que se refletem até os dias de hoje. E por esse motivo E como discute Bárbara Pinheiro (2019):

É preciso educar a juventude mostrando narrativas diversas e decoloniais dos diferentes marcos civilizatórios que nos constituíram. Basta de uma narrativa histórica eurocêntrica que reduz a existência ancestral de outros povos ao abismo do esquecimento e coloca a Europa no topo do progresso e das civilizações. Como é possível estudarmos ainda hoje nas escolas uma história do Brasil na qual o marco fundacional é a chegada de europeus? Como é possível estudarmos uma história geral marcada por transições temporais pautadas na alteração dos modos de produção em países do referido continente? Na história dita antiga, marcada pelo modo de produção escravista, o que acontecia nas Américas? O escravismo era a prática econômica norteadora dos nossos povos originários? Onde ocorreu o sistema feudal nas Américas? Na ascensão do feudalismo para o capitalismo vivemos a prática escravagista e não encontramos trabalho assalariado, mais valia nas nossas vivências. Que história geral é essa que não nos cabe em sua universalidade? (PINHEIRO, 2019, p. 332)

Isto é, nota-se que apesar dos reflexos coloniais herdados da construção da história nacional, há uma tentativa de colocar os cidadãos brasileiros em uma caixa como se fossem todos uniformizados: vivessem com as mesmas oportunidades, direitos e condições de vida. Observa-se muito isso quando se discute sobre Educação Financeira, pois é feita uma classificação de quem sabe e quem não, quem possui dívidas e quem investe em ações. Tudo isso sem ponderar o olhar para as estratégias de sobrevivência, que têm sido estabelecidas pelas

populações que foram historicamente oprimidas, dentro de um sistema desigual e explorador, pois “O Brasil é parte da modernidade inventada e essa modernidade esconde os horrores que a constituem: a colonialidade” (MIGNOLO, 2015, p.2). Nesse contexto, compreendemos que “colonialidade, controle e gerenciamento subjetivo e epistêmico, econômico e político, é, pois, o outro lado pouco evidente, mas constitutivo da modernidade” (idem, p.13). Segundo Quijano (2000):

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Fundamenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e a escala social. (QUIJANO, 2000, p. 342. tradução nossa).

Inicialmente, nos referenciamos nos decoloniais do Grupo América Latina como Júlio Pinto e Walter Mignolo (2016), Aníbal Quijano (2000) e Catherine Walsh (2008). Segundo eles, a colonialidade poderia ser compreendida como a continuidade do período colonial, depois da descolonização dos países da África e da Ásia. Mais ainda, segundo Quijano (2000), foram sendo concretizadas as experiências do colonialismo e da colonialidade de acordo com as necessidades do capitalismo, em uma ordem que se tem “um universo de relações intersubjetivas de dominação sob a hegemonia eurocêntrica. E esse universo específico é o que mais tarde será chamado de modernidade.” (p. 343. tradução nossa).

Segundo Quijano (2000), dentro dessa estrutura capitalista mundial colonial/moderna, as pessoas são articuladas em uma estrutura global comum para o que ele define como *colonialidade do poder*, através do trabalho, da raça e do gênero e da sexualidade. Ou seja, existem relações de poder e dominação que derivam dessas estruturas coloniais que se expressam e organizam a história sócio-política mundial. Então, a *decolonialidade* é definida como as ações e, conseqüentemente, as teorias que emergem na luta contra a colonialidade. As lentes como a da *opção decolonial* ou decolonialidade servem para desnaturalizar estruturas que foram normalizadas:

A perspectiva decolonial - em construção - constitui uma proposta epistêmica, teórica e metodológica “latinoamericana” para compreender as relações de poder/domínio no espaço-tempo, assim como para a superação da matriz histórica-colonial de poder e a liberação dos sujeitos subalternos desta matriz. (SOLER, 2011, p.48)

Segundo Walsh (2008), a preferência do termo *decolonialidade*, ao invés de descolonialidade, seria para demarcar que não existiu espaço vazio entre a colonização e a colonialidade. Assim, a *decolonialidade* será utilizada nesta pesquisa para interpelar tais discursos de horizontalidade, a fim de analisar a história e questionar o fato de que, até os dias atuais, parte da população, não possui a opção de escolher o que vai fazer com o dinheiro, por isso acabam inclusive se endividando dentro da falsa construção neoliberal de liberdade de escolha. Entendemos que a sociedade civil brasileira apresenta reflexos de uma sociedade de consumo não consciente, com dívidas, exploração do meio ambiente e desigualdades nas relações econômicas que interferem diretamente na forma de organização das periferias e das pessoas que foram historicamente marginalizadas - as pessoas negras. Para Silvio Almeida (2019):

Há anos inúmeras pesquisas têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica, e que direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levam em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas. (ALMEIDA, 2019, p.96)

Desse modo, enfatizamos que ao longo da pesquisa, foram sendo priorizadas todas as análises que tivessem o fator raça como eixo marcador teórico, pois compreendemos que apesar da raça ser um fator social e não biológico, se torna um eixo central para compreender as relações sociais. Segundo Amilcar Pereira (2013):

A ideia moderna de raça - que associa as diferenças culturais e morais às características biológicas, genéticas e fenotípicas, hierarquizando os diversos grupos humanos - é uma construção do pensamento científico europeu e norte-americano, que surge apenas em meados do século XVIII e se consolida a partir da segunda metade do século XIX, justamente durante o período em que o imperialismo europeu se fortalecia. (PEREIRA, 2013, p. 33).

Essa ideia de “Raça” foi constituída para hierarquizar, possuir e desqualificar corpos e povos, com objetivo de dominação e escravização. O pós-colonial Fanon (2008) chama as mazelas da racialização de “zona do não-ser”, que seria exatamente o não-lugar, o lugar dos indivíduos que foram inferiorizados com a finalidade de exploração. No Brasil, esse não-lugar ficou visível com as teorias eugenistas, que difundiram inicialmente que a raça branca era superior a negra e depois que o “mulato” seria importante para elevar o Brasil a um patamar racial, como vimos em Pereira (2013):

Os otimistas vislumbravam na mestiçagem a redenção do Brasil, na medida em que haveria uma preponderância do “elemento branco” na composição genética dos descendentes dos cruzamentos inter-raciais, gerando assim, através da miscigenação, um povo, um “tipo nacional” com o fenótipo branco europeu. Entre estes otimistas, destacava-se Sylvio Romero, que ao advogar a importância da miscigenação para o branqueamento da população brasileira não fugia ao pressuposto racista de que a desigualdade – e, portanto, a hierarquia - entre as raças seria algo indiscutível. (PEREIRA, 2013, p. 50)

Com isso, no século XIX, o Brasil ficou conhecido internacionalmente como “o paraíso racial”, principalmente porque comparado com os Estados Unidos, não teve segregação racial. Essa instrumentação teórica foi muito disseminada por pensadores como Gilberto Freyre (1900-1987), “operando a passagem do conceito de “raça” ao conceito de cultura, que marcaria o distanciamento entre o biológico e o cultural” (PEREIRA, 2013, p. 57), o que contribuiu para gerar essa falsa ideia de democracia racial brasileira, que permanece até os dias de hoje:

Essa ideia de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem, biológica e cultural entre as três raças originárias (mas pendendo “claramente para o padrão branco-europeu como modelo de brasileiro, este que foi “premiado” com as contribuições de outras duas raças), dificulta a percepção das desigualdades raciais existentes na sociedade, em função das próprias ideias que ostenta de “democracia” e “igualdade”. (PEREIRA, 2013, p. 59)

Essas teorias sobre o mito da democracia racial se tornaram cobertores sobre as desigualdades e os discursos de “somos todos iguais”, “somos todos humanos”, “povo brasileiro”, “no Brasil não há racismo” se fundamentam nessas ideias. Almeida (2019) discute também em sua obra “Racismo Estrutural” as diversas facetas de como essa estrutura está fincada principalmente nas instituições e nos espaços de poder. Porém, o racismo ainda é relativizado e reduzido a casos ditos isolados, nos quais pessoas negras sofrem com violência verbal discriminatória ou com discursos meritocráticos, reproduzindo os efeitos das desigualdades:

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p. 52-53)

Percebe-se diante desses elementos que descrevem o processo de construção da identidade brasileira, aspectos que tocam esses “frutos” do colonialismo que foram mascarados e costurados pela ideia de raça. Tais aspectos foram normalizados a respeito dos sujeitos e dos lugares em que cada qual deveria ocupar na sociedade. Com isso, fica evidente sobre como o racismo é construtor essencial das desigualdades sociais e como perpassa por toda estrutura que organiza pensamentos, corpos e comportamentos dos diversos brasileiros. E por esse motivo, como discute Bárbara Pinheiro (2019), faz-se necessário desconstruir a forma e o ensino das ciências:

Precisamos superar este estado de racismo institucional e colonialidade epistêmica que coloca corpos e mentes brancas em um lugar de brilhantismo intelectual e reduz pessoas negras e de outras etnias a condições subalternas, de ausência de inteligência acadêmica e de propensão, unilateral, a trabalhos braçais. Viemos das primeiras civilizações do planeta, produzimos as primeiras formas de conhecimento e, até os dias de hoje, mesmo mediante a todo processo de sequestro de memória e de subalternização social, seguimos rompendo barreiras e acessando espaços de poder que nos são negados, como a ciência. (PINHEIRO, 2019, p. 341)

Portanto, questionamos: será que ao longo da história, esse imaginário social, associado ao lugar em que as pessoas negras deveriam ocupar, não ditou de alguma forma como deveriam se relacionar com o dinheiro e as formas de organização financeira? Ou por outro lado, ainda que dentro dessa estrutura capitalista-desigual, será que a liberdade de escolhas para a organização financeira dessas pessoas tenha se dado de outro modo, dentro do que era possível? Ou fazer Educação Financeira é só acumular capital e fazer investimento financeiro?

Assim, na busca em refletir sobre questões relacionadas com as que destacamos acima, nos aproximamos do Bárbara Primo (2010) apresentou em sua dissertação de mestrado, *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey: Séculos XVIII e XIX*, como mulheres negras, as quais se alforriaram no período da escravatura, se dedicaram à atividade comercial e deixaram heranças para seus descendentes. Além disso, Angélica Santos (2019) descreve também como um povo que teve parte da sua história atravessada pelo período da escravização, apesar das sequelas profundas, se reinventou, resistiu, ressignificou as marcas deixadas e hoje “tem presença na economia, seja como empreendedor ou como consumidor, duas faces de uma mesma moeda” (SANTOS, 2019, p.19). Nesse sentido, Nego Bispo (2015), que se autointitula como contra colonial, analisa marcas, contradições e reflexos sócio-histórico-políticos-culturais-econômicos desse contexto brasileiro:

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. (BISPO, 2015, p. 48)

Assim, pensar sobre essas relações de colonizadores e contra colonizadores, dentro da atual estrutura capitalista mundial, nos dá mais dimensões de análise. Tais relações são determinadas inicialmente pela força de trabalho - a exploração dos escravizados que foi substituída pelas relações de trabalho assalariado. Em uma versão mais atualizada da colonialidade/modernidade, há uma estrutura que tem o consumismo como eixo de organização das relações e da vida humana dentro dessas amarras da colonialidade, uma vez que é vendida uma falsa ideia de liberdade de mercado, em que comprar, vender e acumular ditam quem tem mais poder na sociedade.

Nilma Lino Gomes (2012) discute como o movimento negro brasileiro historicamente tem cumprido o papel de educador, com ações constituintes da experiência social. Através, principalmente, do resgate da memória ancestral da história negra, que começou antes do período da escravização, “parte-se da premissa de que o movimento negro, assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social ” (p. 735). Porém, sua história tem sido reduzida ao período da escravização, ignorando também, às contribuições culturais e de intelectuais negros, que ainda são invisibilizados, como Sueli Carneiro (2003), Abdias do Nascimento (1978), Amílcar Cabral (1974), Conceição Evaristo (2020), Lélia Gonzales (1983), Silvio Almeida (2019) e tantos outros, que contribuíram e contribuem na construção da identidade brasileira, pois discutem também teoricamente sobre a urgência de se fazer políticas que exterminem todas as mazelas fruto das desigualdades raciais.

Além disso, segundo Pereira (2013) e Gomes (2012), o movimento negro brasileiro, tem combatido o racismo e cobrado do Estado a implementação das políticas de reparação, como a implementação de leis: a 10.639/2003 que pauta a obrigatoriedade sobre a história da cultura Afro-brasileira e Africana. Foi implementada também a lei 12.711/2012 que determinou cotas na graduação e a Portaria Normativa nº 13 de 11 de maio de 2016 que ampliou as cotas para a pós-graduação, além da lei 12.990/2014 que destinou 20% das vagas de concursos públicos para as pessoas negras.

Mais ainda, o movimento negro brasileiro sempre buscou inserir o negro na economia e ressignificar a imagem caótica deixada pela herança racista escravocrata, e que pode ser manifestado através do movimento de resistência e reinvenção de organização financeira das pessoas negras dentro dessa estrutura capitalista. Pereira et al (2015) discute no livro *Memórias do Baobá - raízes e sementes da luta por equidade racial*, sobre como o *Fundo Baobá* exhibe “pela primeira vez em nosso país uma fundação privada e filantrópica optou por investir uma grande quantidade de recursos para a criação de um "mecanismo" para a promoção da equidade racial, algo que pudesse dar sustentabilidade a uma luta que é histórica na sociedade brasileira” (p. 7). Criado formalmente em 2011, o fundo Baobá é formado por doações contínuas de empresas, organizações não-governamentais e pessoas físicas, destinando seus rendimentos para implantar programas próprios; apoiar projetos relacionados à equidade racial e arcar com custos operacionais:

O Fundo Baobá para Equidade Racial nasce de importantes articulações e diálogos iniciados em 2006 entre a Fundação Kellogg e movimento negro brasileiro, sujeito político que provoca a sua criação para apoiar organizações e lideranças negras, sujeitos políticos que estão na razão de sua existência. Surge, portanto, fruto de parcerias e como um modelo inovador para apoio e financiamento às organizações negras, pensado para a continuidade e sustentabilidade no tempo. (BAOBÁ, 2021)

Sendo assim, o reconhecimento e a continuidade do que tem sido feito historicamente pelo movimento negro, como as ações da Fundação Baobá, dariam direções significativas a todas as áreas do conhecimento, ao invés de discursos que ainda negam a existência do racismo e das desigualdades no Brasil.

Com isso, outras portas que as leituras e os conhecimentos nos trouxeram, fizeram compreendermos que existia uma literatura acadêmica que descreve como o “*Movimento Black Money* ressignificou o lugar social do negro” (SANTOS, 2019, p.19), e destaca que o “afroempreendedorismo se apresentou como estratégia social, com a pretensão de restringir desigualdades, amenizar injustiças e desobstruir caminhos até então bloqueados e inacessíveis aos negros” (idem, p.19), propondo a organização financeira independente dos projetos hegemônicos de educação financeira, que muitas vezes não chegam nessa população. Em contraste com essa desigualdade econômica, as pessoas negras, segundo Santos (2019), desenvolveram o *Afroempreendedorismo*:

O Afroempreendedorismo é aqui analisado como exemplo de “subversão da lógica colonial” (...) O ato de empreender praticado pela mulher e pelo homem negros nutre-se do propósito de tornar visíveis e senhores de seus próprios destinos aquelas e aqueles que, durante muito tempo, foram invisibilizados, subalternizados e alijados de sua própria liberdade e vontade. (SANTOS, 2019, p.15)

Sendo assim, questionamos: será então que o afroempreendedorismo poderia ser considerado como uma alternativa de resistência dentro do capitalismo/colonialidade/modernidade e, portanto, um caminho possível para a organização financeira? Além disso, quais relações poderiam ser feitas entre a Educação Matemática e a organização financeira numa perspectiva antirracista, já que essa dissertação está sendo desenvolvida em um Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática? As discussões que darão um direcionamento a respostas para esses questionamentos começarão a ser apresentadas ao longo da próxima seção e puderam ser refletidas no decorrer da pesquisa.

1.4 A Educação Matemática e a Educação Financeira através de lentes que visualizam além do “tradicional”.

A Educação Matemática (EM) foi se consolidando como um campo de pesquisa profissional e científico desde os anos 1960. Dario Fiorentini e Sergio Lorenzato (2006) abordam sobre as fases históricas que atravessaram o campo de acordo com as produções que eram feitas. Por exemplo, a 1ª fase é considerada como o momento em que o campo começa a ser desenhado como uma área de pesquisa científica:

A fase da gestação da EM enquanto campo profissional vai do início do século XX até o final dos anos de 1960. Nesse período, a EM ainda não se encontrava claramente configurada. Não era usual olhar para o ensino da matemática com perspectivas diferentes daquelas voltadas diretamente às tarefas e procedimentos da prática de sala de aula e a produção de manuais ou subsídios didáticos. É possível, entretanto, identificar, nesse período, alguns esforços e movimentos que prepararam terreno para o surgimento posterior da EM enquanto campo profissional não só de ação, mas também de produção sistemática de conhecimentos. (FIORENTINI E LORENZATO, 2006, P. 17)

Essa necessidade de produções sistemáticas de conhecimentos possibilitou que a Educação Matemática se tornasse uma área de investigação de caráter interdisciplinar. Tal fato redirecionou o foco, que inicialmente relacionava as pesquisas apenas para o ensino de matemática. Um exemplo disso é que na época muito se investigava sobre como seria a

aritmética para o ensino primário/secundário, com vistas ao desenvolvimento de manuais didático-pedagógicos que auxiliassem professores e professoras.

No decorrer das fases históricas de desenvolvimento e conformação do campo, foram sendo percebidas quais pesquisas deveriam ser realizadas, apesar dos tensionamentos que foram surgindo por conta do deslocamento da Educação Matemática do campo da Educação. Embora estes nunca tenham deixado de dialogar, a Educação Matemática se consolidou como um campo que tem demandas próprias. Nesse sentido, foram surgindo pesquisas sobre: formação de professores, psicologia da educação matemática, história do ensino da matemática, história da matemática, filosofia, didática, avaliação, currículo, tecnologia, inclusão, entre outras. Nessa perspectiva, Fiorentini (1995) descreve, em *Alguns modos de ver e conceber o Ensino da Matemática no Brasil*, a tendência pedagógica socioetnocultural. Segundo Fiorentini (1995):

Antes se procurava buscar na criança, através de um enfoque preponderantemente psicológico, as razões do fracasso do ensino, agora se busca, no seio da instituição escolar, na cultura de sala de aula, explicações socioculturais ou antropológicas do processo de produção do fracasso escolar. Assim, frente à crítica à "educação bancária" e à valorização do saber popular trazido pelo aluno e frente à sua capacidade de produzir saberes sobre a realidade, é que se esboça a tendência pedagógica socioetnocultural. (FIORENTINI, 1995, p. 25)

Esses aspectos socioculturais são bem descritos com a proposta da *Etnomatemática*, criada em 1970 por Ubiratan D'Ambrósio (1932-2021), muito disseminada e investigada no campo da Educação Matemática. Mais que uma metodologia, se tornou uma escolha política, que visa investigar o conhecimento matemático em diversos contextos culturais, que se aproximem cada vez mais da realidade dos estudantes:

A relação entre Educação Matemática e etnomatemática se dá naturalmente, pois etnomatemática é uma forma de se preparar jovens e adultos para um sentido de cidadania crítica, para viver em sociedade e ao mesmo tempo desenvolver sua criatividade. Ao praticar etnomatemática, o educador estará atingindo os grandes objetivos da Educação Matemática, com distintos olhares para distintos ambientes culturais e sistemas de produção. Justifica-se inserir o aluno no processo de produção de seu grupo comunitário e social e evidencia a diversidade cultural e histórica em diferentes contextos. (D'AMBROSIO, 2008, p.8)

Assim, entendemos que a Educação Matemática, como campo de pesquisa, tem papel fundamental nesse movimento de (des)construção de epistemologias e produções científicas

que visem a construção e promoção de saberes que serão utilizados a serviço da sociedade em função de sua remodelação, rompendo com as amarras degradantes que as constitui, como o racismo, o patriarcado, o fascismo e todas as mazelas que causam desigualdades e opressões. Desse modo, têm sido desenvolvidas pesquisas transdisciplinares, relacionando diversas áreas do conhecimento para compor o campo da Educação Matemática e observando os diversos fatores que envolvem os sujeitos envolvidos na aprendizagem: o ambiente escolar, os níveis de ensino, os professores, os estudantes, as instituições e, sobretudo, se esses fatores fazem um movimento de superação das desigualdades e de inclusão. Como a investigação de Terezinha Carraher et al (1982) intitulada: *Na vida, dez; na escola, zero: os contextos culturais da aprendizagem da matemática*, que analisou como estudantes utilizam conhecimentos matemáticos em ambientes não-escolares, como a feira. O que para nós ilustra também a importância do campo da Educação Matemática ter investigações sobre uma Educação Matemática não-escolar, assim como a nossa, que se dispõem a pensar o ensino em outros contextos.

Ole Skovsmose (2019) discute *Inclusões, Encontros e Cenários*, que na nossa percepção direcionam o contexto da Educação Matemática para um campo de inclusão. Porém, segundo ele, “toda vez que se fala em inclusão, é preciso perguntar: Inclusão em quê? A inclusão pode significar inclusão em padrões questionáveis” (SKOVSMOSE, 2019, p. 18). Sobre isso, o autor ainda afirma:

Encontra-se ainda uma maneira de olhar para a educação matemática inclusiva. Ela pode proporcionar uma oportunidade para todos se engajarem em ler e escrever criticamente o mundo. (...) Tal educação pode trazer significados sociais e pessoais para mais estudantes, pode ainda colocar mais estudantes em padrões de submissão social, ou pode abrir novos caminhos de empoderamento. (SKOVSMOSE, 2019, p.22-23)

Com isso, enfatizamos que um dos principais conhecimentos que precisam ser explorados em suas diversas potencialidades é o da Educação Financeira, pois poderá, inclusive, ser discutido e abordado nas aulas de professores e professoras que ensinam matemática numa perspectiva que se aproxime da realidade dos estudantes envolvidos. Observando a proposta de Milton Rosa e Daniel Orey (2016), intitulada como *encontros polissêmicos entre a educação financeira e a etnomatemática: um ensaio teórico*, entendemos que esta vai ao encontro da perspectiva de valorizar as sabedorias contra hegemônicas, pois segundo os autores, “o emprego de conteúdos da Educação Financeira acoplado com a

utilização da perspectiva Etnomatemática possibilita a extração de informações do cotidiano dos alunos para a elaboração das atividades propostas em sala de aula.” (p.154).

Compreendemos que a abordagem da Educação Financeira pode ser pensada para contemplar e transformar também a realidade dos estudantes brasileiros das escolas públicas, já que é composta predominantemente por jovens negras e negros, os quais são, majoritariamente, atravessados pela desigualdade econômica e pelo racismo que relacionamos na seção anterior. Diante disso, faz-se necessário pensar numa Educação Financeira que seja centrada no Antirracismo e que valorize e se associe aos saberes produzidos também por tais estudantes. Pois, é preciso enxergar o lugar de suas origens e as suas vivências como um lugar de existência e não somente como um lugar de falta. Por exemplo, ao valorizarmos os contextos nos quais a economia é movimentada localmente a partir de feiras do bairro, do comércio e dos grupos que se auto-organizam financeiramente.

Porém, no âmbito da formação escolar, o contato que esses jovens têm com a Educação Financeira, por vezes se restringe em torno de algumas aulas sobre Matemática Financeira na escola, e que muitas vezes nem abordam outros aspectos da educação financeira. Nessa linha, Lúcia Luz e Arno Bayer (2013) descrevem a história da matemática financeira e como ela “estuda o uso e a evolução do dinheiro através do tempo”. Por exemplo, o conceito de juro é bastante antigo, surgiu quando o homem percebeu que existia uma relação entre o dinheiro e o tempo.” (idem, p.2). Além disso, discutem a necessidade de que o conteúdo de matemática financeira seja incorporado na Educação Básica, “para que os alunos consigam utilizá-lo [o conteúdo] em sua vida e melhor resolver os problemas do cotidiano” (ibid, p. 10), pois os Planos Curriculares Nacionais - (PCNs) abordam a importância do ensino da Matemática Financeira para a “construção da cidadania”:

Para compreender, avaliar e decidir sobre algumas situações da vida cotidiana, como qual a melhor forma de pagar uma compra, de escolher um financiamento etc. é necessária trabalhar situações-problema sobre a Matemática Comercial e Financeira, como calcular juros simples e compostos e dividir em partes proporcionais, pois os conteúdos necessários para resolver essas situações já estão incorporados nos blocos. (BRASIL, 1998, p. 86)

Essa abordagem da Matemática Financeira restrita a trabalhar conteúdos matemáticos, sem relacionar a Educação Financeira, se distancia, por exemplo, do que Ana Monteiro (2001) aborda sobre *currículo oculto* – aquele que vem junto com o estudante, que diz respeito às subjetividades, as vivências e a cultura que carregam consigo e que se somam ao *currículo*

formal, o previsto pelas legislações e pelos planos políticos pedagógicos, além do currículo como de fato é, o currículo com suas modificações, adaptadas às realidades de cada classe. Esse distanciamento impossibilita de explorar o que os estudantes sabem ou já pensam a respeito de questões financeiras, desmistificando a concepção da Educação Financeira, que quando abordada em determinados contextos virtuais (como o Youtube) traz uma visão que discordamos. Tal visão pode ser exemplificada a partir de frases que algumas pessoas utilizam quando ensinam sobre Educação Financeira: “poupe hoje, para ter no futuro” ou “invista em ações, para que o dinheiro trabalhe para você”. Entendemos que essas frases individualizam e são reducionistas, pois:

A Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais que isso. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos. (TEIXEIRA, 2015, p. 13)

Porém, será mesmo que todo mundo tem os meios necessários para essa busca por uma melhor qualidade de vida? A curva que pretendemos explorar é exatamente o inverso das propostas que uniformizam o ensino e o propósito da Educação Financeira. E antes de dar continuidade à discussão do referencial teórico que sustenta essa dissertação, faz-se necessário situarmos alguns dados importantes a respeito da temática.

1.4.1 Dados, Contextos e Cenários acerca da Educação Financeira no Brasil

O Programa Internacional de Avaliação (PISA) mostrou em resultados de 2018 que o Brasil ocupou, com média de 420, a décima sétima posição do ranking de competência financeira de jovens entre 20 países analisados, na qual a média geral foi 505. Em 2015, na avaliação anterior, o Brasil havia registrado média de 393, ocupando a última posição entre as 15 nações avaliadas (BRASIL, 2018). Os resultados de 2015 mostraram que mais da metade dos brasileiros estavam no menor nível de competência financeira, o nível I, o qual mede a capacidade dos jovens em aplicarem operações numéricas simples e básicas; terem habilidades básicas de alfabetização financeira; tomarem decisões simples sobre os gastos diários; perceberem a diferença entre necessidades e desejos.

Nesse sentido, dados da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) expõem que iniciativas de educação financeira aumentaram em 72% no país nos últimos 5

anos, contabilizando 1,3 mil projetos sobre o tema, idealizados por escolas e outras entidades. Nota-se, assim, que há um esforço que visa alcançar um melhor desempenho do Brasil no ranking no PISA e a inserção do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Apesar disso, dados de dezembro de 2019 da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostraram que 65,6% das famílias brasileiras estão endividadas em relação a cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnê de loja, prestação de carro e prestação de casa. Mais ainda, que 10% das famílias não terão condições de pagar as dívidas.

Nesse contexto, afirma-se que existe uma problemática que envolve o ensino e o desenvolvimento da Educação financeira no país. Já que há um esforço político de melhorar o cenário econômico da nação e dos seus indivíduos. A problemática é que trata-se de um país imerso em desigualdades sociais, pois segundo dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 1% da população brasileira tem como média um rendimento mensal de R\$ 27.744, valor que é 33,8 vezes maior do que a renda dos 50% mais pobres da população, que recebem em média R\$ 820 por mês. Também segundo o IBGE, em 2016 a parcela de 1% referente aos mais ricos do país é formada por 79% de brancos e 17,4% de negros (classificação usada pelo órgão para os que se autodeclararam pretos e pardos. Os percentuais restantes se referem a amarelos e indígenas).

Além disso, dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE de 2018 mostram que 13,5 milhões de brasileiros (6,5%) vivem em extrema pobreza, com renda mensal per capita inferior a R\$ 145 ou US\$ 1,9 por dia. Os parâmetros adotados pelo Banco Mundial para definir linha de pobreza em países em desenvolvimento têm rendimento diário inferior ao de US\$ 5,5. O Brasil tem 25,3% da população nessa condição, o que equivale a 52,5 milhões de pessoas vivendo com menos de R\$ 420 per capita por mês. E mais ainda, os dados revelam que a pobreza atinge sobretudo a população preta ou parda, que representa 72,7% dos pobres, em números absolutos 38,1 milhões de pessoas. As mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente, 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Todavia, apesar da desigualdade financeira, de acordo com dados de 2017 do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios, 51% dos empreendedores são negros. Porém, eles ainda são os que têm o menor rendimento mensal, recebendo em média R\$ 1.370, enquanto os não negros recebem R\$ 2.745. Por outro lado, pesquisa de 2018 do Instituto Locomotiva revelou que a população negra (54% da população brasileira se autodeclara negra) movimenta R\$ 1,7 trilhão no Brasil.

Logo, podemos inferir que essa proposta de educação financeira formal não é pensada para a realidade de quem não tem dinheiro e de quem foi historicamente subalternizado. Os saberes avaliados no PISA reforçam essa relação dos saberes hegemônicos frutos da modernidade/colonialidade. Além disso, a colonialidade pode ser vista na ideia de que comprar com crédito é ter poder, o que possivelmente tenha gerado um ciclo vicioso na relação de consumo não consciente com endividamento que parte dos brasileiros desenvolveram.

1.4.2. Enfim, a Educação Financeira vista de outra(s) perspectiva(s)

Durante a busca sobre o referencial teórico que se aproximasse do que pretendíamos investigar, encontramos alguns artigos relacionando “Educação Matemática” com “Educação Financeira” nas bases de busca do *Google Scholar* e do *Scielo*. Em um deles, o artigo *Educação Financeira Crítica: questões e considerações*, Paulo, Teixeira. (2016) discorre sobre uma Educação Financeira Crítica:

A Educação Financeira Crítica é uma temática bastante relevante para a formação da cidadania e precisa ser incentivada com o propósito de ser discutida com os alunos em sala de aula, independente se a abordagem é feita pelo professor de matemática apenas, ou em conjunto com um professor de outra disciplina (por exemplo, sociologia), uma vez que se trata de uma temática relevante para o fortalecimento da democracia e para a formação de valores atitudinais críticos de todos os cidadãos. (TEIXEIRA, 2016, p. 165)

Esta proposta de Educação Financeira Crítica é fundamentada na Educação Matemática Crítica, abordada por Skovsmose (2000), que nos diz que a educação matemática pode ser levada a um lugar de poder, com inclusão ou exclusão dos sujeitos de aprendizagem já que pode ser caracterizada da seguinte forma:

A Educação Matemática crítica inclui o interesse pelo desenvolvimento da educação matemática como suporte da democracia, implicando que as micro-sociedades de salas de aulas de matemática devem também mostrar aspectos de democracia. A

Educação matemática crítica enfatiza que a matemática como tal não é somente um assunto a ser ensinado e aprendido (não importa se os processos de aprendizagem são organizados de acordo com uma abordagem construtivista ou sócio cultural). A Matemática em si é um tópico sobre o qual é preciso refletir. Ela é parte de nossa cultura tecnológica e exerce muitas funções, as quais podem ser mais bem caracterizadas por uma leve reformulação da Primeira Lei de Kranzberg: o que a matemática está produzindo não é bom nem ruim, nem é neutro. (SKOVSMOSE, 2000, p. 67)

Ainda no trabalho de Teixeira (2016) sobre a Educação Financeira Crítica, ele afirma que pensar uma educação financeira com foco sobre situações financeiras relacionadas ao dia-a-dia dos alunos e suas famílias possibilitará que sejam preparados para tomarem “decisões que deem conta de afastá-los das armadilhas que os fizeram cair em um sistema financeiro perverso e doloroso - próprio das classes dominantes” (p. 170). O autor afirma ainda que o cidadão precisa se conscientizar sobre a importância de se educar financeiramente para não cair nas armadilhas da liberdade de escolha. “Logo, é preciso orientar os cidadãos, em geral, e os alunos, na escola, no sentido de que eles não mais fiquem endividados e não continuem se utilizando de práticas consumistas supérfluas.” (idem, p.171). Além disso, o autor sinaliza que:

(...) é preciso educar e orientar os alunos a valorizar o dinheiro que ganham de suas mesadas ou os alunos trabalhadores - em relação ao dinheiro que ganham do seu trabalho. Mais ainda: ensinar conceitos acerca da prática de poupar e investir; orientar sobre a possibilidade de fazer um plano de previdência privada e sobre a importância de reservar uma parte do orçamento para pagar um plano de saúde, se possível, de modo a viverem melhor, com expectativas melhores para as suas vidas. (TEIXEIRA, 2016, p.171)

Todavia, autores como Karla Saraiva (2017) chamam a atenção para a individualização da Educação Financeira, por afirmar que é uma forma neoliberal de manutenção do sistema capitalista dizer a uma pessoa que: se ela sabe se organizar financeiramente, então a renda que ela ganha é suficiente. Assim, conseqüentemente não precisaria questionar o sistema, como podemos ver no trecho:

Acredito que a Educação Financeira pertença a um conjunto de estratégias características das sociedades de controle que visam minimizar a força política e maximizar a conformação dos sujeitos às condições sociais sem apelar para os rígidos regulamentos disciplinares. As estratégias atuais são mais sofisticadas do que aquelas da disciplina, sendo mais difíceis de serem percebidas e de suscitarem resistência. (SARAIVA, 2017, p. 160-161)

Nessa mesma perspectiva, Reginaldo Britto et al (2014) chamam de *financeirização da Educação Financeira* as iniciativas da sociedade de consumo, em que há, segundo eles, um

processo de legitimação da educação financeira, em que “trabalhadores são mantidos com baixos salários e os investimentos em sua qualificação tem o objetivo de adequá-los às necessidades do mercado” (p. 199) através de asserções como a do capital-trabalho. Nesse sentido, alguns “discursos envolvem o entendimento da Educação Financeira como prática capaz de favorecer ao capital valendo-se de sua apropriação da força de trabalho, ou seja, prescrevem como forma de interferência na relação capital trabalho” (ibid, p. 203) isentando a responsabilidade do Estado diante das situações de desigualdade, já que nessa perspectiva, o problema é que as pessoas não sabem sobre educação financeira, e com isso precisam aprender, para viverem bem com aquilo que possuem. Porém, como vimos com os dados da seção 1.3.1, com os contrastes da distribuição de renda, é improvável que todas as pessoas aprendam e se adequem a essa perspectiva de educação financeira, pois não depende só do interesse individual delas acerca da temática.

Portanto, nos aproximamos de uma Educação Financeira que seja proposta à contramão dessa individualização, trazendo uma análise crítica às propostas reducionistas e neoliberais financeiras e que, principalmente, se aproxime da realidade das pessoas envolvidas no ensino, dando ênfase ao que elas realizam e produzem dentro das suas possibilidades. Nos aproximamos assim, da Teoria da Economia Étnica, um tema da Sociologia Econômica discutido por Light (2005; 2007), Oswaldo Truzzi e Mário Sacomano (2007) e Taís Oliveira (2018):

[A Economia Étnica] investe esforços na compreensão de como os atores econômicos são condicionados pela interação e pela estrutura social, sobretudo ao que se refere a mecanismos sociais como confiança, integração e solidariedade entre grupos co-étnicos. O conceito em torno da teoria pressupõe estratégias de ajuda e defesa econômica mútuas com o objetivo de propor alternativas às possíveis exclusões e desvantagens do mercado de trabalho formal, além de observar ações de desenvolvimento técnico para que o grupo avance em suas atividades. (OLIVEIRA, 2018, p. 3)

Oliveira (2018) nos diz também que o termo Economia Étnica é uma tradução para a teoria *middleman minority* de Max Weber (1864-1920) e “os estudos a respeito do tema tratam de comunidades de imigrantes” (p. 3). Porém, Segundo Santos (2019):

Pode-se falar [no Brasil] em uma economia étnica porque se tem estratégias voltadas especificamente para grupos negros, usurpados, de sua identidade territorial e mutilados culturalmente. Mas que buscam através de uma rede de empreendimentos, tecida por meio de integração, solidariedade e promoção de circulação de riquezas

entre seus membros, fortalecer a comunidade étnica para que esta ocupe outros espaços, provoque fissuras em estruturas tradicionalmente moldadas e rompa com dinâmicas racistas e ultrapassadas, que só servem para preservar uma cultura colonial e supremacista branca. (SANTOS, 2019, p. 90)

Portanto, pensamos que o que temos nomeado *movimentos de auto-organização financeira negra*, se aproxima do que diz a Teoria da Economia Étnica. E tal conceito junto com o que discutimos até aqui - sobre nossas escolhas para tal caminho de pensar em uma Educação Financeira vista sob outras perspectivas - nos serviu na investigação do problema de pesquisa, principalmente durante a análise dos dados que foram produzidos, como veremos nas próximas páginas, sobretudo no capítulo 3.

CAPÍTULO 2: NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE: SOBRE ASPECTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DOS NEGROS

2.1 Retomando algumas ideias

No primeiro capítulo desta dissertação, abordamos sobre como algumas lentes imprimem uma abordagem para a Educação Financeira visando, ainda que indiretamente, a manutenção de desigualdades já existentes, como diz na música: *“onde o rico cada vez fica mais rico, e o pobre cada vez fica mais pobre. E o motivo todo mundo já conhece, é que o de cima sobe e o de baixo desce”*⁷. Essas perspectivas colocam a cargo somente do indivíduo a culpa, por exemplo, dele estar endividado ou de não conseguir guardar dinheiro em conta poupança. Muitas vezes, esse indivíduo recebe (quando recebe) apenas um salário mínimo e precisa pagar o aluguel e as contas básicas como água, luz e alimentação, utilizando todo o dinheiro recebido, sem nem sobrar para um lazer mínimo.

No entanto, algumas ideias do senso comum ligadas à Educação Financeira carregam uma concepção de que no Brasil (e no mundo, para alguns) as pessoas não sabem se organizar financeiramente. Mas o que é ser educado financeiramente? De fato, dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor PEIC (2021) mostram que 72,9% dos brasileiros estão endividados (LISBOA, 2021). Seria um reflexo dessa não organização financeira? Conjecturamos que não seja só por isso, visto que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que no segundo trimestre de 2021, 14,4 milhões de brasileiros estavam desempregados (IBGE, 2021).

Além disso, dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) de 2019 mostraram a diferença nas taxas de desemprego por raça. Segundo a pesquisa, 16% das pessoas pretas estão desempregadas e entre os pardos os desempregados totalizam 14,5%, ambos acima da média nacional (12,7%) no primeiro trimestre daquele ano. Enquanto isso, 10,2% dos autodeclarados brancos estão desempregados (SAKAMOTO, 2019). Silvio Almeida (2019) discute que se faz necessário olhar para as desigualdades com vistas sobre como o racismo estrutural organiza essas relações sociais e econômicas que são hierarquizadas e naturalizadas. Segundo ele, a teoria econômica do capital humano conjectura que:

⁷ Música: Xibom bombom, As meninas. Lançamento:1999

Branco e negro são desigualmente produtivos porque a discriminação histórica contra os negros criou um passivo educacional que realmente faz dos brancos detentores de um capital humano diferenciado. Assim, a justificativa da discriminação pela propensão a discriminar é insuficiente, já que o problema da desigualdade salarial residiria na baixa qualidade das escolas, na discriminação em relação ao nível educacional e, por fim, à discriminação racial. (ALMEIDA, 2019, p. 98-99)

Nessa visão, segundo o autor, há uma individualização do racismo, deslocado para um lugar de responsabilidade do comportamento, isto é, uma pessoa sofre discriminação no trabalho, está desempregada ou recebe baixo salário porque ela não fez o suficiente para sair disso, visto que “a desigualdade é eticamente justificável desde que fundada sob o mérito individual” (ALMEIDA, 2019, p. 99). Além disso, ele diz que essa concepção “alude ao ideal de um ambiente meritocrático, em que os indivíduos possam empreender livremente e concorrer entre si” (ibid, p, 99). Mas essa ideia reforça o ciclo de preconceitos e sobretudo desconsidera o processo histórico em que o racismo se fundou e que precisa ser quebrado. Mais ainda, Almeida (2019) diz que:

O racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, onde em geral se instalou uma lógica colonialista. O racismo, certamente, não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista. (ALMEIDA, 2019, p. 106-107)

Nesse sentido, observamos que há uma sustentação do neoliberalismo com a promoção da Educação Financeira que ignora esses cenários de desigualdade. Isto é, através da responsabilização dos indivíduos acerca de assuntos econômicos, o que segundo Saraiva (2017) é “produzir sujeitos capazes de uma boa adaptação ao capitalismo financeiro” (p. 169). Segundo ela, há uma manutenção do sistema capitalista para dizer a uma pessoa que: se ela sabe se organizar financeiramente, então a renda que ela ganha é suficiente. Assim, conseqüentemente não precisaria questionar o sistema, como podemos ver no trecho:

Acredito que a Educação Financeira pertença a um conjunto de estratégias características das sociedades de controle que visam minimizar a força política e maximizar a conformação dos sujeitos às condições sociais sem apelar para os rígidos regulamentos disciplinares. As estratégias atuais são mais sofisticadas do que aquelas

da disciplina, sendo mais difíceis de serem percebidas e de suscitarem resistência. (SARAIVA, 2017, p. 160-161)

Em consonância, Britto et al (2014) chamam de financeirização da Educação Financeira as iniciativas da sociedade de consumo, em que há, segundo eles, um processo de legitimação da educação financeira, em que “trabalhadores são mantidos com baixos salários e os investimentos em sua qualificação tem o objetivo de adequá-los às necessidades do mercado” (p. 199) através de asserções como a do capital-trabalho. Nesse sentido, alguns “discursos envolvem o entendimento da Educação Financeira como prática capaz de favorecer ao capital valendo-se de sua apropriação da força de trabalho, ou seja, prescrevem como forma de interferência na relação capital trabalho” (ibid, p. 203), isentando a responsabilidade do Estado diante das situações de desigualdade, já que nessa perspectiva, o problema é que as pessoas não sabem sobre educação financeira, e com isso precisam aprender, para viverem bem com aquilo que possuem.

Dito isso, fica evidente que essas perspectivas neoliberais de Educação Financeira, podem ser compreendidas como projetos hegemônicos de poder que reforçam as desigualdades raciais que se relacionam diretamente com os contrastes da distribuição de renda. Sendo assim, apostamos em uma Educação Financeira que seja proposta na contramão dessa que individualiza as responsabilidades econômicas. Isto é, que traga uma análise crítica às propostas reducionistas e neoliberais financeiras e que, principalmente, se aproxime da realidade das pessoas envolvidas no ensino, dando ênfase ao que elas realizam e produzem dentro das suas possibilidades. Pois, a forma que já lidam com o dinheiro e as finanças, ainda que sejam movimentações de sobrevivência, podem ser vistas sob perspectivas de existência e não somente de ausência ou falta. Assim, queremos dar foco a caminhos possíveis para construir uma educação financeira antirracista, como veremos na próxima seção.

2.2 Há Caminhos para pensar uma Educação Financeira Antirracista?

A nossa escolha de dar foco a uma discussão que traz experiências econômicas realizadas por pessoas negras desde o período do Brasil colônia até as experiências em um bairro periférico de Salvador, se alinha ao que Pereira (2019) aborda quando afirma que “movimentos da população negra, como valentes guerreiras, têm produzido diferentes estratégias de luta antirracista por educação e pela afirmação de sua humanidade ao longo da história” (p. 5). Importante dizer que o que para nós se configura como “movimento”, na

maioria dos casos se deu de forma espontânea ou possuía apenas o objetivo de optarem por algumas ações para terem melhores condições de existência.

Nesse sentido, o termo que trazemos no título da dissertação: “perspectiva antirracista”, é apenas uma roupagem possível para o que poderia ser entendido por antirracismo. E, neste caso, o enfrentamento às ideologias que podem ser consideradas como racistas, se dará com o resgate de algumas memórias históricas em consonância com o que Lélia Gonzales (1983) discute sobre a necessidade de não aceitar as tentativas da ideologia de branqueamento que desprezam tudo que envolve características negras - físicas e histórico-culturais, pois segundo ela, “consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como verdade.” (p. 226) e mais ainda, ela afirma que: “no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido” (ibid, p. 226-227)

Assim, propomos neste capítulo, olhar para a história, sem romantizar, mas a fim de compreender algumas ações históricas de sobrevivência e resistência realizadas pelas pessoas negras em situação de escravização. Isto é, para refletir como movimentos de organização financeira que essas pessoas possivelmente realizaram em meio ao contexto do Brasil colônia, pode ser uma costura que leve a tensionar como esses saberes produzidos podem ser resgatados para pensar em uma Educação Financeira que contribua com a luta antirracista atual. Pois, parafraseando o cantor Emicida no seu álbum Amarelo de 2019 é importante que:

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência
Me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi

Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí

Emicida com Majur e Pablló Vittar. *AmarElo - Sample: Sujeito de Sorte - Belchior*.
Álbum: AmarElo, 2019
Composição: Dj Juh, Emicida e Felipe Vassão.

Dessa forma, apresentamos no primeiro capítulo, um dos objetivos específicos da dissertação, que é *investigar os movimentos de auto-organização financeira negra realizados*

historicamente, o que visamos como um caminho possível para pensar na construção de uma Educação Financeira antirracista. Isto porque, em nossas hipóteses, entendemos que: (i) como estas minorias negras tiveram parte da história de luta e resistência apagada pela colonialidade, o legado de organização financeira de ex-escravizados foi invisibilizado; (ii) seus descendentes, sem o acesso a essa memória histórica, construíram o imaginário das suas identidades em um lugar de inferioridade.

É importante dizer que essas aspirações surgiram em um contexto em que li o livro *Um defeito de cor* da escritora Ana Maria Gonçalves (2006). Pois, me deparei com a emocionante narrativa de Kehinde, uma mulher escravizada que na trama se tornou quituteira e, nesse processo, conseguiu juntar a quantia necessária para se alforriar, e depois disso se tornou comerciante. A narrativa de Gonçalves (2006) mistura aspectos verídicos que atravessaram a história do Brasil com uma ficção criada pela escritora, o que deixa o(a) leitor(a) com dúvida sobre onde começa e termina a realidade.

Assim, para a construção deste capítulo, inspirado em uma revisão bibliográfica de textos historiográficos, nos aproximamos da análise sobre algumas movimentações financeiras das pessoas negras ex-escravizadas ou libertas, já abordadas na historiografia por autores como Bárbara Primo (2010), Carlos Valencia (2016), Keila Grinberg (2011), Sheila de Castro Faria (2004), Thiago Alvarenga (2016) e Vilmara Teixeira (2006). No entanto, faz-se necessário dizer que a metodologia utilizada na construção desta aproximação historiográfica se deu "espontaneamente", pois, na verdade, cada leitura levou direcionou a uma leitura seguinte, acerca da temática.

A leitura disparadora foi encontrada ainda no primeiro ano do mestrado, em meio aos primeiros ajustes do projeto de pesquisa. Isto é, junto com o desejo de pesquisar sobre educação financeira ligado aos moradores do bairro Nordeste de Amaralina e com a lembrança de como a personagem Kehinde de *um defeito de cor* tinha conseguido juntar o dinheiro da época, como “escravizada de ganho”⁸ para comprar a alforria dela. Nesse contexto, à nível de curiosidade, foi feita uma busca no *Google Scholar* para descobrir mais sobre “mulheres forras”. Essa busca levou a pesquisa de Bárbara Primo (2010) na qual, ela apresentou em sua dissertação de mestrado, intitulada *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João*

⁸ Os escravos de ganho, no contexto do Brasil colonial e do Império, eram escravos obrigados pelos seus senhores a realizar algum tipo de trabalho nas ruas, levando para casa ao fim do dia uma soma de dinheiro previamente estipulada.

Del Rey: Séculos XVIII e XIX, como mulheres negras, as quais se alforriaram no período da escravatura, se dedicaram à atividade comercial e deixaram heranças para seus descendentes:

Estas mulheres dominavam o comércio a varejo e, com a ajuda de suas escravas, conseguiram acumular pecúlio significativo. Apesar das adversidades e dos vários preconceitos que sofriam, os testamentos e inventários mostram que estas mulheres superaram os entraves e, mesmo mantendo os estigmas, conseguiram enriquecer numa sociedade extremamente hierárquica e elitista. Andando ataviadas de jóias, vestindo sedas e acompanhadas de seus séquitos de escravos, estas mulheres negras chocavam e burlavam a ordem vigente. Nesta sociedade onde a aparência é definidora do ser, elas souberam se apropriar dos signos e símbolos necessários para se distinguirem dos demais. Através da cultura material pode-se reconstituir o cotidiano destas mulheres e sua inserção na sociedade. Por meio das jóias e adornos percebemos crenças e vislumbramos rituais ocultos, referência africanas sufocadas em meio a uma religião imposta; percebemos o gosto pelo luxo, pela beleza, pela sedução; percebemos estratégias de ascensão social, entesouramento, sistemas de crédito. (PRIMO, 2010, p. 54-55)

Essa leitura me fez descobrir que realmente existiram mulheres escravizadas que angariaram pecúlio⁹ e se tornaram forras, como falava no livro *um defeito de cor* - que até então se mostrava como uma mescla de ficção com realidade, causando uma inquietação sobre como apesar dessas mulheres terem deixado heranças para seus descendentes, essas histórias não eram contadas. Além disso, me fez pensar como seria importante, por exemplo, que crianças negras soubessem essa história de resistência, sobre seus antepassados negros e negros. E não somente a história de que os negros escravizados apanhavam em pelourinhos. Mais ainda, como Levi Ferreira (2021) discute sobre o mito que é apresentado até hoje no Brasil, de que os negros foram salvos da escravização porque a princesa Isabel assinou a lei Áurea.

Então, depois dessa primeira leitura, outras foram sendo encontradas visando aprofundar um pouco mais nessa temática sobre como os negros atuaram na economia da época em lugares diferentes dos que lhes eram permitidos até então, ou seja, além do infeliz papel de serem considerados mercadorias pelos colonizadores. Alguns dos termos utilizados nas buscas das demais leituras, no *Google Scholar*, eram semelhantes a: “negros forros”; “ascensão econômica dos negros”; “compra de alforrias”; “irmandades negras”. Assim, descobrimos que existiram organizações de pessoas negras que cumpriam esse papel de ser um local de depósito da moeda que seria utilizada na compra das alforrias (TEIXEIRA, 2006; ALVARENGA, 2016; PRIMO, 2010). Além disso, que alguns bancos, como a Caixa Econômica, da época, também

⁹ pecúlio nesse sentido é para fazer referência a quantia em dinheiro que as pessoas escravizadas guardavam para comprar suas alforrias. Mas poderíamos dizer que hoje o termo poderia ser usado como referência ao dinheiro que algumas pessoas guardam, pensando nas suas aposentadorias, por vezes através de previdência privada.

eram locais de depósito de movimentação desses que se tornariam ex-escravizados (GRINBERG, 2011; ALVARENGA, 2016; VALENCIA, 2016).

A fim de uma melhor organização dessas ideias e para delimitação das buscas relacionadas às leituras encontradas, organizamos este capítulo em mais duas seções que apresentarão os textos (entre artigos, dissertações e teses) selecionados sobre a temática que se relacionam com os seguintes critérios: i) acúmulo de pecúlio para alforrias e a contribuição econômica de negras e negros livres no Brasil colônia, na seção intitulada: *Nossos passos vêm de longe: sobre pecúlio, alforrias, o papel das mulheres forras e negros/negras livres*; e (ii) o papel dos bancos e das irmandades, na seção intitulada *Algumas formulações sobre as irmandades e o ato de poupar dos negros/negras*.

2.3 Nossos passos vêm de longe: sobre pecúlio, alforrias, o papel das mulheres forras e negros/negras livres

“*Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje.*” é um ditado iorubá que conheci através do Rapper Emicida, após ser citado em seu documentário de 2020, *AmarELO - É tudo pra ontem*. Segundo essa interpretação, Exu subverte o tempo (AIRES, 2021) pois na concepção africana, o tempo é cíclico, então o passado pode ser reinventado. Assim, a compreensão de tal ditado se complementa com o provérbio Sankofa, que é um pássaro com a cabeça para trás, e significa que “*nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás*”. Isso simboliza também a ideia de que algumas coisas do presente só serão compreendidas ao olhar para o passado, assim como olhando para algumas coisas que estão postas hoje, compreenderemos o passado. Nesse mesmo sentido, Krenak (2019) chama o futuro de ancestral.

Portanto, quando dizemos que nossos passos vêm de longe, é com o propósito de que as tentativas de resgates de algumas memórias sejam apresentadas e observadas sem julgamentos e sem anacronismos. Tais resgates devem trazer uma concepção voltada para a elucidação de aspectos já abordados em alguns estudos historiográficos que discutem as várias formas de alforrias e como alguns negros/as realizaram mobilizações de resistência para angariar pecúlio - no popular: pé-de-meia, uma quantia guardada por alguém com objetivo de fazer algo - e neste caso, com o intuito de se alforriarem. E mais, como negros/as libertos movimentaram a economia da época, alguns deles, por exemplo, até se tornaram senhores

possuindo cativos¹⁰. Além disso, há um destaque para a presença econômica das mulheres negras, que alguns autores discutem como elas movimentavam o comércio de rua, quando eram cativas de ganho e depois, quando livres, atuavam como quituteiras ou comerciantes, como abordaremos nesta seção.

Thiago Alvarenga (2016) na dissertação de mestrado intitulada “*Ato de poupar dos escravos: poupanças de escravos no Rio de Janeiro ao longo do século XIX*” diz que apesar da tragédia que foi a escravização, “os escravos traçavam estratégias para sobreviver, dentre as quais apontamos a constituição de pecúlio e, por conseguinte, mediante a oportunidade criada por algumas instituições financeiras, a poupança” (p.17). Além disso:

Mesmo que adquirisse meios para sua própria gestão, isto é, competência para gerir sua própria vida, o escravo não gozava de livre arbítrio para tomar suas próprias decisões, uma vez que está condicionado pela vontade do senhor, o qual tinha a propriedade do escravo em lei. Portanto os escravos não poderiam ter essa autonomia, a menos que ela fosse condicionada e assim não estaríamos falando de autonomia como definida no dicionário, mas sim de certas concessões. (...) Mesmo com todas estas dificuldades elevadas pelas condições impostas da época e pelo cativo, os escravos conseguiram alcançar alguns de seus objetivos econômicos, principalmente quando detinham um certo grau de autonomia para gerir seus recursos e, desta maneira, a possibilidade de acumulação. O que não significava dizer que os grilhões da escravidão brasileira foram brandos ou que esse grau de autonomia alcançava um grande número de cativos. (ALVARENGA, 2016, p. 37)

Alvarenga (2016) aborda sobre os/as escravizados/as de ganho, que eram aqueles que, impostos pelos seus senhores ou por algum tipo de negociação, realizavam serviços na cidade e:

Recebiam em dinheiro pela força de trabalho e tempo empreendido pelos serviços prestados, sendo que parte considerável do dinheiro era destinado ao ganho do seu senhor e o restante ficava para os gastos habituais do cotidiano, principalmente a alimentação e moradia, podendo haver ou não uma margem de acumulação para outros objetivos econômicos, como por exemplo alforria, investimento, constituição de bens, entre outros. (...) o escravo de ganho se diferenciava dos demais, pois enquanto os domésticos e os lavradores estavam mais “próximos” do senhor e seus feitores, o escravo de ganho gozava dessa maior mobilidade, necessária para realizar suas tarefas e conseguir a renda estipulada pelo seu senhor, o qual podia entrar em contato com seu cativo apenas para tomar aquilo que lhe era combinado. Acrescentaria também que, usualmente, o escravo de ganho arcava com os gastos cotidianos, como por exemplo o de moradia e alimentação. Além da grande parte da renda obtida pelo ganho que ficava nas mãos de seus senhores, outra parte substancial, retida pelo escravo, custeava a sua sobrevivência. (ALVARENGA, 2016, p. 40)

Esses custos de autossobrevivência dos escravizados de ganho por vezes não eram supridos, pois “as principais causas de mortes dos escravos na cidade do Rio de Janeiro entre

¹⁰ Cativo é um termo utilizado para fazer referência aos escravizados/as.

1800-1850 estão ligadas a doenças causadas pela desnutrição e péssimas condições higiênicas.” (ALVARENGA, 2016, p. 42). Já sobre onde residiam:

No que se refere à moradia, os escravos podiam residir longe de seus senhores sob a intenção de ficar mais próximos das oportunidades de ganho ou mesmo pela incapacidade de senhores menos abastados manterem sua escravaria sob próprio teto. Essa prática de se manter longe de seus senhores possibilitou aos escravos criarem seus próprios espaços - cortiços, casas, casebres, quartos e etc, com outros negros livres, libertos e/ ou até mesmo escravos de diferentes senhorias. (...) Vale ressaltar que constantemente essa prática de deixar os escravos “perambulando” livremente pelas ruas da cidade era mal visto e desaconselhados pelas autoridades, como pode ser no depoimento de um legislador na Câmara Municipal enunciando os prejuízos das habitações “escravas” a ordem pública. (ALVARENGA, 2016, p. 41)

Esses escravizados de ganho eram obrigados, por exemplo, a fazer esse movimento de resistência de trabalhar diariamente carregando tabuleiro pela cidade para vender comida ou realizar serviços de condução de embarcações dia e noite. Assim, “mesmo que não abarcasse grande parte dos escravos, a constituição do pecúlio era uma aspiração para os indivíduos cativos e estratégia entre suas famílias.” (ALVARENGA, 2016, p. 44). Nesse mesmo sentido, Vilmara Teixeira (2006), com seus estudos em *Negras Senhoras: o universo material das mulheres africanas forras*, traz um recorte sobre a comarca do Rio das Mortes, localidade importante da capitania de Minas Gerais, que tinha grande atividade mercantil e produção agrária no Brasil colônia. E diante disso, situa como algumas mulheres, apesar de poucas, “conseguiram ascender economicamente através da comercialização de gêneros alimentícios” (p. 2). Ela retrata sobre como na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a presença de mulheres forras era marcante:

Na Idade do Ouro, nas Minas Gerais, esta presença não ocorreu em menores proporções, escondidas atrás de designações como “Negras de tabuleiro”, essas mulheres circulavam nos centros urbanos mineiros com seus apetitosos quitutes. É muito sugestivo a presença de bacias, tachos, tabuleiros, chocolateiras, fôrnas, balanças e outros utensílios utilizados na fabricação e venda de quitutes, registrados nos inventários das africanas forras de nossa pesquisa. Gracia Dias de Oliveira, natural de Angola e moradora da vila de São João Del Rei, faleceu no ano de 1768 deixando vários bens avaliados em 1:645\$983. Entre seus utensílios estavam colheres e garfos de prata, tachos de cobre, garrafas de vidro, pratos de estanho, tabuleiros e balanças. (TEIXEIRA, 2006, p. 36)

A presença dessas mulheres incomodava principalmente os proprietários de escravizados, “elas eram freqüentemente acusadas de desvio de jornais, pois consumindo os quitutes e aguardentes vendidos pelas negras, os escravos debilitavam o volume do ouro

recolhido.” (TEIXEIRA, 2006, p. 37). Além disso, “pela mobilidade e facilidade de interação as pretas forras congregavam em torno de si segmentos variados da população pobre mineira, muitas vezes prestando solidariedades a práticas de desvio de ouro, contrabando, prostituição e articulação com quilombos” (ibid, p. 37) e mais,

Mesmo para as que conseguiam enriquecer, as possibilidades de inserção eram limitadas e a sua riqueza, muitas vezes, não era reconhecida, posto que seus contemporâneos “insistiam em vê-las pelo seu passado como escravas e pela forma com que tiveram acesso aos bens”. Em última instância, pobres ou ricas, as mulheres africanas forras enfrentaram inúmeras dificuldades para serem reconhecidas como participantes da sociedade colonial. Eram os traços expressivos e visíveis da hierarquização característica do Antigo Regime português modificado e transportado para os trópicos. Neste contexto, tornava-se necessário a elaboração de estratégias que possibilitassem o mínimo de reconhecimento. Para tanto, estas libertas fizeram-se presentes no comércio local, exploraram os segredos da cozinha e da sexualidade, transformaram-se em solicitadas parteiras, impuseram-se como guardiãs principais das tradições culturais africanas e afro-brasileiras, estabeleceram, na medida do possível, laços de amizade e de interesse com os mais bem classificados na escala social setecentista. (TEIXEIRA, 2006, p. 49-50)

Primo (2010), para discutir sobre a ascensão econômica de mulheres forras, faz um apanhado historiográfico com o intuito de debater a visão de alguns autores sobre as diversas formas dos negros/as se alforriarem:

A alforria poderia ser alcançada de diversas maneiras, onde cada forma ou tipo revelava e traduzia a trajetória do cativo até aquele momento e as estratégias desempenhadas por ele ou seus parentes neste caminho tortuoso até a liberdade. Fosse uma alforria testamentária, cartorária, obtida na pia batismal, de forma gratuita, condicional ou onerosa, cada uma apresentava suas peculiaridades e espelhava a relação senhor - escravo. Mas fosse como fosse, em última instância, a concessão da alforria, mesmo a onerosa, representava uma conquista do cativo e, de igual maneira, a liberalidade do seu senhor. Não devemos nunca esquecer que o senhor, se assim o quisesse, poderia vender seu escravo no lugar de alforriá-lo. A manumissão, portanto, era usada pelos senhores de forma a garantir bons serviços ou dada em reconhecimento dos trabalhos prestados, era conquistada pelo escravo por sua capacidade de bajular seus senhores e compreender os mecanismos do sistema por merecimento. Várias foram as motivações, as estratégias e as maneiras de se conseguir a liberdade. Qualquer tipologia ou tentativa de encaixar as alforrias em fórmulas estariam simplificando ou minimizando um processo complexo que, embora tenha tido tendências, dependeu, sempre, da vontade do indivíduo. Os apelos e pressões morais, os laços de afinidade e consanguinidade, os reveses econômicos, a capacidade do escravo em acumular pecúlio e conquistar seus senhores, todos são motivações legítimas e plausíveis, que em conjunto, explicam a concessão/conquista da carta de liberdade e os mais diversos meios de consegui-la. (PRIMO, 2010, p. 18-19)

Essas alforrias, segundo Primo (2010), poderiam ser dispostas de três maneiras, formalmente: através da carta de liberdade, do testamento ou da pia batismal. E “estas três formas de comprovação da liberdade, por sua vez, estariam conjugadas com outras três formas

básicas de concessão da alforria: onerosa, gratuita ou condicional.” (p. 23). E essas concessões se deram de inúmeras maneiras, influenciada por diversos fatores, assim não há como padronizá-las, pois:

Uma alforria gratuita, por exemplo, poderia ser uma nítida demonstração do senhor de reconhecimento dos serviços prestados por aquele escravo, ou por gratidão por ter o cativo cuidado do seu senhor doente, ou ainda representar os esforços do mesmo em conquistar a confiança e amor do seu senhor. As alforrias condicionais, entre outras várias motivações, poderiam traduzir o desejo do senhor em não deixar membros de sua família desamparados, ao atrelar liberdade do escravo ao acompanhamento de determinado parente. As alforrias onerosas, por sua vez, poderiam advir da necessidade do senhor em pagar alguma dívida ou ainda pelo fato do mesmo estar ciente da capacidade de seu cativo em acumular pecúlio e comprar a própria liberdade. (PRIMO, 2010, p. 23-24)

As alforrias condicionadas ou onerosas, neste caso, são as que mais nos interessa, visto que são as que tocam o que estamos abordando sobre a relação dos escravizados com o pecúlio para adquirirem suas respectivas liberdades:

As alforrias testamentárias onerosas, por sua vez, estão frequentemente associadas à capacidade dos cativos em amealharem recursos. Embora também pudessem ter sido pagas por pais, mães, padrinhos ou parentes, foi mormente através dos esforços dos próprios cativos em acumular pecúlio que tal prática se desenrolou. Fosse através do excedente dos seus jornais ou da concessão dos senhores de parte do tempo ou, até mesmo, de todo o tempo de trabalho para que o cativo conseguisse acumular quantia suficiente para comprar sua própria liberdade, a alforria onerosa foi muito comum, sobretudo em zonas urbanas. Seria bem sucedido, portanto, aquele cativo que desempenhasse algum ofício ou desenvolvesse alguma atividade rentável, de forma a conseguir, o mais rápido possível, o valor estipulado por seu senhor. Para escravos de zonas rurais, no entanto, o acúmulo de pecúlio seria mais difícil - embora tenha ocorrido. (PRIMO, 2010, p. 34)

Nota-se que os escravizados conseguiram, ainda que tenha sido com muito *jogo de cintura e engolindo sapos*¹¹ diante de toda humilhação do período, adentrar no testamento de seus senhores, mesmo que sob algumas condições de concessão pré-estabelecidas - como por exemplo, “garantir ao seu escravo a liberdade atrelando-a a sua própria morte” (PRIMO, 2016, p.34) - reivindicaram suas liberdades. E, sobretudo, com os serviços que realizavam, conseguiram juntar o valor necessário para comprar suas emancipações. Em um contexto colonial e desumano de escravização, estratégias como essas foram estabelecidas por eles/elas

¹¹ Jogo cintura e engolindo sapos são expressões populares para indicar a flexibilidade para aguentar ou lidar com algo.

para que pudessem viver em condições menos deploráveis. Segundo Primo (2010), também existiram as alforrias sob medida de coartação, ou seja, havia um tempo estimado para que fosse concluído o pagamento:

Modalidade muito comum e bastante peculiar entre as alforrias testamentárias condicionais onerosas foi a coartação. A coartação significava, basicamente, estipular um determinado espaço de tempo para que o escravo conseguisse acumular pecúlio suficiente para pagar sua liberdade. De posse da *carta de corte*, portanto, o escravo tinha liberdade para procurar serviços em diversos lugares, trabalhando, neste espaço de tempo, em benefício próprio. As formas de pagamento, bem como o tempo estipulado, variaram muito em decorrência da época ou região. O cativo coartado, portanto, encontrava-se entre a liberdade - uma vez que dispunha de autonomia para locomover-se em busca de serviços - e a escravidão - visto que não estava de posse, ainda, da sua carta de alforria. (PRIMO, 2010, p. 35)

Para pagarem essas alforrias coartadas, segundo Alvarenga (2016), os escravizados trabalhavam de forma flexível com o que surgia, desenvolvendo ofícios como: serviços domésticos, mecânicos, marítimos, comércio alimentício nas ruas e artesanatos. Um detalhe importante é que “ficava terminantemente proibido aos senhores colocarem seus escravos ao ganho de rua sem a autorização expressa e licença feita na câmara municipal do Rio de Janeiro” (ALVARENGA, 2016, p. 55). Os senhores tinham que pagar um valor de 1\$000 réis (mil réis) por essa licença, que tinha validade de um ano. Por outro lado, Primo (2010) destaca a observação de que entre esses escravizados de ganho, a presença feminina era notável e marcante:

As diversas estratégias empenhadas por essas mulheres para se aproximar de seus senhores e estabelecer laços com eles e suas famílias, conscientemente ou não, materializaram a “miragem” da liberdade para este grupo tão peculiar. Escravas, indubitavelmente, souberam, mais do que os homens, como colher os frutos desta proximidade, caminhando, com destreza, pelos caminhos tortuosos que levavam à liberdade. A conquista da manumissão, para si próprias ou para seus filhos e parentes, exigiu destas mulheres habilidades múltiplas, que variaram desde a capacidade de convencimento dos senhores, ao desempenho de alguma atividade que possibilitasse amearhar recursos. (PRIMO, 2010, p. 38-39)

Além disso, Primo (2010) traz mais alguns argumentos sobre esse fato de que o número de mulheres que se alforriaram tenha sido maior que o número dos homens. Para justificar esse fato, ela traz três hipóteses: as duas primeiras já haviam sido abordadas também pela historiografia e a terceira é um outro historiador, Peter Eisenberg (1989). Segundo a primeira hipótese diz que “o escravo, tendo sido o mais requisitado, por sua força física, enquanto mão-de-obra, teria alto valor no mercado, ao passo que a escrava, preterida, teria um valor menor, que poderia ser quitado mais facilmente.” (PRIMO, 2010, p. 40). A segunda hipótese, “ressalta

que escravas estabeleciam, mais frequentemente e de maneira mais natural, laços com seus senhores, fossem eles afetivos, sexuais ou de reciprocidade.” (PRIMO, 2010, p. 40). E a terceira hipótese diz que “famílias escravas teriam juntado seus esforços no intuito de alforriar escravas, como uma forma de poupar seus futuros irmãos, filhos e netos, julgos do cativoiro” (PRIMO, 2010, p.41).

Independente da forma e das razões existentes para que essas mulheres tenham se tornado forras, algumas dessas ex-escravizadas conseguiram mudar a realidade das situações adversas que viviam no período do Brasil colônia, realizando inclusive mobilidade social. Teixeira (2006) analisou testamentos e inventários de algumas mulheres africanas forras da Comarca do Rio das Mortes observando o comportamento delas no pós alforria:

Mesmo para as que conseguiam se sobressair, as possibilidades de inserção eram limitadas e a sua riqueza, muitas vezes, não era reconhecida, posto que seus contemporâneos “insistiam em vê-las pelo seu passado como escravas e pela forma com que tiveram acesso aos bens”. Em última instância, pobres ou ricas, as mulheres africanas forras enfrentaram inúmeras dificuldades para serem reconhecidas como participantes da sociedade colonial. Eram os traços expressivos e visíveis da hierarquização característica do Antigo Regime português modificado e transportado para os trópicos. (...) Para tanto, estas libertas fizeram-se presentes no comércio local, exploraram os segredos da cozinha, transformaram-se em solicitadas parteiras, impuseram-se como guardiãs principais das tradições culturais africanas e afro-brasileiras, estabeleceram, na medida do possível, laços de amizade e de interesse com os mais bem classificados na escala social setecentista. (TEIXEIRA, 2006, p. 49-50)

Além disso, “uma mulher africana recém egressa do cativoiro, em busca de uma reinserção na sociedade, procurava, principalmente ter acesso a uma casa para morar, a escravos para trabalhar por ela e jóias para exibir seu poder e socorre-la nos momentos difíceis.” (TEIXEIRA, 2006, p. 55). Nesses testamentos foram encontradas, segundo a autora, informações sobre bens de prestígio (móveis, joias, roupas e enxoval), escravos, utensílios, animais, imóveis, dívidas, dinheiro e outros que essas mulheres possuíam e estariam deixando como herança:

O peso dos ativos escravos, imóveis e dívidas ativas nos bens das libertas sugere a reiteração dos padrões de investimento econômico da elite escravista. Dada a natureza mercantil da colônia, estes eram os bens capazes de gerar maior riqueza. Apesar das mulheres forras movimentarem apenas 25% do total absoluto investido nestes ativos pelos homens ricos da comarca do Rio das Mortes, as opções eram as mesmas. Ao contrário do que foi observado para o Rio de Janeiro por Fragoso e Florentino e em Minas Gerais por Carla Almeida, as mulheres forras, embora fizessem parte do grupo menos abastado, não investiam apenas em bens rurais. (TEIXEIRA, 2006, p.58)

Essas mulheres eram extremamente visionárias. Segundo Teixeira (2006), algumas delas possuíam terras minerais - regiões onde eram encontrados minerais preciosos no Brasil colônia - e mais de um imóvel, o que levou a perceberem que elas faziam alugueis destes. Além disso, as dívidas que apareciam nos testamentos, não eram só por conta de atividades comerciais, estavam relacionadas a concessão de empréstimos com juros que elas disponibilizavam. Mais ainda, “o bem mais importante no patrimônio das mulheres forras era, sem dúvidas, os escravos. Tal comportamento, apesar de parecer contraditório era comum a toda população de cor alforriada que conseguia reunir algum pecúlio.” (TEIXEIRA, 2006, p. 60). O fato dessas mulheres possuírem cativos, era uma forma de mostrarem um certo prestígio social, ou seja, de que eram diferentes dos cativos. E, algumas usavam dessas estratégias para contribuírem para que outros negros se alforriassem também, além de acumularem renda para elas.

Os bens de prestígio (móveis, joias, roupas e enxoval) eram importantes para essas mulheres, pois se configuravam em investimentos financeiros que poderiam ser utilizados para serem, “penhoradas, vendidas ou trocadas por outros produtos que necessitassem, e no futuro, após a morte da inventariada, serviriam para cobrir as despesas do testamento, do inventário, as dívidas passivas caso houvesse e também podiam ser um excelente legado” (TEIXEIRA, 2006, p. 64).

Porém, além dessa questão financeira, estavam associadas algumas questões estéticas dessas mulheres, pois era uma forma delas mostrarem socialmente que o lugar que estavam ocupando, tentando se aproximar inclusive dos padrões estabelecidos pela aristocracia branca do Brasil colônia que determinavam quem estavam bem vestidos e trajados, o que determinava o lugar da hierarquia social que a pessoa ocupava. Mas, foram sancionadas medidas pelo império, para limitar e designar o modo que negros/negras forros e libertos poderiam se vestir para se diferenciarem dos brancos. “No Brasil colônia, foram as cartas régias de 1696, 1703 e 1709 que delimitaram o uso de artigos de luxo. Já em 1749 foi elaborado o primeiro documento que tratou claramente a questão das roupas dos escravos, e, sobretudo das escravas e libertas.” (TEIXEIRA, 2006, p. 65). Contudo, a forma que as pessoas negras se vestiam e se manifestavam culturalmente incomodava os colonizadores, então:

O estudo da construção de uma identidade entre o grupo das mulheres africanas forras a partir de princípios estéticos faz-se necessário na medida em que estes caracterizaram o modo pelo qual as culturas africanas misturaram-se e sobreviveram

no Brasil. Considerando que a estética é um elemento que pode ser assimilado ou transformado em contato com outras culturas, uma análise mais detida das roupas e das jóias usadas por estas libertas possibilitará compreender o modo pelo qual a interação entre os diversos grupos africanos e entre estes e os habitantes da colônia foi capaz de gerar novas formas de organização social. (...) as condições da escravidão impediram os africanos de realizar em toda sua plenitude sua própria produção estética, porém tudo nos leva a crer que eles tiveram oportunidades de escolher entre uma diversidade de elementos aqueles que estariam próximos das manifestações de suas origens. Na África, as formas de vestir e adornar o corpo eram utilizadas como mecanismos de diferenciação social. No período que precedeu o primeiro contato com os europeus, os africanos já haviam desenvolvido a indústria têxtil, e as descrições mais antigas mostram toda a variedade de estilos de roupas usados pela população. No entanto, no período colonial, as elites começaram a se adornarem com alguns tecidos e estilos europeus. (TEIXEIRA, 2006, p. 66)

Assim, a forma que essas mulheres africanas forras se vestiam era símbolo também de resistência da composição da herança das suas origens, com a necessidade de demarcarem entre seus pares, o papel social que elas haviam conquistado. Por isso, as jóias e as vestimentas que elas deixavam em testamento também eram importantes para elas. Nos testamentos foram registradas também a presença de joias e objetos que estavam associados a um valor religioso que, por vezes, se mascaravam de católicas para serem respeitadas na hierarquização da sociedade colonial, apesar de serem objetos característicos de cultos africanos. Visto que a tais objetos e a “estes adornos eram atribuídos poderes mágicos e místicos capazes de afastar mal olhado, melancolia, medo e esterilidade e de proteger contra as más influências, discórdias e desarmonia. Para forros e cativos esses objetos possuíam um valor hierárquico.” (TEIXEIRA, 2006, p. 71)

Nota-se que essas mulheres africanas forras trilharam um caminho para serem respeitadas a todo custo na sociedade escravista da época. A questão financeira foi importante, mas “a manutenção e/ou redefinição do lugar ocupado na hierarquia social dependia bastante de fatores extra-econômicos, como por exemplo a estabilidade familiar e a participação em redes de sociabilidade.” (TEIXEIRA, 2006, p. 71). Nesse sentido, algumas mulheres forras contribuíram para melhores condições de vida de parentes e de vizinhos, até “apadrinhando” algumas e alguns de seus cativos, que seriam destinados a receberem suas heranças, garantidas nos testamentos. Outras viam o casamento como uma forma de conseguirem segurança econômica e apoio. Isto é, apesar de algumas dizerem em seus testamentos que fizeram maus casamentos, ou que casaram mais de uma vez, todas faziam questão de dizerem que conseguiram suas ascensões econômicas sozinhas:

A mulher africana forra preferencialmente se casaria com um liberto. No limite, era preferível pagar pela alforria do futuro marido do que constituir uma aliança desta natureza com um cativo. Por outro lado, pelo desenrolar das histórias, esta pode ter sido uma estratégia utilizada pelos escravos para conseguir a liberdade e condições materiais para sobreviver, sem ter que trabalhar novamente. O fato de elas procurarem o divórcio e deixar claro em seus testamentos a não participação dos maridos na construção do patrimônio demonstra o caráter econômico da união. É melhor perder o marido do que os bens. A presença de um recasamento é um outro dado que demonstra a importância da instituição para as libertas. Ademais, comprova a posse significativa de recursos por essas mulheres, que além de comprarem a liberdade dos maridos ainda os sustentavam. Pela leitura de outros testamentos, percebemos também, que algumas libertas viam o casamento como um bom negócio. Descobrimos que elas incentivavam suas filhas, afilhadas e até escravas a se casarem. Observamos em muitos casos que a condição básica para uma herdeira mulher receber sua herança era que a mesma contraísse núpcias. (TEIXEIRA, 2006, 82)

Mas, essa visão de segurança que elas tinham sobre o casamento era derivada principalmente da visão do Estado e da Igreja Católica da época, que viam no casamento uma forma de controlar os papéis sociais dos cidadãos e, em especial, para os negros/mestiços era visto como uma forma deles se tornarem mais “domesticados”, como gostariam:

A disciplina, a definição dos papéis, a austeridade e a tolerância subjacentes ao modelo cristão de organização familiar tornavam-se elementos que justificavam os esforços da ordem temporal e espiritual. Cobia disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e o uso do corpo. O matrimônio passara a ser incentivado na Capitania, principalmente entre a população de cor, pois “a miscigenação poderia acabar comprometendo a continuidade da comunhão de interesses na relação Colônia – Metrópole. Chega a ser desnecessário lembrar que para a ideologia colonialista os mestiços, em geral libertos, representavam uma população indisciplinada e inquieta socialmente, desclassificados e desligados do sistema escravista-exportador. O casamento traria para estes grupos estabilidade, amor à terra e disciplina moral” (TEIXEIRA, 2006, p. 79)

Diante disso, algumas mulheres forras se disponibilizavam até a darem dotes para que suas afilhadas tivessem um bom casamento. Sheila de Castro Faria (2004) apresentou uma tese para o concurso de professora titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada: *Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas forras nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey* e traz argumentos na direção dos que foram abordados sobre as mulheres forras,

sobre elas se organizaram e atuaram no pré e no pós libertação da escravização. Segundo a autora, essas mulheres após se alforriarem, investiam em boa criação, fosse aprendendo profissões através do casamento ou de inserções em irmandades. “As famílias, assim como certas irmandades, baseadas na origem étnica ou geográfica, foram, certamente, o alicerce para muitas escravas se tornarem livres, enriquecerem e, por sua vez, adotarem os mesmos procedimentos.” (FARIA, 2004, p. 205). E mais:

O conjunto dos escravos dessas mulheres forras era feminino e africano, com presença freqüente de famílias representadas pelas mães escravas e seus filhos. Formaram grupos femininos e com crianças, mesmo que não fossem filhos das testadoras. Ao morrer, as senhoras libertavam generosamente suas crias, mas obrigavam as mães a pagarem o preço que haviam investido na sua aquisição. Mas também para elas havia ajuda. Deixavam, quase sempre, esmolas para suas escravas e ex-escravas, constituídas por roupas, móveis e jóias. Privilegiavam, na distribuição das “esmolas”, filhas de escravas já forras há algum tempo, as próprias ex-escravas e afilhadas. Pouquíssimos foram os homens, em qualquer condição (ex-escravo, afilhado, filho de ex-escrava, etc.), que mereceram as benesses destas mulheres. Ao contrário, mesmo sendo filho ou marido, tiveram delas reprovação aos seus atos e tentaram, em alguns casos, retaliação, representada na diminuição da herança ou da meação a que teriam direito. Outras, mais previdentes, garantiram a propriedade integral de seus bens frente ao marido antes mesmo do casamento, com contratos prenupciais. (FARIA, 2004, p. 207)

Segundo Faria (2004), algumas dessas mulheres também não tinham herdeiros descendentes. Algumas deixaram suas heranças para os maridos, outras para afilhadas, algumas para as irmandades, outras para a igreja:

Muitas deixaram o marido como herdeiro, mas a esmagadora maioria deixou seus bens para suas “crias”, filhas de suas escravas e ex-escravas, as próprias ex-escravas e sua alma – a grande beneficiada. Por alma, as testadoras estão querendo dizer que o restante de seus bens, depois de pagas as dívidas e os legados testamentários, deveriam ser gastos por mais missas e sufrágios após sua morte. Em suma, o dinheiro ficaria para os padres. (FARIA, 2004, p. 208)

Assim, percebe-se como algumas autoras deram enfoque sobre o processo que atravessou as mulheres forras, pois, como vimos, existiram vários fatores e variáveis que tocaram suas existências e as fizeram se destacar em relação aos homens. E mais, algumas das que se libertaram conseguiram, inclusive, ascenderem socialmente, deixando até heranças para outros negros. Nota-se também, como as irmandades foram importantes na trajetória e no acolhimento dessas mulheres forras, o que abordaremos mais na próxima seção.

Todavia, antes de terminar esta seção, é importante trazer para essa discussão o trabalho de Carlos Eduardo Valencia Villa (2016), intitulado: *Ao longo das ruas: A economia de negros*

livres em Richmond e Rio de Janeiro, o qual aborda aspectos sobre como os negros e negras forros e livres se inseriram na economia do Brasil colônia. O autor investigou a economia e o patrimônio de negros livres, baseado em dados de periódicos, dados do censo e mapeando informações geográficas sobre o lugar que os negros frequentavam e ocupavam em Richmond e no Rio de Janeiro. Assim, pode fazer uma comparação sobre semelhanças e diferenças entre essas duas capitais da época. Pois, apesar de ambas serem portos de chegada e exportação de alimentos, além de rota do tráfico de escravizados, também eram palco para negros e negras livres investirem suas economias em diferentes atividades. Isto é, tinham o objetivo de melhorar suas condições de vida, já que enfrentavam desafios e oportunidades que o contexto da época lhes dava:

Encontramos um negro livre que tinha apólices do Tesouro Imperial. Trata-se do Antônio Comurumbi, um preto forro que em 13 de novembro de 1854, compareceu ao Cartório do Primeiro Ofício de Notas da cidade para registrar a venda que fazia das suas seis apólices da dívida pública brasileira, que somavam 2 contos e 200 mil-réis que rendiam 6% ao ano. Vendeu para Joaquim José de Carvalho e lhe concedeu o documento para que cobrasse diretamente os rendimentos na caixa de amortização. (VALENCIA, 2016, p. 25)

Em uma parte do seu texto, Valencia (2016) aborda, na mesma direção das autoras que trouxemos acima, sobre as atividades que as pessoas negras realizavam, principalmente as ligadas ao comércio de rua, e como essas ações lhes possibilitaram acumular as economias que foram utilizadas na compra de suas alforrias. “Ao observamos os dados de pagamentos de alforria, ficou clara a expansão econômica, neste caso, dos negros libertos. Em 1842, os pagamentos nominais totais pela liberdade foram de quase 50 contos de réis, e 1871, atingiram 240” (VALENCIA, 2016, p.89). E mais, “o valor total dos pagamentos pelas alforrias no Rio de Janeiro entre 1840 e 1871, foi de 4.550 contos de réis (valores constantes de 1870).” (ibid, 2016, p. 89), o que o autor comenta significar indícios de uma grande transformação econômica para os negros na época.

Vale ressaltar também que, segundo Valencia (2016), tais transformações se deram em meio a inúmeros contrastes da época. Como por exemplo, a discriminação social que os negros sofriam à época, pois “foram contínuas as reclamações sobre os impactos que geravam esses trabalhos dos negros nas ruas, sendo constantes as “vozes” que se lamentavam pela sujeira, o barulho, o mau cheiro e a insegurança que representavam” (VALENCIA, 2016, p.90). Quando, na verdade, muitas vezes eles saíam para “despejar, em lugares muito próximos, as imundícies das famílias para as quais trabalhavam.” (VALENCIA, 2016, p.90).

Além disso, o autor dá ênfase em como as questões políticas (no caso do Brasil naquele momento, estavam diretamente ligadas ao Império) e o comportamento econômico da época interferiam nas escolhas econômicas dos negros/negras livres, como, por exemplo, nas dos alimentos: “a importância da carne seca e da farinha de mandioca carioca: sua ótima relação com custo-benefício como calorias e proteínas, e, como no caso carioca, o cálcio foi o nutriente que com maior dificuldade se conseguia.” (VALENCIA, 2016, p. 139). E mais, destacou também quantos imóveis teriam, onde se localizavam nas cidades e também nas ofertas de trabalho:

No Rio de Janeiro, a informação de oferta e procura de trabalhadores no *Jornal do Commercio* permitiu ter uma ideia do funcionamento do mercado de trabalho, pois grande parte dos anúncios nos classificados tratava essa questão: trabalhadores que se contratavam (a expressão usada pelo jornal era trabalhadores para alugar), escravos que se vendiam, pessoas que se ofereciam. Em quase todos os anúncios se informava o endereço onde se poderia encontrar o trabalhador ou a vaga para trabalhar segundo fosse o caso. Em várias ocasiões, se informava o preço que a pessoa estava disposta a pagar ou o valor que a oferta pedia, fosse pela compra-venda do escravo ou pela contratação. Às vezes se informavam as habilidades ou a ocupação, e alguns avisos registravam informações adicionais como a idade ou a *cor* do indivíduo que se oferecia ou que se procurava. Por exemplo, na Praia da Gamboa 52, em 23 de novembro de 1840, se oferecia uma parda forra que cozinhava à moda estrangeira e que falava alguma coisa de inglês. Essa habilidade de falar uma língua estrangeira não era comum entre os escravos ou negros livres da cidade e, provavelmente, significava que ela poderia cobrar um jornal maior do que a média daquele momento. (VALENCIA, 2016 p. 111)

Para Valencia (2016), também “o maior ativo econômico dos negros livres foi sua liberdade, e não falamos isso como uma metáfora, pois, em termos financeiros, a compra da liberdade superava qualquer investimento em outros tipos de ativos.” (p. 146). Sobretudo, o autor comenta que alguns negros livres registravam em cartório documentos relacionados a negócios, empréstimos, alugueis, pagamentos de dívidas e aforamento de terras que possuíam. Ainda que alguns fossem pobres, se comparados a ricos da época, ou que tivessem mais dinheiro se comparado a seus pares e, mais ainda, que alguns negros livres não soubessem ler e escrever, foram encontrados registros de tais informações que, sob a análise do autor mencionado, representavam a movimentação econômica que realizavam, fosse feita com não-negros ou com outros negros.

Por exemplo, em 19 de janeiro de 1846, Antônio José de Abreu, morador da Rua do Conde, e Pedro Ferrar Pinto, morador da Rua do Sabão, apareceram no cartório para registrar o empréstimo que Abreu fez para Pinto, de 220 mil-réis, que segundo eles, foi entregue em dinheiro vivo para que Pinto pudesse pagar outras dívidas. Ele se

comprometia a pagar em três meses o dinheiro, pois, do contrário, nesse momento começaria a pagar juros de 3% ao mês. Como garantia do credor, o endividado hipotecava sua escrava Maria de nação Mina. O interessante do negócio foi que Ferrar Pinto, o devedor, era um negro forro que mais ou menos sabia escrever e fazia questão de assinar diretamente a escritura. Do Abreu, não sabemos se era negro, mas sabemos que não sabia escrever. Quando em 20 de novembro de 1846, eles voltaram para o cartório, dessa vez para registrar o pagamento da dívida, Pinto já não apareceu mais como negro, menos ainda como forro. Já não era mais Ferrar e sim, Ferraz e sua escrita havia melhorado, e Abreu já começava a assinar com sua própria mão. Ficou claro o que a historiografia já destacou: por detrás dos sobrenomes como Pinto e Abreu podem estar indivíduos que *antes* poderiam ter sido negros, livres ou forros, e por isso a importância de uma amostragem que possa contê-los. (VALENCIA, 2016, p. 152-153)

Esta história ilustra a movimentação e a participação econômica dos negros na época, trazendo para nossa análise uma concepção diferente para desconstruir o imaginário do senso comum ligado a existência de escravizados e ex-escravizados. Por trás deste imaginário, estão concepções que induzem uma ideia de que os negros/negras foram colonizados e eram reféns de seus senhores, sem serem ativos. Obviamente existiu muito sofrimento e desgraça no período, mas é possível ver como, em meio a tal situação, alguns conseguiram, com muita resistência, reconstruir suas existências para terem melhores condições de vida. Isto é, como vimos nas elucidaciones abordadas nesta seção, que são pesquisas historiográficas que buscaram refazer a imagem imposta aos negros no período da colonização, que muitas vezes apresentam versões ligadas somente a dor, sofrimento, e diferente de tais versões, essas que abordamos são umas das que se preocupam em mostrar um outro lado da história. Por fim, ainda sobre as relações econômicas, Valencia (2016) diz que “um negro livre do lado de um não negro livre assinando juntos um documento legal, mesmo que alguém tivesse que assinar o rogo do negro livre por este não saber escrever, isso denota interação econômica.” (VALENCIA, 2016, p. 158). Essa interação econômica se deu também nos momentos de crises econômicas do século XIX:

O final da década de 1840, no Rio de Janeiro, também foi conturbado com variáveis econômicas se movendo em diferentes sentidos: moeda em contração, exportações primeiro em queda e, depois, em incremento, gerando alguma estabilidade; importações em aumento e elevando a arrecadação pela alfândega; aumentos expressivos na procura por trabalhadores e aumentos importantes, embora menores, na oferta desse trabalho e o setor fiscal municipal em crescimento. (VALENCIA, 2016, p. 195)

Valencia (2016) aborda também sobre outros acontecimentos que marcaram as questões econômicas do período, especificamente no ano de 1850: a implementação da lei de terras, o código comercial, e a lei que determinava o fim do tráfico negreiro, medidas que

“transformaram o marco institucional brasileiro” (VALENCIA, 2016, p. 206). Isto porque os negros livres também estavam envolvidos nos negócios de aforamento de terras, alugueis de imóveis e mais, o código comercial regulava a questão da importação e exportação de alimentos, o que refletia compra dos alimentos que eles realizavam. Por fim, mesmo que o tráfico de escravizados não tenha findado com o marco legal, isso tocava no valor das alforrias:

No Rio de Janeiro, os investimentos em alforrias se multiplicaram após 1851, se mantiveram em patamares muito altos nos seguintes cinco anos, e, nos mesmos anos, as ações dos bancos se mantiveram estáveis. A estratégia econômica dos cariocas parece ter sido aproveitar as chances do contexto e aumentar a atividade geral fosse em empréstimos, compra-vendas e investimentos em alforrias, o que gerou uma maior acumulação. (VALENCIA, 2016, p. 287-288)

Portanto, essas passagens mostram algumas das estratégias utilizadas pelos negros livres diante do contexto econômico da época. Alguns trabalhadores, inclusive, adquiriram respeito:

Para o Rio de Janeiro, a última evidência que oferecemos sobre a expansão econômica dos negros livres podia ser lida no *Jornal do Commercio* de 7 de agosto de 1856, quando um anunciante oferecia alugar quartos numa chácara na Cova da Onça ao lado do Rio João Marquese. Por estar neste lugar, se tinha *boa água* e por isso o anúncio estava dirigido às mulheres *lavadeiras* da cidade. Repara-se que não foi publicado para informar aos senhores das escravas que lavavam roupa e menos ainda para os empresários donos de negócios que contratavam trabalhadores para lavar; o anúncio explicitamente falava para as lavadeiras sem se interessar se eram livres ou escravas, brancas ou pretas. Esse anunciante reconhecia a autonomia e sabia da capacidade financeira das lavadeiras e não tinha problema algum em se oferecer para fazer negócios diretamente com elas. (...) Assim, as *lavadeiras* e as *moças de cor* cariocas transformaram-se em partes legítimas de negócios, não mais eram só trabalhadoras para ser contratadas. Claro que também eram isso: trabalhadoras, mas viraram mais que isso e agora participavam de negócios além de serem força de trabalho. Essa mistura de negócios e trabalho foi o que permitiu acumular. (VALENCIA, 2016, p. 291-292)

Vale ressaltar que essa oferta de trabalho fazia contraste com a escravização que ainda existia. E esses acúmulos e investimentos em empréstimos de negros/negras livres fomentaram a compra de alforrias de outros negros e negras. Na última parte desse trabalho, Valencia (2016) aborda como, mesmo em meio a crise brasileira entre os anos de 1857 e 1860, que se relacionava principalmente à dívida externa, e “vinculados ao atlântico, essa combinação de problemas financeiros, crise econômica internacional, retomada da produção dos bens exportáveis (...), terminou por afetar o comportamento dos preços das mercadorias básicas.” (VALENCIA, 2016, p. 304), além de gerar problemas a bancos, casas comerciais e também a negócios. Apesar disso, “os negros livres cariocas conseguiram manter suas finanças mediante

a estratégia de não comprar terrenos, continuar com o nível de negócios imobiliários e, sobretudo, aumentando seu endividamento e reduzindo o dinheiro que emprestavam.” (VALENCIA, 2016, p. 334).

Isso mostra o objetivo deles em aumentar sua liquidez e utilizar estratégias que mantivessem seus respectivos patamares econômicos, ainda que alguns nem fossem considerados ricos, comparados aos outros (negros livres ou a não negros). Vimos nesta seção, como estes negros e negras livres utilizaram diversas estratégias visionárias para o contexto. Algumas destas que lhes possibilitaram acumular pecúlio para a compra de suas alforrias, através de trabalhos como escravizados de ganho. Outras, como as das mulheres forras que se destacaram com suas ações para se tornarem negras senhoras, em busca de certo prestígio social. E também a de negros e negras livres que investiram em negócios imobiliários ou no empréstimo para a compra de alforrias de outros negros e negras. Nota-se como essas estratégias, por vezes desconhecidas por nós, durante o estudo do Brasil colônia nas escolas, apresentam todo esse movimento que estas pessoas realizaram em busca de mudarem suas condições de vida e as de pessoas próximas.

Na próxima seção, última do capítulo, abordaremos brevemente algumas formulações sobre como esses negros e negras se relacionaram com as irmandades e também com alguns bancos existentes. Tais relações foram fundamentais para esse contexto de poupar deles, na época.

2.4 Algumas formulações sobre as irmandades e o ato de poupar dos negros/negras

Para encerrar este capítulo, abordaremos brevemente sobre algumas características das associações negras, das irmandades e de alguns aspectos relativos ao ato de poupar de pessoas negras que se relacionavam com os bancos da época.

Na seção anterior, comentamos sobre como as Irmandades negras foram importantes para as mulheres forras, pois se configuravam em espaços nos quais elas compartilhavam sabedorias ancestrais, como assuntos ligados à religião, a cuidados, à família e também às questões econômicas. Teixeira (2006) enfatiza a importância das Irmandades para essas mulheres, por ser um lugar de apoio e fortalecimento onde se tinham interesses comuns e as necessidades eram supridas. “Em Minas Gerais, essas associações religiosas tinham por

objetivo não apenas os assuntos espirituais, mas também tinham como pauta a resolução de problemas temporais.” (TEIXEIRA, 2006, p. 88), e mais:

A participação em uma confraria representava a fuga à marginalização. Era uma forma de se considerar parte e de se inserir na sociedade. Para os negros estes constituíam lugares de proteção e mais do que isto, era quase a única forma de associação permitida entre eles. Por isso, não é difícil de se imaginar a Irmandade como um espaço de sociabilidade geradora de solidariedades, onde os negros tinham a oportunidade de tornar suas vidas mais suportáveis. Pertencer a uma Irmandade também era garantia de sepultamento. Praticamente só aqueles indivíduos que se filiassem a uma irmandade tinham a referida garantia, pois os cemitérios se localizavam em seus terrenos, quase sempre dentro dos próprios templos, mediante o estabelecimento de um certo número de sepulturas que lhes eram concedidas pelas autoridades eclesiásticas. (...) As irmandades também estiveram presentes em outras partes dos testamentos das libertas: entre os herdeiros. Algumas forras deixavam boa parte do que tinham para ajudar as confrarias em algum encargo. Eram vestes para as santas, diamantes e ouro para as coroas dos santos e outras esmolas para a manutenção dos templos. (TEIXEIRA, 2006, p.88-89)

Nesse sentido, Luana Verena Nascimento Machado (2013) apresentou uma dissertação intitulada: *Poder feminino e identidade na Irmandade da Boa Morte*, na qual abordou sobre características da Irmandade da Boa Morte, uma Irmandade das que existiam na Bahia e era composta por mulheres. Através da hierarquia existente, as mais velhas se encarregaram de gerir e passar as mais novas as sabedorias necessárias. No geral, as irmandades “funcionavam como espaços de solidariedade para negras e negros, marcados pelo sofrimento da escravidão.” (MACHADO, 2013, p. 8). Essas instituições começaram a surgir no fim do século XVII:

Quanto à organização, a diretoria, renovada todos os anos era composta por juízas e juízes, de um procurador que tinha como função inquirir sobre a moral de seus associados, um tesoureiro e um secretário. O objetivo destas irmandades era a ajuda mútua se constituindo como espaço de reforço de solidariedade, muitas das vezes, estas instituições emprestavam dinheiro para alforria de irmãos e irmãs escravos, e ofereciam um enterro digno para seus associados. Entre os libertos que faziam testamento era comum a declaração de pertencer a mais de uma irmandade. (...) O simples fato de pertencer a uma irmandade representava para as negras e negros uma forma de vencer as barreiras impostas pelo preconceito racial e cultural, um meio de estabelecer alianças e contatos, uma forma de preservação de suas tradições e acima de tudo o reconhecimento social. (MACHADO, 2013, p. 33-34)

Essas irmandades tinham o reconhecimento do estado e da Igreja sob determinados estatutos que seguiam o mesmo calendário de festividades e das igrejas católicas. Os participantes das irmandades costumavam dar joias e contribuições anuais. “As irmãs e irmãos que se envolviam em crimes, tinham vícios, não pagavam as taxas corretamente e não

compareciam aos enterros, missas e festas eram excluídos das irmandades” (MACHADO, 2013, p. 35). E, “um diferencial evidente entre as irmandades de brancos e irmandades negras era a presença feminina marcante nas irmandades negras e pardas, o que de certo modo fazia parte de sua caracterização” (ibid, p.35), pois nas irmandades dos brancos predominava a presença de homens:

As irmandades dedicadas a devoção de santos católicos, criadas pelos homens brancos como instrumentos de domesticação dos africanos atuavam como espaços em que negras e negros se agregaram com certa autonomia construindo identidades. É válido ressaltar que a Igreja era um instrumento vital nesta tentativa de controle das crenças e heranças africanas, todavia na medida em que permite negras e negros “devotarem santos católicos”, abre espaços para configurações de múltiplas identidades. (MACHADO, 2013, p. 35)

Nas Irmandades negras via-se fortemente a presença do sincretismo religioso, visto que os negros em dado momento, no período da colonização, tiveram suas crenças religiosas e culturas africanas criminalizadas, sendo obrigados a cultuarem o catolicismo. Existia “uma brecha para as negras e negros cultuarem deuses africanos, em Salvador os pretos de Angola se organizavam na Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho” (MACHADO, 2013, p.36).

Outros autores como Armando Castro (2005), Fernanda Silva (2010), Mariana de Mesquita Santos (2021) e Ronaldo Jesus e David Lacerda (2010) também se debruçaram a investigar sobre o papel das irmandades e de outras associações, legalizadas a época, caracterizando-as como instituições de *associativismo* ou *sociedade mutualista* nas quais o principal objetivo dos negros e negras, como já mencionamos, era o de se organizarem para se ajudarem em vida ou para encaminharem seus sepultamentos pós vida. Além disso, no período da escravização, essas sociedades foram fundamentais na contribuição financeira para alguns negros e negras conseguirem comprar suas alforrias:

O surgimento das irmandades negras no Brasil escravocrata setecentista aparece como um grande acontecimento que proporciona ao africano e seus descendentes um espaço de significativa autonomia. Além disso, em muitos casos, era possível conseguir produzir quantias financeiras que resultassem em alforrias. Nos séculos XVIII e XIX, muitos dos negros libertos chegaram a ser membros de mais de uma irmandade. A documentação e a historiografia indicam alguns casos de participação em até oito associações. Para os negros libertos, pertencer a uma ou mais instituições religiosas concedia-lhes prestígio, certa seguridade, algo de cidadania, além de uma eficaz estratégia de interação e resistência sócio-cultural. Poucos eram os espaços de

autonomia dos negros nesta época. As irmandades negras, assim como as festas e a música, proporcionavam-lhes a possibilidade de organização e comando nestes espaços autônomos - terreno fértil para conchavos e insurreições. (CASTRO, 2005, p. 6)

Além disso, essas associações tinham estatutos com algumas regras que os participantes deveriam cumprir a fim de lhes garantir alguns direitos, como visto em:

Os associados deveriam ter mais de 14 anos de idade, “bom procedimento, como tal reconhecido” e ser “livre, liberto ou mesmo sujeito [cativo] de cor preta, de um ou outro sexo”. Os sócios “de qualquer uma das classes” teriam obrigação de “tomar efetivo e real o pagamento” que lhes cabia. A sociedade propunha que os filiados presos gozassem do “direito a que a sociedade promovia a sua soltura”, acompanhando os processos até o final e ficando as despesas por conta da associação, caso o sócio disso necessitasse “por sua pobreza”. Além de garantir pensão para as viúvas e, nos casos de moléstia, providenciar médico e botica, a sociedade dos Homens de Cor pretendia garantir as despesas com enterros e missas de sétimo dia. Os estatutos definiam também que, todos os anos, por ocasião do aniversário da Associação, se procederia a um sorteio para “a libertação de um sócio sujeito do sexo masculino e outro do sexo feminino”, para o qual se recolheria um fundo específico, que, mesmo no caso de haver saldo extra, somente seria utilizado para promover as duas alforrias anuais. Além disso, no dia da “seção aniversária”, seria levantado um altar, no qual se colocaria Nossa Senhora da Conceição, “com decente iluminação, por ser considerada a protetora da sociedade”. (JESUS e LACERDA 2010, p. 132-133)

Nota-se a importância de tais sociedades, visto que o associativismo “foi muito importante para a formação do movimento operário no Brasil, embora não possamos considerá-la como experiência embrionária dos sindicatos.” (DE MESQUITA SANTOS, 2021, p.234). As associações estavam mais ligadas às necessidades físicas e subjetivas dos beneficiados, enquanto que “os sindicatos atuavam na esfera da produção e da proteção dos trabalhadores, lutando por maiores salários e melhores condições.” (ibid, p. 234). E mais:

As associações mutualistas passaram a ser a forma associativa preferida pelos trabalhadores dos oitocentos por dois motivos. Em primeiro lugar, em decorrência da proibição impressa no texto constitucional de 1824. (...), por conseguinte, trabalhadores recorreram às formas já disponíveis de associação para se reunirem em torno de uma causa comum, encontraram brechas na legislação ou inovaram na configuração de associações que fossem autorizadas. Paralelamente, no século XIX, as irmandades se mantinham como um recurso utilizado para o amparo social, haja vista a preservação de algumas daquelas que já existiam e a criação de novas. Por outro lado, trabalhadores lançaram mão de novas ferramentas associativas em busca do apoio em momentos de socorro e em defesa do seu exercício profissional: as associações mutualistas, sociedades de trabalhadores, montepios, as sociedades beneficentes e previdenciárias. (DE MESQUITA SANTOS, 2021, p. 231-232)

Um outro formato de associatividade negra é abordado por Sidney Chalhoub (2009) que, resenhando o livro: *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX* de João José Reis (2008), comenta sobre a história desse africano liberto da Bahia. Sodré se tornou um importante líder candomblecista, além de um chefe de *junta de alforria*, que era uma organização que emprestava dinheiro a juros aos escravizados para comprarem suas liberdades:

Domingos Sudré presidia uma junta que recolhia quantias depositadas semanalmente por escravos e libertos, que repartiam o “tutu” entre eles ao final de 52 semanas, um ano exato. A instituição emprestava dinheiro a quem queria comprar a sua liberdade, cobrando juros aparentemente polpudos aos devedores, o que fazia crescer o capital, a ser investido em mais alforrias e na promoção de lucros apazíveis aos libertos. (CHALHOUB, 2009, p. 208)

E mais, o papel de líder religioso se relacionava ao papel de Domingos Sodré ser presidente da junta de alforria. Ele ocupava um lugar de respeito e confiança, agregando também mais negros e negras para a “associação”:

Argumento central do livro é o de que haveria articulação íntima entre as atividades de Domingos Sudré como babalaô/adivinho e chefe de junta de alforria. Diversos eram os serviços que o sacerdote africano prestava a seus parceiros. Por exemplo, por meio de fórmulas medicinais, ervas “amansa-senhor”, ele conseguiria abrandar o tratamento rude que determinado senhor dispensasse a um escravo, ou moderar o proprietário quanto ao preço que exigia para concordar em “doar” – isto é, vender – uma liberdade. Já se percebe que o mesmo Domingos, que oferecia força espiritual para ajudar na liberdade, poderia antecipar a soma necessária em dinheiro por meio da junta de alforria. (CHALHOUB, 2009, p. 209)

Observa-se como essa estratégia da junta de alforria é mais uma utilizada pelos negros e negras durante o século XIX na busca por melhores condições de vida. Em consonância, Fernanda Silva (2010) aborda sobre outra experiência de negros escravizados e libertos ligadas ao associativismo. Tais experiências aconteceram em Pelotas, Rio Grande do Sul, nas décadas de 1920 e 1930. E se concentraram na existência de irmandades e também de clubes sociais negros, os quais estavam ligados à religião católica, buscando melhorar as condições dos negros em vida e após a morte, e outras que estavam ligados aos movimentos abolicionistas da época:

A preocupação dos negros para com a condição de miserabilidade que poderia alcançar os seus irmãos de cor, tanto em vida quanto em morte, face então a necessidade de planejar a aquisição de pecúlio a fim de poder oferecer um funeral digno aos seus membros e familiares destes, esta preocupação fica evidente ao terem todas as irmandades negras aqui descritas adquirido catacumbas junto ao cemitério local. (SILVA, 2010, p. 4)

Essas associações foram fundamentais na organização das pessoas negras enquanto espaços de formação ideológicas, de resistência e também de suprimento de algumas necessidades físicas e sociais:

Observar em relação às associações negras pelotenses fundadas durante a escravidão o objetivo de inserirem-se na sociedade através da sua demonstração de organização, num primeiro momento, assim como, num segundo momento, na medida do possível libertar os escravos, dois tipos de associação: as vinculadas à religião católica, através das irmandades [1820-1831]; e as associações beneficentes e/ou em prol da causa abolicionista [1880-1884], como a Sociedade Beneficente Feliz Esperança [1880] e a Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade [1882]. (...) Enfatizar o associativismo negro, na cidade de Pelotas a fim de destacar as formas que os grupos negros locais buscaram almejando garantir e sustentar uma distinção positiva. Embora a sociedade apresentasse uma busca sistemática pela dominação ideológica, o estudo dessas associações configura-se enquanto a manutenção de um sistema alternativo de crenças e valores que evidencia a resistência negra em diferentes instâncias. Em um primeiro momento o associativismo negro local recorreu à formação de irmandades religiosas, para no ultimo quartel do século XIX diversificar suas associações, criando então associações vinculadas diretamente à abolição do trabalho escravo. Porém, as identidades sociais buscadas e mantidas tinham enquanto fio norteador conferir uma imagem positiva dos negros locais e assim, conferir melhores condições de vida aos seus iguais, identidade esta que mostrou seu caráter relacional à medida que a sociedade escravocrata foi se desfazendo. (SILVA, 2010, p. 15)

Observamos com o exposto até aqui, como em lugares distintos do Brasil do século XIX, existiram movimentações, organizações, associações e instituições de pessoas negras que diante da colonização da época, objetivavam através destes espaços coletivos buscarem meios para viverem de formas mais dignas e menos excludentes. Construíram estes espaços de resistência para as dores e sofrimento da época, mesmo que alguns tenham iniciado espontaneamente pela união de necessidades comuns.

A fim de encerrar este capítulo, mas não necessariamente esgotar o debate, abordaremos brevemente sobre a relação que algumas pessoas negras conseguiram estabelecer com bancos da época. Pois como veremos, alguns escravizados utilizaram das poupanças para juntarem o pecúlio da compra de suas alforrias.

Thiago Alvarenga (2016) aborda sobre como “as primeiras evidências da abertura do sistema financeiro à população mais carente nos remete ao primeiro quartil do século XIX com a instauração da 1ª Caixa Econômica do Rio de Janeiro” (ALVARENGA, 2016, p. 45) com serviço de depósitos:

A década de 1830 é conhecida na historiografia brasileira como o “período sem bancos”, porém isso não quer dizer que não houvesse instituições que realizassem empréstimos ou funcionassem, de certa maneira, como prestadores de serviços bancários. Essas instituições, conhecidas como *casas bancárias*, a maioria advinda do capital privado, continuaram a funcionar ao longo das décadas até o final da década de 1850 e início de 1860 com fortes crises que atingem e colocam fim nas suas atividades. É nesse período de falta de um grande banco que é fundada a Caixa Econômica do Rio de Janeiro em 1831, originária de capitais privados e tendo como principal fundação a criação do hábito da poupança na sociedade carioca e a absorção da mesma, objetivando principalmente as pequenas poupanças de trabalhadores e de escravos que depositavam suas economias nas cadernetas da instituição. Todavia, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro se destacava dos demais estabelecimentos prestadores de serviços financeiros pelo caráter *paternalista, civilizatório e inclusivo* presente no seu estatuto. (ALVARENGA, 2016, p. 61)

Mais ainda, Alvarenga (2016) ilustra como o estatuto da Caixa Econômica do Rio de Janeiro dizia ser permitido a associação de qualquer pessoa com “pequenas economias”, sendo livre ou não, pois “com o produto de fazê-las render na poupança da Caixa Econômica ficariam livres dos vícios do cotidiano, em específico citam as tabernas e a embriaguez” (ALVARENGA, 2016, p. 63) e assim, “poderiam alcançar seus objetivos econômicos, como exemplificando a liberdade através da compra de sua alforria pelos cativos poupadores” (ibid, p. 63). Já Keila Grinberg (2011) aborda sobre a relação da Caixa Econômica Federal, criada em 1860, com os escravizados durante o final do século XIX:

O aparente paradoxo da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, onde encontramos indivíduos escravizados e libertos que possuíam dinheiro, e que confiavam na Caixa Econômica para guardá-lo, depositando-o em seu próprio nome, mesmo sem serem livres, mesmo sem serem, pelas leis do país, cidadãos. Afinal de contas, teoricamente escravos não podiam possuir dinheiro, nem qualquer outro bem. Por isso, a princípio também não poderiam poupar. E, no entanto, eles pouparam.” (GRINBERG, 2011, p. 138)

A autora traz um panorama sobre o contexto do surgimento deste Banco, que quando foi criado, já fazia dez anos da extinção do tráfico de africanos que eram escravizados, o que necessariamente não findou a escravização no Brasil. Mas que esse Banco tinha sido “designado para receber as pequenas economias das classes menos abastadas” (GRINBERG, 2011, p.140). Sendo uma centralização do governo imperial, a qual foi inspirada nos modelos de bancos (privados) já realizados na Grã-Bretanha e nos EUA:

Ao criar uma Caixa Econômica e um Monte de Socorro, recebendo depósitos a juros de 6%, o Governo Imperial pretendia justamente intervir no mercado financeiro, criando dois tipos de serviços financeiros: o penhor, através do Monte do Socorro, que emprestava dinheiro a partir do cálculo do valor dos objetos penhorados, e o recolhimento de depósitos para poupança, através da Caixa Econômica. (GRINBERG, 2011, p. 141)

Contudo, no início as pessoas tinham mais bens para penhorar do que para guardar e realizavam empréstimos de grandes quantias que poderiam ser pagas com jóias e bens materiais. Só depois da crise financeira de 1864 que os investimentos na Caixa Econômica aumentaram. Além disso, o perfil dos investidores mudou, pois:

A Lei do Ventre Livre, e de seu regulamento de 1872, de efetivação de depósitos por escravos, que, a partir de então, também estavam autorizados a acumular pecúlio. Uma das grandes novidades da Lei do Ventre Livre foi o reconhecimento do direito do escravo de formar pecúlio. Sua propriedade tanto poderia ser advinda de heranças e doações como fruto de seu próprio trabalho, desde que com o aval de seu senhor. (GRINBERG, 2011, p. 143)

Porém, este não foi um processo tão simples assim, pois ocorreram diversas proibições. Nesse sentido, Grinberg (2011) diz que “a autorização senhorial era um elemento social de grande importância para o reconhecimento do pecúlio escravo, mesmo antes de ser formalmente legitimado por lei.” (p.145). E mais:

Acumular dinheiro com consentimento do senhor significaria manter o controle dos senhores sobre seus escravos, mais importante, como fonte de autoridade moral, que o próprio poder do Estado. É assim que podemos compreender, por exemplo, a existência da caderneta de poupança número 12.729 da Caixa Econômica: mesmo à margem da lei, entre 1867 e 1869 a escrava Luiza depositou religiosamente 5 mil réis por mês com o aval de D. Antonia Luiza Simonsen, sua senhora. Neste caso, a posse de algum dinheiro não significava, de maneira alguma, o rompimento da política de domínio que marcava a escravidão: por ela, os escravos eram subordinados a seus senhores, a quem deviam obedecer. (GRINBERG, 2011, p. 145)

Contudo, justamente para garantir que continuasse existindo a centralidade do poder dos senhores pelos escravizados, algumas interdições e proibições de poupanças de escravizados na Caixa Econômica passaram a existir. Mais ainda, porque os que mais juntavam esse dinheiro na instituição eram os escravizados de ganho, os quais passavam mais tempo trabalhando “livremente” e, apesar de terem que prestar contas aos senhores, continuavam sendo escravizados, como vimos na seção anterior, e, com isso, não tinham direito a terem benefícios. É importante dizer também que, ainda que alguns conseguissem guardar dinheiro

nessas poupanças, comprar suas alforrias não era algo simples, pois além de ser algo caro, não bastava ter o dinheiro, uma vez que existiam as alforrias condicionadas, por exemplo.

Alforriava-se mais no século XVIII do que no XIX, pelo menos até a promulgação da lei de 1871. Isto aconteceu por conta da alta do preço dos escravos, decorrente principalmente das pressões inglesas pelo fim do comércio de cativos e posteriormente, pelo próprio encerramento do tráfico atlântico de escravos, em 1850. Assim, com a alta sucessiva do preço dos escravos, era cada vez mais difícil, para aqueles cativos que vinham economizando para comprar suas liberdades, alcançar seus objetivos. Que não restem dúvidas: a alforria custava muito caro. Para se ter uma idéia, entre 1860 e 1865 o preço médio pago por um escravo para ficar livre variou entre 1:350.000 réis e 1:140.000 réis, mas chegou a mais de 1:550.000 réis em 1862-3. Evaristo, depois de três anos de poupança acumulou irrisórios 8.100 réis. Luiza, aquela que depositava com consentimento da sua senhora Antonia Luiza Simonsen, chegou a pouco mais de 200.000 réis. E mesmo o grumete José Ferreira, homem livre, investiu anos na Caixa, mas só conseguiu acumular 284.000 réis. (GRINBERG, 2011, p. 148-149)

Também segundo Grinberg (2011), alguns escravizados optaram por guardar o dinheiro na poupança, pois “era muito mais seguro do que deixar o dinheiro com seu senhor, que podia simplesmente um dia dizer que nunca havia recebido nada. Ou, ainda, seu senhor podia morrer, sem que seus herdeiros reconhecessem a existência de qualquer acordo prévio.” (p. 149)

Não fica difícil entender por que os depósitos de escravos não eram permitidos quando da criação da Caixa Econômica: assim como em outros âmbitos da vida econômica e social, a simples existência da poupança de cativos significava uma quebra na autoridade moral do senhor sobre seus escravos; na realidade, um golpe importante na própria legitimidade da escravidão no Brasil. O interessante é que as mesmas razões contribuíram para a legalização, após 1871, do pecúlio dos escravos: é o reconhecimento das atividades econômicas que eles já realizavam antes disso. Por tudo isso, não é de se espantar que, após a regulamentação da Lei do Ventre Livre, os depósitos de escravos tenham aumentado substancialmente.

Porém, não podemos esquecer que muitos negros e negras juntaram seus pecúlios através de junta de alforrias, irmandades e as associações negras, que existiam paralelamente à existência dos Bancos e em alguns casos, mostrando-se até mais eficientes para o propósito dos escravizados, como as que abordamos no início desta seção.

Assim, observa-se como os negros e negras tiveram estratégias que os colocaram sempre na posição ativa contra as subalternidades e dissabores da época. E mais, as nossas hipóteses ligadas a essa parte da pesquisa, de que: (i) como estas minorias negras tiveram parte da história de luta e resistência apagada pela colonialidade, o legado de organização financeira

de ex-escravizados foi invisibilizado; (ii) seus descendentes sem o acesso a essa memória histórica, construíram o imaginário das suas identidades em um lugar de inferioridade, puderam ser observadas ao longo do capítulo, através do percurso historiográfico realizados pelos autores que foram trazidos para o debate. Ainda que essa parte da história, ainda seja por vezes desconhecida ou invisibilizada.

Isto é, observamos como essas experiências negras, protagonizadas ao longo do tempo, mostram aspectos de semelhança que nos levam a uma possível ideia de continuidade de auto-organização econômica da própria comunidade negra, ainda que por vezes não seja percebida. Pois, as estratégias que vimos através deste resgate histórico, nos mostram que, ainda que involuntariamente, as mobilizações realizadas direcionavam-se a um objetivo comum: tornar possível condições de vidas melhores.

Então, quando dizemos que nossos passos vêm de longe, é sobre pensar também que essas histórias do passado e as que apresentaremos no próximo capítulo, mesmo que sem conexões diretas, podem ser observadas com similitudes. Visto que o modo como as pessoas negras se organizavam no período da colonização e se organizam financeiramente nas periferias do século XXI, como a do bairro Nordeste de Amaralina, em Salvador, mostram-se pelo menos, como ações que visam obter melhores condições de vidas. Embora sejam mobilizações diferentes e distantes por serem de épocas e contextos também distintos, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3: OS MOVIMENTOS AUTO-ORGANIZADOS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BAIRRO NORDESTE DE AMARALINA

Começo este capítulo trazendo a saudosa bell hooks (1952-2021) com o texto *Intelectuais Negras* (1995), pois foi um texto que reli algumas vezes durante o período do Mestrado e a cada leitura me sentia autorizada a continuar fazendo pesquisa acadêmica, lugar historicamente negado às mulheres negras. Porém, ocupar esse lugar tem um papel extremamente importante:

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual, pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. Confirmou desde o início o que líderes negros do século XIX bem sabiam - o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes. (bell hooks, 1995, p. 466)

Estas palavras da bell hooks ampararam minha insegurança, que honestamente digo que atravessaram alguns períodos da construção desta dissertação: Isto é nos momentos em que a escrita não fluía; ou quando emergia o receio da pesquisa não ser bem vista ou aceita pela comunidade acadêmica, principalmente por trazer um contexto periférico para o centro da discussão de produções do conhecimento científico. Assim, necessito enfatizar o quanto ter me autorizado a trilhar esse caminho de pesquisar o bairro que cresci, sendo uma mulher negra periférica, foi um passo importante e desafiador no sentido de romper com o lugar de colocar existências periféricas somente como objeto, mas também propor a visualização delas em um contexto de sujeitos com saberes valorosos e inspiradores. Considero, assim, que tais saberes podem ser utilizados, por exemplo, em um contexto de aulas de matemática para pensar situações referentes à educação financeira, como veremos ao decorrer do capítulo.

O desejo de pesquisar a comunidade em que cresci me causou alguns sentimentos paradoxais, como, por exemplo, pensar sobre a necessidade da impessoalidade por conta do método científico e, em paralelo, querer mostrar ao ambiente científico as maravilhas que podem ser observadas justamente por conta da minha experiência de vivenciar o bairro desde o meu nascimento até a mudança de cidade por conta do mestrado. E, assim, friso que toda construção, desde a forma pensada para estruturar as entrevistas, passando pela forma de

escolher as pessoas que seriam entrevistadas, pela forma que as transcrições seriam feitas, analisadas e relacionadas ao referencial teórico, só se deu de tal maneira por conta da relação de aproximação entre as seguintes variáveis: autora-pesquisadora-espectadora-“moradora”¹² do Nordeste de Amaralina. Tais variáveis não se descolam, se complementam e se cercam de amigos, conhecidos, familiares e vizinhos que foram fundamentais para as trocas estabelecidas. Essa perspectiva se aproxima do conceito chamado de *Escrevivências* cunhado por Conceição Evaristo (2020), que nos diz que a vida é escrita pela vivência de cada pessoa e cada pessoa escreve a vida que enfrenta:

A Escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si. (EVARISTO, 2020, p. 35)

Segundo a autora, as mulheres negras interpretam o mundo com suas escrevivências, visto que conseguem através delas, por vezes, expressar as marcas da oralidade e das subjetividades que permeiam as vivências das suas comunidades em diáspora. Nesse sentido, o olhar para a realidade observada durante a parte da investigação do campo da pesquisa, que será apresentada neste capítulo, e a metodologia utilizada na análise das entrevistas são inspirados nessas histórias e vivências dos moradores do bairro Nordeste de Amaralina, que começarão a ser contadas a partir da próxima seção.

3.1 Sobre o bairro

O complexo do Nordeste de Amaralina, mais conhecido como Nordeste de Amaralina, é um bairro da cidade de Salvador, Bahia, formado pelos bairros: Chapada do Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas. Naiane Santos (2019) diz que o termo “complexo de bairros, [é] popularmente utilizado para designar agregados de bairros

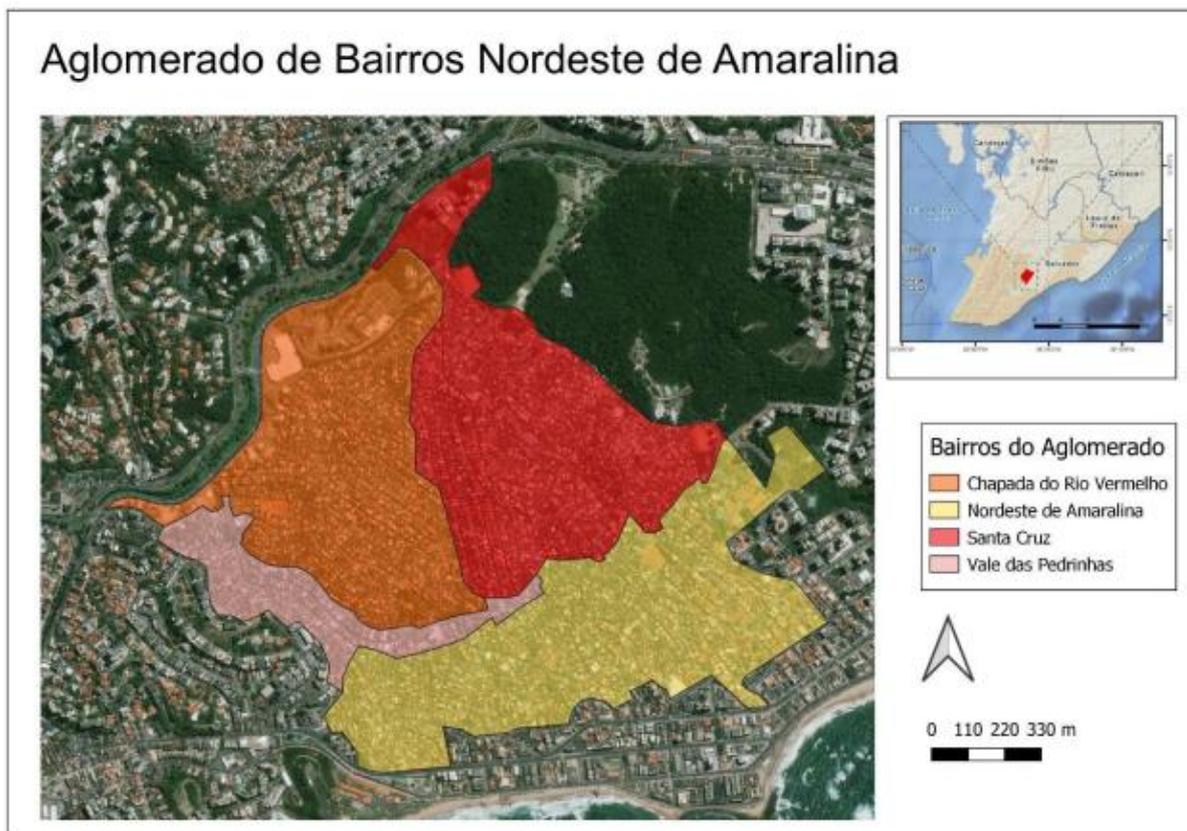
¹² o termo moradora foi escrito entre aspas, porque durante o mestrado a autora se mudou para o Rio de Janeiro, mas durante o período da dissertação fez algumas viagens para o bairro Nordeste de Amaralina em Salvador, para visitar a família, o que ajudou até no contato com algumas pessoas que seriam entrevistadas, ainda que as entrevistas tenham sido realizadas virtualmente.

populares” (p. 2885) e isto se dá por conta da designação dada pela polícia militar nas operações das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) que, reforçada pela mídia, atribui a alguns bairros próximos o nome de complexo. Dessa forma, são vistos e noticiados em unidade, muitas vezes em virtude da “alta periculosidade”. Mas segundo a autora, o termo *Aglomerado de bairros*, proposto por Clímaco Dias (2017), é mais significativo para falar desses bairros que se interconectam – como se nota na Figura 1 a seguir – mais do que pela proximidade que possuem, mas principalmente por conta da identidade comum que seus moradores desenvolvem e que sobrepõe a criminalidade que, de fato existe, mas que não pode apagar as outras histórias e vivências existentes no bairro:

A vizinhança possui um papel fundamental dentro do bairro popular já que ela é o cerne de uma rede de trocas e de correlações que vão além das questões econômicas, envolvem também questões relacionadas a socialidade, afetividade e a solidariedade. As necessidades diante das adversidades do cotidiano é o principal combustível para a solidariedade vivenciada nesses bairros. Nasce assim, através das relações de vizinhança, uma cultura local envolvendo os moradores desses bairros forjando também uma identidade que gera um grande sentimento de pertencimento. (...) Tais relações de vizinhança, que forjam o sentimento de identidade no bairro popular não se restringem apenas a um bairro em si, muitas vezes elas perpassam os limites do bairro individualizado e se estabelecem reciprocamente entre bairros diversos que estão em seu entorno, nascendo assim um Aglomerado de Bairros Populares. (SANTOS, 2019, p. 2884)

Assim, compreender essa relação de vizinhança e identidade comum que moradores de bairros populares desenvolvem é fundamental para olhar para as relações de confiança estabelecidas, que se refletem em ações e escolhas financeiras mencionadas nas falas de algumas das pessoas entrevistadas para a construção deste capítulo. E também, para dar evidência a esta parte da história, da cultura e das vivências dos moradores, pois, ainda que o bairro tenha problemáticas em relação à segurança e violência, como outros, e mesmo sendo uma temática relevante, este não é o foco de discussão desta pesquisa.

Figura 1- Mapa do Aglomerado de Bairros do Nordeste de Amaralina - 2019



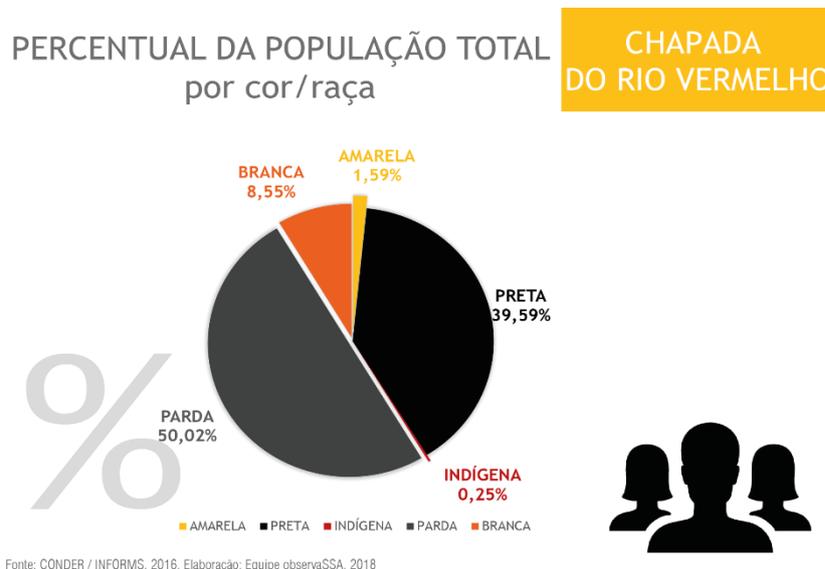
Fonte: SANTOS, 2019, p.2886

Nesse sentido, além de observar a proximidade territorial para compreendermos a formação da identidade entre estes moradores, faz-se necessário observar alguns aspectos estatísticos, sociais, geográficos e históricos da composição do Aglomerado de bairros do Nordeste de Amaralina. Porém, só encontramos informações provenientes do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, que estão registradas no site do Observatório de bairros de Salvador (ObservaSSA), organizado e mantido por discentes e docentes ligados ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU), além de voluntários e bolsistas também da UFBA, e que também conta com contribuições dos moradores da cidade de Salvador.

Tais informações nos dizem que a Chapada do Rio Vermelho possuía naquele ano, 21.955 moradores; o Nordeste de Amaralina possuía 21.887; a Santa Cruz 27.083; e o Vale das Pedrinhas 5.162 residentes. Logo, supõe-se que, 12 anos após o ano do último censo, a

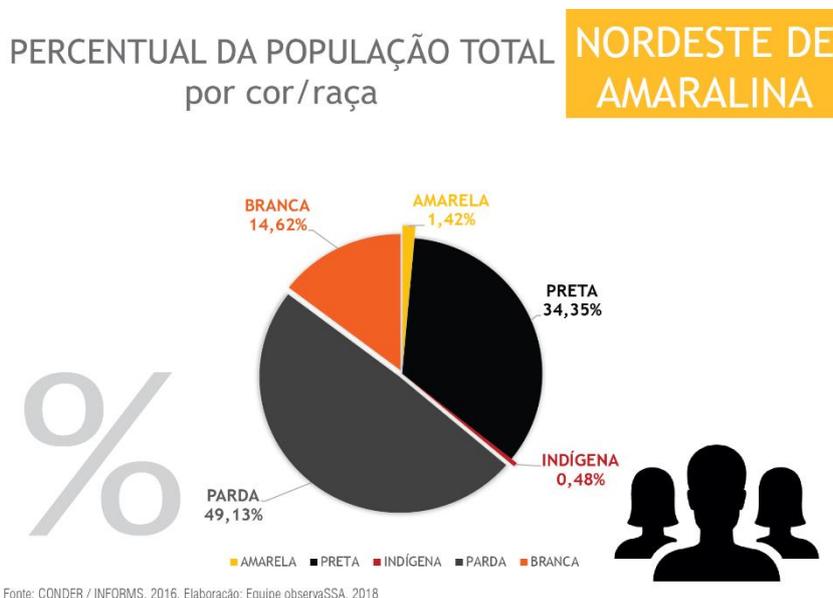
população atual seja bem maior que a mencionada. Além disso, com base no infográfico a seguir, disponibilizado também no ObservaSSA, nota-se que a maior parte da população do Aglomerado de bairros do Nordeste de Amaralina se autodeclarou como negra, como pode ser visto através dos dados de 2016 da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) nas Figura 2, Figura 3, Figura 4 e Figura 5 apresentadas em sequência:

Figura 2 - Infográfico sobre Raça do Aglomerado de bairros do Nordeste: Chapada do Rio Vermelho



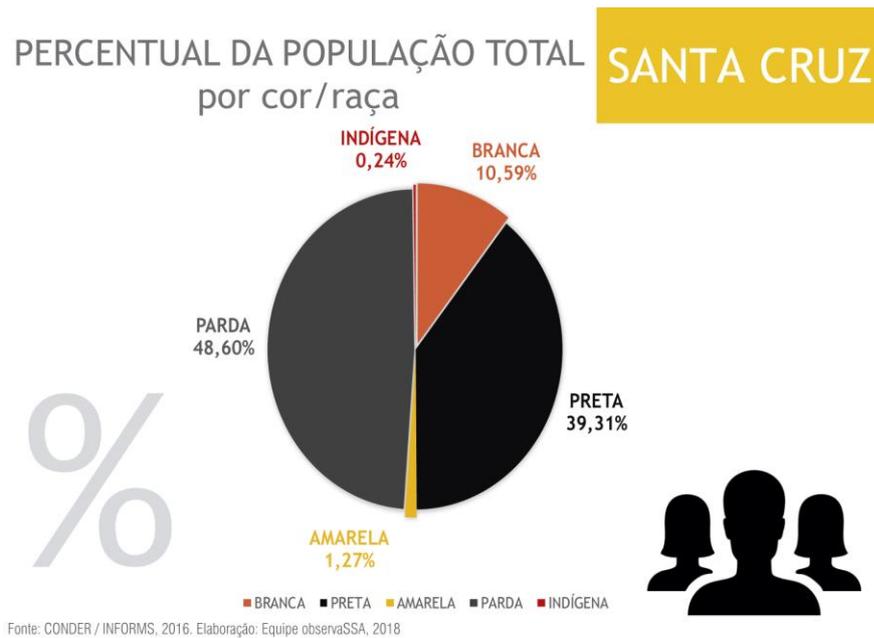
Fonte: ObservaSSA, 2018

Figura 3 - Infográfico sobre Raça do Aglomerado de bairros do Nordeste: Nordeste de Amaralina



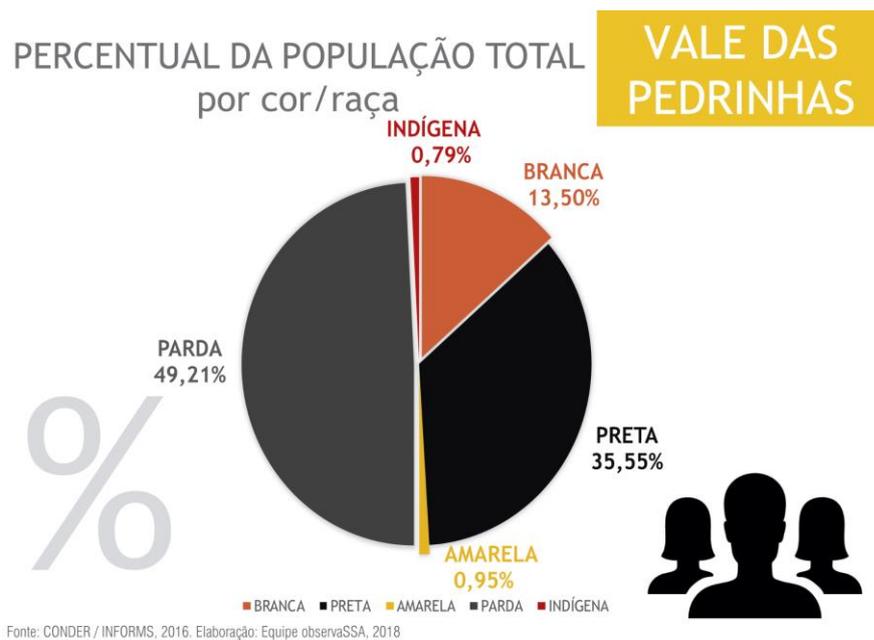
Fonte: ObservaSSA, 2018

Figura 4 - Infográfico sobre Raça do Aglomerado de bairros do Nordeste: Santa Cruz Nordeste: Santa Cruz



Fonte: ObservaSSA, 2018

Figura 5 - Infográfico sobre Raça do Aglomerado de bairros do Nordeste: Vale das Pedrinhas



Fonte: ObservaSSA, 2018

Além dessas informações sobre raça, o site traz informações sobre as algumas características da renda e do domicílio dos moradores do Aglomerado, as quais consideramos relevantes e mencionamos por serem informações que também aparecerão na análise das entrevistas durante este capítulo. É importante enfatizarmos sobre como a não realização de um censo recente interfere no olhar sobre as situações sociais de um país, pois as informações presentes em censos são importantes para compreender a sociedade brasileira, além de ser fundamental para a implementação de políticas públicas. E fazer ou não fazer isso é também uma escolha política. No caso, a gestão do Governo Federal de 2018 – 2022, de Jair Bolsonaro, não fez, mesmo chegando o prazo previsto de realização, que seria o ano de 2020.

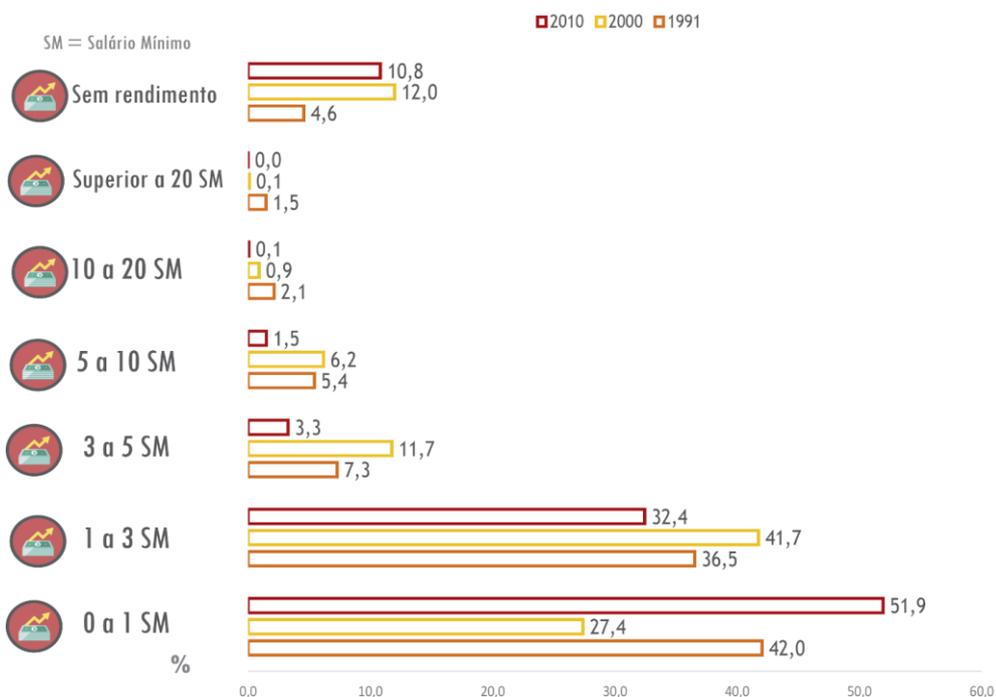
Segundo as informações do ObservaSSA (2018), os dados do IBGE de 2010 mostraram que na Chapada do Rio Vermelho, apesar de 51,9% estarem na faixa de 0 a 1 salário mínimo de renda mensal, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$ 925,00. Já no Nordeste de Amaralina, apesar de 36,6% estarem na faixa de 0 a 1 salário mínimo de renda mensal, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$1.530,00. Na Santa Cruz, apesar de 48,1% figurarem na faixa de 0 a 1 salário mínimo de renda mensal, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$1.991,00. E por fim, no Vale das Pedrinhas, apesar de 44,5% estarem na faixa de 0 a 1 salário mínimo de renda mensal, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$1.292,00. Além disso, segundo informações também do ObservaSSA (2018), a maior parte da população dos 4 bairros, vive em casa própria. Tais informações sobre renda podem ser visualizadas nas Figura 6, Figura 7, Figura 8 e Figura 9 a seguir:

Figura 6 - Infográfico sobre Rendimento Nominal Médio e Rendimento Mensal por faixa salarial - Chapada do Rio Vermelho

**RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO
E RENDIMENTO NOMINAL**
por faixa salarial

**CHAPADA
DO RIO VERMELHO**

Rendimento do responsável pelo domicílio particular permanente (%)



Rendimento médio dos responsáveis R\$

1991
R\$577

2000
R\$887

2010
R\$925

Fonte: CONDER / INFORMS, 2016. Elaboração: Equipe observaSSA, 2018

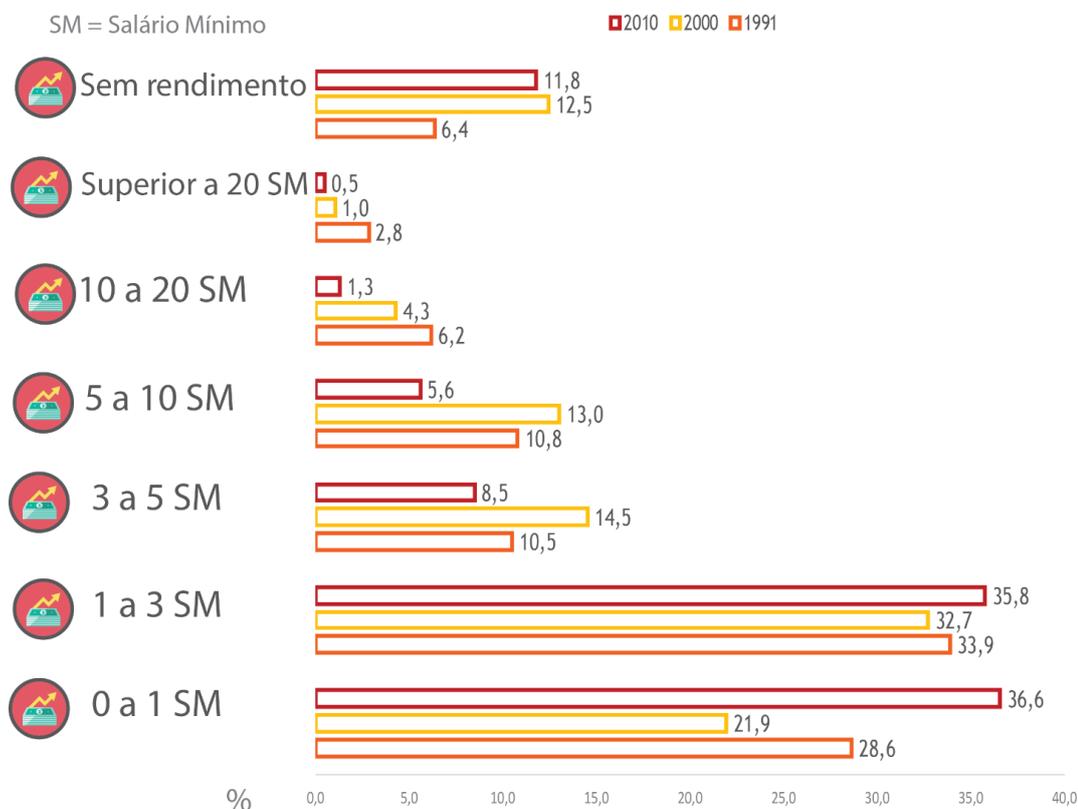
Fonte: ObservaSSA, 2018

Figura 7 - Infográfico sobre Rendimento Nominal Médio e Rendimento Mensal por faixa salarial - Nordeste de Amaralina

RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO E RENDIMENTO NOMINAL por faixa salarial

**NORDESTE DE
AMARALINA**

Rendimento do responsável pelo domicílio particular permanente (%)



Rendimento médio dos responsáveis R\$



1991
R\$ 785

2000
R\$1.403

2010
R\$1.530

Fonte: CONDER / INFORMS, 2016. Elaboração: Equipe observaSSA, 2018

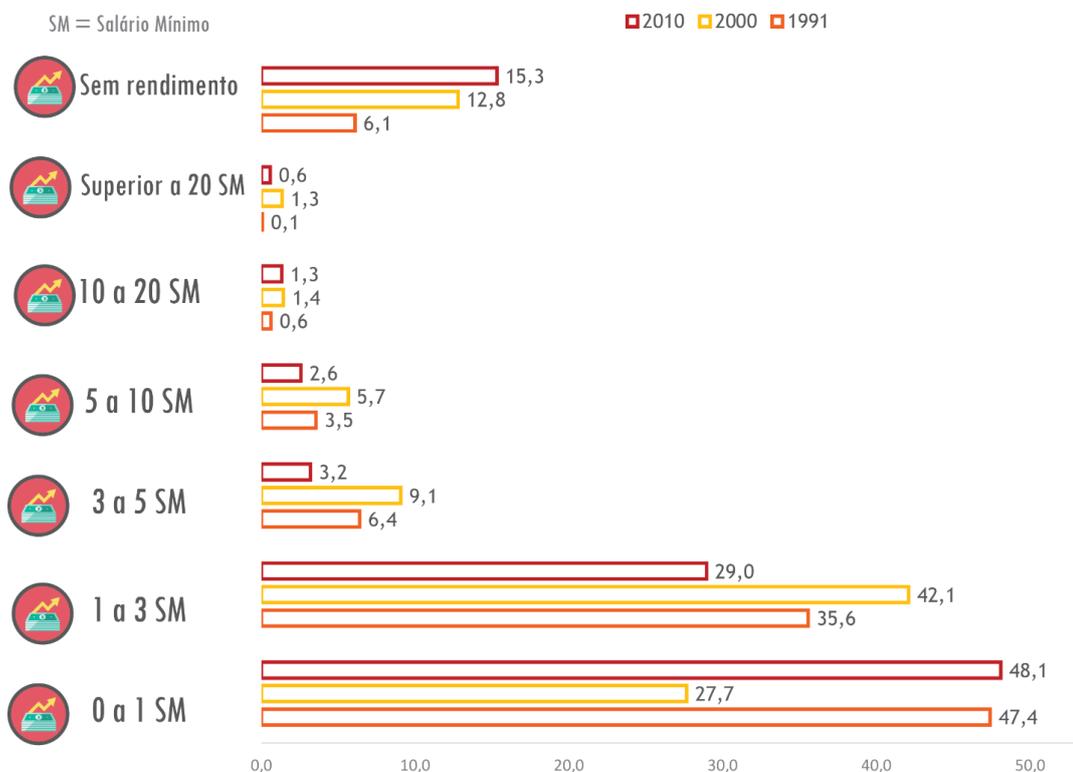
Fonte: *ObservaSSA*, 2018

Figura 8 - Infográficos sobre Rendimento Nominal Médio e Rendimento Mensal por faixa salarial - Santa Cruz

RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO E RENDIMENTO NOMINAL por faixa salarial

SANTA CRUZ

Rendimento do responsável pelo domicílio particular permanente (%)



Rendimento médio dos responsáveis R\$



Fonte: CONDER / INFORMS, 2016. Elaboração: Equipe observaSSA, 2018

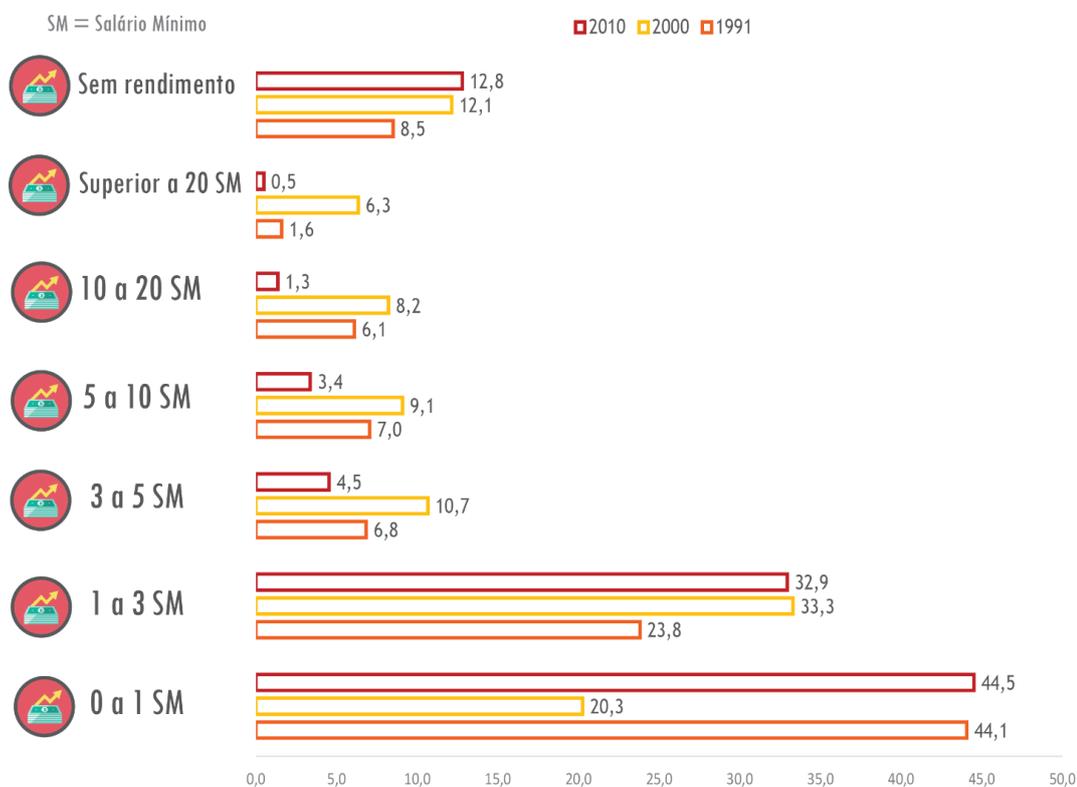
Fonte: ObservaSSA, 2018

Figura 9 - Figura X - Infográficos sobre Rendimento Nominal Médio e Rendimento Mensal por faixa salarial - Vale das Pedrinhas

RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO E RENDIMENTO NOMINAL por faixa salarial

**VALE DAS
PEDRINHAS**

Rendimento do responsável pelo domicílio particular permanente (%)



Rendimento médio dos responsáveis R\$

1991
R\$651

2000
R\$1909

2010
R\$1292

Fonte: CONDER / INFORMS, 2016. Elaboração: Equipe observaSSA, 2018

Fonte: ObservaSSA, 2018

Essas informações sobre renda do Aglomerado de bairros do Nordeste de Amaralina podem ser melhor compreendidas quando relacionamos os dados com a história do surgimento do Aglomerado:

O Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina é uma ocupação que tem suas origens nas antigas freguesias da Sesmaria de Itaparica, que foi vendida e dividida em seis grandes fazendas, sendo elas, Paciência, Alagoas, Ubaranas, Pituba, Armação do Saraiva e Santa Cruz. Posteriormente, José Alves do Amaral comprou a fazenda Alagoas e mudou seu nome para Amaralina. Foram as áreas das fazendas Amaralina, Ubarana Santa Cruz e Pituba que com o passar do tempo originaram o Aglomerado de Bairros Nordeste de Amaralina. (SANTOS, 2019, p. 2885-2886)

Tais fazendas se tornaram, posteriormente, loteamentos que para a elite baiana da época era área de veraneio – a parte mais próxima da praia – e os lotes que formavam a região ao redor foram arrendados e ocupados por *invasão*¹³ de pescadores e trabalhadores e familiares das fazendas, como aborda Regina Célia Santos Rocha (2016) em sua pesquisa de mestrado intitulada: *Feira Dominical do Nordeste de Amaralina, Salvador/Bahia: Uma análise sobre a territorialidade de um espaço do circuito inferior*. Na dissertação dela é abordada a construção histórica do bairro sob a investigação da formação e importância do comércio local, através da tradicional feira que acontece aos domingos no Nordeste de Amaralina. “O processo de urbanização se inicia nesse período com as primeiras casas de barro e telhado de coqueiros, a compra dos lotes era feita “de boca” sem haver registros.” (Rocha, 2016, p. 70,). E mais, ela afirma que posteriormente outros fatores, diretos ou indiretos, contribuíram para o crescimento do bairro como: a chegada de imigrantes em Salvador, entre 1940 e 1950; a implementação de alguns projetos rodoviários, o que possibilitou a urbanização da parte da orla atlântica de Salvador – região que contém o bairro Nordeste de Amaralina. Além disso, na década de 1970:

A implantação do Polo Petroquímico de Camaçari e, conseqüentemente, de um moderno sistema viário, dando acesso aos vales da cidade e abrindo novas fronteiras urbanas. Também foi implantado o sistema de *ferry boat* para Itaparica. Esses impactos na malha urbana de Salvador provocaram a expansão urbana e o aumento da ocupação coletiva por invasão. Outro fator que podemos abordar como influência indireta para o crescimento populacional do Nordeste de Amaralina foi a implantação do Centro Industrial de Aratu nos anos de 1960 e as aberturas de estradas ao longo da orla Atlântica, como por exemplo: em 1949, ligando a Amaralina ao Aeroporto, em 1968, a ligação entre o Iguatemi e a avenida Paralela, dando origem à avenida

¹³ O termo *invasão* nesse sentido não é no sentido pejorativo para julgar as pessoas. É utilizado para demarcar a alternativa de ocupação para residirem em alguma parte, realizada pelas pessoas mais pobres da época. Além disso, tal termo é utilizado por Regina Célia Rocha (2016).

Tancredo Neves e a duplicação da BR 324, melhorando a ligação entre Salvador e Feira de Santana com as demais regiões do Brasil. (ROCHA, 2016, p. 71)

Outro aspecto importante é que a única classe social dessa época no Nordeste de Amaralina era a pobre. “[o bairro] estava em formação e em contínuo desenvolvimento, graças à migração de famílias advindas do interior do Estado.” (Rocha, 2016, p. 72) E mais:

Com o crescimento do bairro na década de 1980, acontecem mais invasões, devido à grande migração motivada pela criação do Pólo Petroquímico de Camaçari, pela modernização do campo e pelas secas no sertão baiano. Houve um forte fervilhamento político, provocado por grupos de jovens e de grupos religiosos da Igreja Católica, que, através da militância política do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), atuavam clandestinamente com a sigla do partido político Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e conduziam ações voltadas para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural da comunidade. (ROCHA, 2016, p. 72)

Segundo Rocha (2016), alguns moradores também citaram nas entrevistas realizadas por ela sobre a presença de lideranças religiosas no bairro, como a de Anna Sironi, uma missionária italiana que chegou em 1965, durante a ditadura militar e contribuiu para “investir nos jovens com a criação de escolas, incentivo à formação e à implementação de cursos profissionalizantes para os pais.” (Rocha, 2016, p. 72). Além disso, a Associação de Moradores foi importante também nessa luta por reivindicações para o desenvolvimento da infraestrutura do bairro, como o saneamento básico, por exemplo.

Por fim, a autora diz que, segundo o depoimento de moradores do bairro, ele começou com uma colônia de pescadores e, como se expandiu com as imigrações de pessoas do recôncavo baiano, “supõe-se que a feira do Nordeste de Amaralina tenha se originado a partir do contexto da expansão urbana de Salvador, em que pessoas oriundas da zona rural buscavam alternativas para sua sobrevivência” (ibid, p. 72). Tal fato nos leva à compreensão de aspectos da formação de um bairro que mantém uma feira há mais de 50 anos e que desenvolveu um comércio de lojas que é muito forte nos dias atuais. Além disso, esses aspectos históricos direcionam a compreender o perfil dos moradores que entrevistamos e que serão comentados na próxima seção.

3.2 Pensando as entrevistas: metodologia, estrutura, aspectos da realização, perfil dos entrevistados e análise

A estrutura das entrevistas foi pensada previamente, inspirada na ideia de entrevistas em profundidade, semiabertas e semiestruturadas (DUARTE, 2005). E esta escolha se deu pois pensamos que ao optarmos pela realização de entrevistas individuais, ao invés de entrevistas em grupo, teríamos a possibilidade de traçar uma análise mais interessante. Isto porque pensamos que, ao serem realizadas individualmente, as respostas de uma pessoa entrevistada não interfeririam na de outra, o que possivelmente aconteceria, caso fossem entrevistadas simultaneamente. E mais ainda, diante do método de entrevistas individuais nos foi possibilitado na análise que apresentamos, observarmos se existiram respostas semelhantes ou distintas entre si, ou ainda, respostas diferentes de tudo o que esperávamos, mesmo se tratando de pessoas inseridas no mesmo contexto, o de um bairro periférico.

Além disso, como abordamos no *capítulo 1*, optamos por realizar entrevistas com características de entrevistas em profundidade, pois “é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseje conhecer.” (DUARTE, 2005, p. 62). Além disso, uma entrevista se caracteriza como semiaberta, quando:

A lista de questões desse modelo [de entrevista semi-aberta] tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle. As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista. Uma entrevista semi-aberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origens específicas. O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferência entre elas ou redundâncias. A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador. (DUARTE, 2005, p. 64).

Portanto, uma entrevista se caracteriza como semiaberta e semiestruturada por conta da existência de um roteiro previamente definido, sendo que: “as entrevistas semi-estruturadas

combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.” (BONI e QUARESMA, p. 75) sendo realizadas de forma que se aproxime de uma conversa informal. Por esse motivo, visto que as entrevistas seriam realizadas virtualmente, pensamos que a existência de um roteiro com perguntas para serem feitas às pessoas entrevistadas, possibilitaria o direcionamento de um diálogo mais fluido e que se aproximasse dos objetivos específicos da pesquisa.

Após termos decidido o formato no qual as entrevistas seriam realizadas, partimos para a construção do roteiro, priorizando perguntas que direcionassem a responder o problema de pesquisa “*quais são as ações-políticas (conscientes ou não) de resistência que essas pessoas criaram para se organizar financeiramente, mesmo sem ter acesso à educação financeira formal?*”. Como essas entrevistas seriam feitas com alguns moradores do Nordeste de Amaralina, também entendemos que seria importante ter a visão dessas pessoas sobre aspectos da movimentação econômica no bairro. Além disso, saber se conheciam ou participavam de algum caixa financeiro também era necessário, pois na nossa leitura, a organização do caixa se designa como um movimento de auto-organização financeira, então com as entrevistas poderíamos nos aproximar de forma a conhecer melhor o funcionamento deste movimento. Por fim, pensamos que seria importante ouvir das pessoas entrevistadas, como elas se relacionavam com o dinheiro, para acessar o olhar dessas pessoas em relação ao que consideram como educação financeira.

Pelos motivos descritos, organizamos a estrutura do roteiro em três eixos para condução da entrevista. Tais eixos receberam como títulos os seguintes termos: i) Visão do bairro; ii) Caixa Financeiro e iii) Relação com o dinheiro e Educação Financeira; e facilitaram a organização para relacionar as análises pós-entrevistas com a discussão teórica, como será visto ao decorrer deste capítulo. No entanto, é importante ressaltar que algumas das versões da estrutura do roteiro, com as perguntas propostas foram levadas para discussão no grupo LaPraMe Encruzilhada, que é um dos subgrupos do grupo de pesquisa Laboratório de Práticas Matemáticas do Ensino (LaPraMe) do PEMAT-UFRJ. Neste grupo de pesquisa, tem-se a prática da formação de subgrupos com pessoas que pesquisam temáticas semelhantes, a fim de que os componentes — sendo que os orientadores também são participantes — colaborem de forma mais próxima nas discussões que dizem respeito às pesquisas de cada um, visto que são subgrupos com no máximo 10 pessoas. Assim, as discussões da proposta do nosso roteiro no

grupo, nos possibilitou inúmeras reflexões sobre cada pergunta do roteiro, de forma que pudemos observar cuidadosamente se cada uma delas, atingiria os objetivos desejados, no formato em que estavam escritas.

As pessoas entrevistadas, residentes do Aglomerado de bairros Nordeste de Amaralina, (que de preferência se autodeclarassem como negras), seriam escolhidas diante dos seguintes critérios, os quais já foram apresentados no *capítulo 1*: (i) pessoas que tivessem participado de alguma atividade de organização financeira no bairro, em grupo de caixa-financeiro ou venda de rifas; ou ii) que realizasse algum trabalho de afroempreendedorismo; ou (iii) que trabalhasse na feira do bairro (por ser uma atividade econômica que acontece há anos, no bairro) ou (iv) alguém que realize o *Black Money*, que é o movimento de comprar e consumir do que é produzido por empreendedores negros para que o dinheiro circule nessa comunidade. Estes critérios foram pensados baseados no que eu, como ex-moradora do bairro, já tinha visto algumas pessoas próximas do Nordeste de Amaralina fazerem, como, por exemplo, vender bilhetes de rifa e participar de caixa financeiro. Entendemos, assim, que essas ações são mais do que formas de conseguirem movimentar dinheiro, são também alternativas para suprirem algumas necessidades financeiras que possuíam. Além disso, as leituras para a construção do referencial teórico nos aproximaram de conceitos e informações relativos ao afroempreendedorismo e ao *Black Money*. Então, pessoas que de alguma forma se aproximassem desses contextos seriam os perfis mais adequados a nos auxiliarem a compreender quais e de que forma as ações existentes no bairro poderiam vir a ser consideradas como movimentos de auto-organização financeira.

Para que esses perfis de entrevistados fossem encontrados, solicitei a ajuda a 3 familiares e 1 amiga próxima, pois já sabia que estas pessoas, também moradores do Nordeste de Amaralina, já haviam participado de caixa financeiro e venda de rifas, mas que por conta da proximidade parental e de amizade, não poderiam ser pessoas selecionadas para a entrevista. Assim, lhes perguntei em um primeiro momento, separadamente, se conheciam pessoas que haviam participado de caixa financeiro e que pudessem participar voluntariamente da entrevista que seria realizada como parte da pesquisa de mestrado sobre educação financeira numa perspectiva antirracista. Uma das familiares trabalha como agente de saúde do posto de saúde do Nordeste de Amaralina e falou que, como realizavam um caixa financeiro no seu local de trabalho, poderia indicar alguns colegas como potenciais entrevistados. Ela entrou em contato com 7 pessoas, das quais 3 foram entrevistadas. As outras 4 pessoas que foram contatadas para serem entrevistadas, foram indicadas pelos demais familiares e pela amiga mencionada.

Os contatos com as pessoas que seriam entrevistadas foram feitos através do *WhatsApp* e as entrevistas realizadas conforme disponibilidade das pessoas. Tais entrevistas foram realizadas no início de 2022, depois do longo período entre a submissão do projeto ao Comitê de Ética da Pesquisa, feita em agosto de 2021, e o cumprimento de toda burocracia solicitada. Obtivemos a aprovação do Comitê em 31 de janeiro de 2022, sob o CAAE: 52363421.0.0000.5257 – Número do Parecer: 5.217.354. Assim, foram contatadas 11 pessoas do bairro e as entrevistas foram realizadas com 7 pessoas, sendo 2 homens e 5 mulheres. No meio do processo, a medida em que as entrevistas foram sendo realizadas, consideramos que as pessoas entrevistadas já possuíam os perfis diferentes entre si, como desejávamos, de modo que os dados que estavam sendo produzidos com as entrevistas já eram suficientes para aprofundarmos nas análises diante dos eixos pré-definidos para responder nosso problema de pesquisa.

Na ocasião do contato pelo *WhatsApp* com os potenciais entrevistados, foi feita uma descrição resumida para explicar que se tratava de uma pesquisa de mestrado sobre Educação Financeira em uma perspectiva antirracista e que desejávamos fazer entrevistas virtuais com alguns moradores do Nordeste de Amaralina. Também foram explicitados alguns pontos que figurariam na entrevista, como: a visão que possuíam do bairro em relação à movimentação econômica; a experiência com o caixa financeiro; e sobre a relação que a pessoa e os familiares possuíam com o dinheiro. No caso das respostas afirmativas, ou seja, o potencial entrevistado concordando em participar voluntariamente da pesquisa, foi enviado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)¹⁴ para a pessoa fazer a leitura e assinar. Dos 7, 4 conseguiram assinar virtualmente e 3 assinaram uma cópia impressa, quando eu estive em Salvador, Bahia, no início de 2022.

Além do TCLE, foi enviado um formulário pré-entrevista, criado com o Google Formulários¹⁵, para a pessoa responder perguntas que auxiliaram no desenho do perfil do entrevistado, como: i) nome; ii) Idade; iii) gênero; iv) autodeclaração étnico-racial; v) estado Civil; vi) filhos; vii) endereço; viii) tipo de moradia- aluguel, casa própria ou cedida; ix) quantidade pessoas que habitam na residência; x) Formação; xi) profissão; xii) se tem ocupação profissional e xiii) informação sobre renda familiar. Em seguida, cada entrevista foi marcada, sendo utilizados os recursos de videochamada do *Google Meet* (1 entrevista) ou do *WhatsApp*

¹⁴ ver Apêndice A

¹⁵ ver Apêndice B

(4 entrevistas) ou por ligação telefônica (2 entrevistas). Todas tiveram o áudio gravado pela ferramenta de gravação de voz do *Windows*, a partir de autorização dos(as) entrevistados(as). Tais gravações foram transcritas, gerando dados utilizados nas análises da pesquisa. No Quadro 1, a seguir, tem-se o tempo de cada entrevista.

As transcrições foram feitas com o auxílio do *Word Online*, pois tem a opção de subir o áudio para gerar um arquivo *Word* com o áudio transcrito. Mas como algumas partes não saíam conforme o que foi falado, eu fui ouvindo as gravações e fazendo as correções de cada transcrição para o áudio original, aproveitando para destacar algumas partes que considerava importantes para entrarem na análise.

Quadro 1 - Tempo por Entrevista

Nome	Tempo
Entrevista 1	32 min e 37 segundos
Entrevista 2	22 min e 34 segundos
Entrevista 3	26 min e 58 segundos
Entrevista 4	33 min e 54 segundos
Entrevista 5	45 min e 16 segundos
Entrevista 6	42 min e 55 segundos
Entrevista 7	28 min e 52 segundos

Fonte: Elaborado pelos autores

Por fim, para apresentar os perfis com as características de cada pessoa entrevistada, optamos, conforme sugestão do orientador da pesquisa, que os nomes dos entrevistados fossem trocados por personalidades negras como forma de visibilizar essas pessoas que marcaram de alguma forma a história da luta antirracista. Nesse intuito, escolhi nomes de personalidades brasileiras que pude conhecer durante a minha trajetória de 25 anos de existência, ainda que destes, apenas 8 anos tenham passado do momento em que me descobri como uma mulher negra. Registro que entendo que as histórias das personalidades negras que pude conhecer e

indicar como pseudônimos neste trabalho não são apenas histórias de personalidades famosas, são histórias de pessoas negras, como as da minha família, que devem ser reconhecidas e mencionadas por mim ou por outras pessoas, sempre que possível, visto que elas sempre atravessam e compõem outras histórias.

Por esse motivo, escolhi os seguintes nomes para as pessoas que foram entrevistadas:

Entrevistada 1 - *Dandara*, por Dandara dos Palmares; Entrevistada 2 - *Elza*, por Elza Soares; Entrevistado 3 - *Zumbi*, por Zumbi dos Palmares, Entrevistada 4 - *Carolina*, por Carolina Maria de Jesus; Entrevistada 5 - *Luísa*, por Luísa Mahin; Entrevistado 6 - *Luís*, por Luís Gama e Entrevistada 7 - *Tereza*, por Tereza de Benguela.

No Quadro 2 abaixo, reunimos as informações dadas por essas pessoas no formulário pré-entrevista e que descrevem suas respectivas características sobre: idade; gênero; autodeclaração racial; estado civil; sobre filhos/as; tipo de moradia; se trabalha atualmente; com quantas pessoas moram; formação, profissão e faixa salarial. Consideramos tais informações importantes, pois ajudará a observar as características individuais de cada pessoa e poder comparar semelhanças e diferenças observadas nos perfis do grupo.

Além disso, como abordamos na primeira seção deste capítulo, inspirado no olhar sob as *Escrevivências*, de quem escreve e das pessoas entrevistadas foram feitos, nessa direção, os recortes dos trechos das entrevistas que serão analisadas. Isto é, tendo como critério de escolha trechos que se aproximassem de: (i) traduzir as falas dessas pessoas para mostrar as semelhanças e as divergências de tais vivências; ou (ii) apresentar o que de alguma forma não foi dito pelas pessoas entrevistadas, mas que consideramos relevante, pois:

Os sentidos possíveis ao termo [escrevivência] bordejam os gêneros abrigados pela noção de “escrita de si”, tal como se apresentam na autobiografia e na autoficção, mas também autorizam interações com outros termos e expressões que acolhem as relações entre sujeitos negros e modos de experienciar a memória e a própria vida. Escrevivência torna-se uma estratégia escritural que almeja dar corporeidade a vivências inscritas na oralidade ou a experiências concretas de vidas negras que motivam a escrita literária. (FONSECA, 2020, p. 65-66)

Nesse sentido, pretendemos exibir as falas, na íntegra, que expressam de alguma forma as ações que essas pessoas mobilizaram em suas experiências, a fim de estabelecerem suas

existências e subjetividades da forma que lhes cabiam, para se organizarem financeiramente no âmbito individual ou coletivo.

Quadro 2 - Perfil das pessoas entrevistadas

Nome	Idade	Gênero	Autodeclaração Racial	Estado Civil	Filhos(as/es)	Tipo de Moradia	Trabalha atualmente?	Mora com quantas pessoas?	Formação	Profissão	Faixa Salarial
Dandara	26	Feminino	Preta	Solteira	0	Casa Própria	Sim	2	Ensino Superior Incompleto	Empresária	2 a 4 salários mínimos
Elza	60	Feminino	Preta	Solteira	1	Casa Própria	Sim	2	Ensino Médio Completo	Agente comunitário de saúde	até 2 salários mínimos
Zumbi	43	Masculino	Preta	Solteiro	1	Casa Própria	Sim	1	Ensino Fundamental Completo	Agente comunitário de saúde	até 2 salários mínimos
Carolina	52	Feminino	Preta	Casada	2	Casa Própria	Sim	4	Ensino Médio Completo	Agente comunitário de saúde	até 2 salários mínimos
Lúisa	25	Feminino	Preta	Solteira	1	Aluguel	Não	1	Ensino Fundamental completo	Trancista	até 2 salários mínimos
Luis	26	Masculino	Preta	Solteiro	0	Casa Própria	Sim	2	Ensino Médio Completo	Autônomo de vendas	2 a 4 salários mínimos
Tereza	48	Feminino	Preferiu não declarar	Solteira	2	Casa Própria	Sim	2	Ensino Médio Completo	Empreendedora	até 2 salários mínimos

Fonte: Elaborado pelos autores

Assim, diante do quadro exposto com as informações que nos faz conhecer um pouco mais sobre o perfil das pessoas entrevistadas, baseado nas informações que foram dadas por elas, podemos seguir para as próximas seções que exibirão as análises dos recortes que fizemos das entrevistas por eixo: 1) Visão do bairro; 2) Caixa Financeiro e 3) Relação com o dinheiro e Educação Financeira.

3.3 Eixo 1: Visão do Bairro.

Foram feitas no início de cada uma das entrevistas as perguntas do roteiro descritas no Quadro 3 a seguir. Tais perguntas têm a finalidade de evidenciar o olhar dos entrevistados acerca do Aglomerado de bairros do Nordeste de Amaralina, em relação ao comércio — atividades formais e informais — e atividades financeiras, em geral. Segundo Matias (2022), trabalhos informais são aqueles que não possuem vínculo empregatício ou registros formais, ou seja, atividades autônomas.

Quadro 3 - Questões do Eixo 1 - Visão do Bairro

PARTE 1
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Como ocorrem as atividades que as pessoas realizam no bairro que envolvam a movimentação ou circulação de dinheiro? (Com que frequência, atividades formais/ informais...) Quais são os impactos causados no seu bairro com as atividades que você mencionou?</i>
PARTE 2
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Os empreendedores e comerciantes do bairro são moradores de lá? Você acha que existe algum fator para que seja de tal forma? (Para quem empreende ou for comerciante direcionar as perguntas para o negócio da pessoa).</i>
PARTE 3
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Como você acha que o cenário da pandemia impactou nessas atividades financeiras do bairro?</i>
<p><i>Observação:</i> Os destaques em amarelo são comentários que seriam acrescentados ou não durante a entrevista, baseados na resposta da pessoa entrevistada.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

Para a melhor compreensão do roteiro e das respostas das pessoas entrevistadas nesse eixo, optamos por organizar no Quadro 3 acima, as perguntas em três partes. Na primeira parte, a maioria das pessoas entrevistadas disseram que a atividade informal do bairro era mais forte do que a formal. Por esse motivo, destacamos nessa parte as falas de *Dandara*, *Luísa*, *Luís* e *Tereza* por se intitularem no formulário de pré-entrevista, respectivamente, como Empresária, Trancista, Autônomo de vendas e Empreendedora, ou seja, pessoas que, apesar de trabalharem diretamente com atividades que envolvem a movimentação e circulação de dinheiro no bairro, apresentaram visões diferentes. *Dandara* falou que o comércio era muito forte, sem discriminar entre formal ou informal. *Luísa* e *Luís* consideraram que a atividade informal é a mais forte e *Tereza* afirmou que o comércio formal era mais forte, ao dizer que o bairro possui muitas lojas, como a dela. Destacamos também a fala de *Zumbi*, agente comunitário de saúde, para este questionamento sobre as atividades que geram finanças para o bairro, pois ele comentou que tanto a formal como a informal eram fortes e que a segunda tinha se tornado mais forte principalmente depois da pandemia de COVID-19, pela necessidade que os moradores tiveram. A seguir, figuram as respostas de entrevistados na íntegra, referentes as partes 1 e 3. Optamos por colocar a parte 3, antes da parte 2, pois nas respostas da primeira parte, algumas das pessoas entrevistadas, fizeram menção à pandemia, justo o que seria perguntado na parte 3 — os diálogos das 3 partes, serão apresentadas em texto, por serem trechos menores:

Quadro 4 - Questões do Eixo 1 - Visão do Bairro - Parte 1

PARTE 1

Pesquisadora: Como ocorrem as atividades que as pessoas realizam no bairro que envolvam a movimentação ou circulação de dinheiro? (Com que frequência, atividades formais/informais...) Quais são os impactos causados no seu bairro com as atividades que você mencionou?

Fonte: Elaborado pelos autores

Rapaz, o comércio é muito forte aqui. Ele atrai pessoas de fora do bairro, porque acaba tendo feira muito mais barato do que outros bairros ao redor, que são bairros considerados de alto padrão, que é Pituba, Amaralina, Ondina, Rio Vermelho. Então muita gente vem comprar aqui por ser mais barato do que esses outros bairros que estão ao redor do Nordeste de

Amaralina. Eu acho que o comércio aqui é muito forte e tem muitos empreendedores, muito microempreendedores de diversas áreas, principalmente no ramo alimentício, e eu vejo muita gente fazendo muita coisa aqui, a galera acho que se vira bastante. (Dandara, grifo nosso)

Aqui no bairro o **comércio formal** é bastante forte né. **Mas o informal também** depois da pandemia se tornou mais forte ainda. Porque as pessoas que não tiveram mais seus trabalhos aí passaram para a vida informal mesmo. (Zumbi, grifo nosso)

Ao meu ver, a maioria das atividades aqui no bairro que geram dinheiro são as **atividades informais**, se você chegar aqui no Nordeste de Amaralina, você vai ver muitas bancas de fruta, vai ver muitos empreendedores. Pronto, você consegue enxergar que fora do trabalho formal, de carteira assinada, muitos homens e mulheres estão se movimentando, trabalhando na rua, colocando sua barraca de fruta, vendendo seus doces, roupas, tem aqui no final de linha do Vale das Pedrinhas um esgoto que eles aterraram e colocam suas barracas em cima, pra tirar o sustento das suas famílias. Mesmo com desemprego, tão em evidência. A gente sente que o Nordeste de Amaralina, ele precisa movimentar dinheiro e que, mesmo que de forma informal, esses homens e mulheres, eles estão aí fazendo o dinheiro girar. (Luísa, grifo nosso)

Acho que **são mais informais mesmo**, viu. Muita gente hoje está se virando da forma que pode. Muita gente passando rifa, muita gente, justamente vendendo alguma coisa, fazendo comida para vender dessa forma aí. (Luís, grifo nosso)

Olha o que eu vejo aqui no complexo, assim, por ter um complexo, são praticamente 3 bairros, em um né. O comércio aqui é bem completo, é **mais assim formal**, pelo que eu vejo tendo um ponto de vista, é mais assim formal, tipo tem muitas lojas e tal. Muitas lojas né, tipo como eu, empreendedor individual, são os próprios donos, né? Que fica nas suas próprias lojas, que administra seu próprio dinheiro, que administra suas compras né, são os próprios donos que administram tudo na verdade. (Tereza, grifo nosso)

Quadro 5 - Questões do Eixo 1 - Visão do Bairro - Parte 3

PARTE 3

Pesquisadora: Como você acha que o cenário da pandemia impactou nessas atividades financeiras do bairro?

Fonte: Elaborado pelos autores

Pesquisadora: Zumbi, você acha que essa questão da pandemia, em que as pessoas começaram a trabalhar mais pra si, que você falou. E além disso assim, qual outro impacto que você vê que a pandemia causou para essas pessoas?

Algumas pessoas realmente que já estavam na miséria, na fome, ficaram mais ainda né. Sendo só no caso agraciada com alguma cesta básica, alguma coisa do tipo, por algum tipo de associação ou alguém que faça esse tipo de trabalho. (Zumbi)

Pesquisadora: Zumbi, tá tendo muita organização assim para doação, essas coisas por aí?

Tá, tá. Surgiu bastante aqui no bairro, até que não tinha tanto, apesar de ter 54 ou 60 associações. Mas o que tá fazendo realmente coisas são as pessoas vamo se dizer, pessoas únicas né, não são tipo associação que tá fazendo isso, não são todas. Algumas associações fazem porque tem o conhecimento com outras pessoas. E algumas pessoas começaram a fazer doação. Uma moça mesmo começou a doar sopa, ela mora aqui, até ajudava no início do projeto, hoje em dia quem ajuda ela é o bombeiro, a polícia militar que vai na distribuição, porque se tornou muito grande, geralmente duas vezes na semana ela sai pra dar sopa ou alimento as pessoas. (Zumbi)

Pesquisadora: pelo bairro mesmo, Zumbi?

Não, não, a abordagem dela é mais no centro da cidade, mas acho que tem os dias que ela vem aqui pro bairro. E quando ela vai aqui pro bairro, ela vai pra invasão do pé preto, que é o lugar mais carente que tem aqui no bairro. (Zumbi)

Pesquisadora: Luís, como você acha que o cenário da pandemia impactou essas atividades financeiras do bairro? Você falou que antes já tinham essas atividades, né?

*É isso, muita gente teve que fechar seus estabelecimentos, né? suas lojinhas que tinham. Ainda tem que pensar, não pode sair por causa da pandemia. Muita gente ficou dentro de casa real, como eu também fiquei. Fiquei. **E a pandemia realmente me fez perder todos os meus cartões, porque eu não tinha como pagar, tinha que passar cartão em cima de cartão. Aí fiz uma bola de neve por conta disso.** Então eu acho que com muita gente, pode ter acontecido a mesma coisa também, né? (Luís, grifo nosso)*

Pesquisadora: Luís, antes da pandemia você trabalhava? Tinha outro trabalho e aí mudou durante a pandemia?

Tipo, eu vendia coisas e aí por conta da pandemia, eu não pude sair pra comprar, não saía pra comprar as mercadorias, aí eu não tive o que vender. Até a rifa eu parei de passar, então eu fiquei só dependendo do auxílio [emergencial]. E nunca que o auxílio ia pagar meus gastos. Geralmente no mês eu fazia R\$5.000/6.000 reais. Imagine, pra R\$600,00 que o auxílio estava dando, não tava dando para pagar um cartão, sendo que a fatura só de um cartão mesmo, era R\$1000,00 e alguma coisa e eu tinha 6 [cartões]. Minha mãe também, que tem um bar dela, ela teve que ficar com o bar fechado por conta disso. E eu emprestei o cartão também a ela. Aí, acabou que envolveu o meu e o dela, entendeu? Meu amigo também ficou desempregado e ele tinha comprado também no meu cartão. Perdi por conta disso também. (Luís)

Pesquisadora: Dandara, como a pandemia impactou esses empreendedores e tal, no seu caso, também, com sua empresa assim... você vende para pessoas que são do Nordeste e de outro bairro também né?

Não, eu não tenho muitos clientes no Nordeste não, não vendo muito pra galera daqui. Eu só tenho a galera que eu vendo daqui são os meus amigos de fato. São pessoas que né, já conhecem meu trabalho de uma forma mais íntima. Mas enfim essa divulgação assim de fato no bairro eu não tenho. Eu entrego, faço muita entrega [de joias em prata] aqui em Salvador e para fora tem um público muito grande, São Paulo e Rio [de Janeiro]. Então na pandemia tudo

*virou online. A única saída que a gente tinha era a internet, foi a internet na real, então muita gente que tinha comércio fechou, tipo tinha uma galera que comprava lá em cima mesmo [no Nordeste de Amaralina], pirão. Essas coisas. Depois da pandemia não conseguiu encontrar mais, eu nem sei o que que essa galera tá fazendo como é que eles estão trabalhando e teve comércio que fecharam que eu pedia comida aqui também. Porque eu como, eu consumo muito a alimentação aqui galera daqui, até porque a gente tem dificuldade de entrega [vindo de outros bairros] então para a gente é muito mais fácil consumir de quem trabalha aqui, isso acaba sendo muito bom né, na real. Mas muitos comércios fecharam por causa do consumo mesmo que diminuiu bastante e como eu falei as pessoas aqui tem um poder aquisitivo muito baixo. Então **as pessoas precisam sobreviver**. Então essa galera vende comida que é uma parada mais supérflua porque não é o básico né do dia a dia feijão arroz etc. então muita gente fechou, muita coisa fechou. (Dandara)*

Pesquisadora: Mas quando você fala assim dessa questão de que não vende para pessoas do bairro e tal, mas ao mesmo tempo, você é do Nordeste, sai do Nordeste, tem essa coisa de fora e o dinheiro volta para o bairro né de certa forma. Tem essa circulação né, você concorda com isso?

Isso é exatamente, porque acabo consumindo muito aqui então acabo devolvendo para o bairro o dinheiro. (Dandara)

Observamos com essas falas que há uma movimentação econômica no Aglomerado de bairros que causa um impacto muito grande nos bairros em si, que se dá através de atividades de comércio, principalmente de vendas formais e/ou informais, como por exemplo: venda de alimentos, roupas, empresas de internet que são do próprio bairro, e além disso, o aglomerado possui um portal de mídia local, há 10 anos, chamado NORDESTeuSOU¹⁶, que atua inclusive na divulgação de atividades culturais, comerciais e de notícias nos bairros. Além disso, como vimos na seção 3.1 sobre o bairro deste capítulo, a feira dominical e o comércio local, desde a criação destes bairros, sempre foram muito importantes para organizar a vida de seus moradores economicamente. Assim, essa importância se reflete desde a possibilidade de terem um emprego ou trabalho até a possibilidade do dinheiro circular no próprio bairro, em atividades específicas, como o carnaval do bairro, já que o Nordeste de Amaralina tem o circuito Mestre Bimba, que é um dos circuitos alternativos oficiais no carnaval de Salvador. Sobretudo, há uma circulação econômica no dia-a-dia, como vemos nas falas de Zumbi e Carolina:

¹⁶ A proposta do portal NORDESTeuSOU consiste em reunir informações sobre esporte, lazer, cultura e entretenimento em um modelo de website diferenciado, visando o respeito e buscando mostrar o outro lado da moeda. O site funciona como uma revista eletrônica, com espaço aberto para artistas, personalidades, grupos sociais e religiosos e qualquer outra entidade situada/proveniente da comunidade. Informação retirada do site eletrônico :<https://nordesteusou.com.br/institucional/>. Acesso em: 28 de maio de 2022

Pesquisadora: Zumbi, você acha que essas atividades causam impacto no bairro?

[Essas atividades] causam um impacto financeiro bom né. Bom porque o dinheiro ganho aqui é gasto aqui mesmo. (Zumbi, grifo nosso)

Pesquisadora: Carolina, e aí, no caso, sobre essas atividades informais. Como você observa, assim e informais, como foi o impacto da pandemia? Como que essas atividades impactam no bairro? Tipo, gera dinheiro? Como é que você vê assim?

*É uma atividade que na verdade, tem muitos que são **renda básica**, porque vende e tira o lucro ou tira a vendagem [o valor que gastou para fazer o produto, ou seja, o custo de produção] como eles dizem, tira o valor para comprar de novo e o que sobra? Geralmente, às vezes não é muito. Mas é pra comprar um pão, pra comprar um leite. É pra acrescentar alguma coisa que está faltando, entendeu? É assim. (Carolina, grifo nosso)*

Diante de tais falas, observamos como essa crescente de atividades informais contribui para tal movimentação econômica nos bairros. Isto é, o aumento do trabalho autônomo, seja pela necessidade das pessoas, como no caso do Luís, quando não conseguem trabalhos formais para terem pelo menos uma renda básica, como analisou Carolina, seja pela necessidade de uma renda complementar ao trabalho formal, nos casos em que essa renda não é suficiente, seja, ainda, nos casos em que a pessoa escolhe *empreender* e trabalhar para si, como relata Dandara. E como todos comentaram, a pandemia de COVID-19 impactou muito na forma com que os trabalhadores e trabalhadoras tiveram que enfrentar as escolhas diante de cada necessidade: por demanda individual, por conta da família ou para dar conta de algo que o Estado não supre.

Relacionamos tais questões com algumas das elucidações do referencial teórico que trouxemos no *Capítulo 1*, principalmente, sobre como faz-se necessário olhar para essas questões sob uma perspectiva *de-colonial* — referente às teorias decoloniais, pós-coloniais e contra-coloniais — e *antirracista*. Como o Brasil vive os reflexos da colonização, o cenário de desigualdade, sustentado pelo racismo que estrutura as relações sociais, se expressa nas formas de existência das pessoas que vivem nas periferias, pois precisam fazer “seus corres”¹⁷ para sobreviverem e terem melhores condições de vida e isso, desde que o Brasil era colônia. Como vimos no *Capítulo 2*, as pessoas escravizadas tiveram que realizar várias ações para conseguirem suas liberdades e terem melhores

¹⁷ Expressão muito utilizada para designar o movimento de trabalhar para ganhar dinheiro por pessoas, principalmente jovens da periferia.

condições de existência, e, ainda que ocorram em épocas diferentes, podemos observar que essa luta sempre existiu e está na direção do que Amílcar Cabral (1974) descreveu em seu trabalho sobre unidade e luta:

O povo não luta por ideias, por coisas que não estão na cabeça dos homens. O povo luta e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas para obter vantagem e bens materiais para poder viver em paz e melhor, para ver sua vida progredir e para garantir o futuro de seus filhos. Libertação nacional, luta contra o colonialismo, construção da paz, do progresso - independência - tudo isso são coisas vazias e sem significado para o povo, se não traduzem por uma real melhoria das condições de vida. (CABRAL, 1974a: p.46 Apud PEREIRA, 2012, p. 293).

Queremos dizer que não há um problema a pessoa optar por ser empreendedora. Porém, observamos que há uma propagação da ideia do empreendedorismo, pela visão neoliberalista, que individualiza a responsabilidade da educação financeira, pois coloca essa ideia, por exemplo, como salvação para os problemas econômicos ligados ao desemprego. Porém, essa romantização oculta, por vezes, a precarização das condições de trabalho que essas pessoas podem vir a enfrentar. O significado de empreendedorismo, nesse sentido neoliberal em que é propagado, traz uma ideia, como aborda Schumpeter (1982), de que as pessoas devem inovar as oportunidades e ideias para investir em um negócio que será lucrativo. Mas o que vemos na prática, através dessas falas de algumas das pessoas entrevistadas, é que elas precisam, na verdade, empreender suas vidas para viverem melhor e os negócios na grande parte das vezes nem são lucrativos. E como disse Sueli Carneiro em entrevista a Mano Brown no (PODCAST: Mano a Mano, 2022), os negros e negras são pioneiros e empreendem no Brasil desde o Século XIX por necessidade de sobrevivência, principalmente por conta das condições de miserabilidade em que nos deixaram durante e no pós-escravização. Essa ideia de empreendedorismo embranquecida que é vendida, determina quem tem o privilégio de ter trabalhos com direitos garantidos e quem não, pois muitos vivem em situação precarizada, acreditando que são empresários de si.

Porém, como defende alguns ativistas negros, como Monique Evelle, ex-moradora do Nordeste de Amaralina e criadora do *Desabafo social* – laboratório de tecnologias sociais aplicadas a educação e geração de renda, o empreendedorismo social funciona para as pessoas negras quando vem acompanhado de formação e apoio. E como ela disse em uma entrevista para a página *Whow*:

A periferia sempre pensou e começou a criar a partir disso, porque, infelizmente, também foi a partir da ausência que houve todas essas criações. Mas a gente está vendo aí um movimento importante que tira essa lente apenas da escassez, e começa entender a potencialidade e abundância disso, e o empreendedorismo social vira uma regra e não apenas uma alternativa, uma possibilidade. (EVELLE, 2022, para o site Whow)

Mas, temos que enfatizar que tais movimentações autônomas feitas por alguns moradores e moradoras no Aglomerado de bairros do Nordeste, que também acontecem em outras periferias, nos fazem refletir sobre os conceitos de *Afroempreendedorismo e Teoria da Economia Étnica* que também trouxemos no *Capítulo 1*. Ainda que sejam conceitos que os moradores não utilizem, visto que são termos acadêmicos usados para práticas populares, estes podem ser vistos na prática. Por exemplo, quando dizem que há um impacto na economia do bairro, majoritariamente composto por pessoas negras, devido a movimentação financeira da população do bairro, seja na venda ou no consumo, uma vez que as pessoas optam por gastar mais no bairro do que fora. Nesse sentido, observamos que esse impacto com a circulação econômica no bairro cria uma espécie de autodefesa e resistência periférica. E, portanto, devemos olhar para esse lugar, mesmo com todas contradições da lógica empreendedora que apresentamos, como um lugar de re-existências e não somente de escassez, como veremos nas respostas dos entrevistados na parte 2, a seguir:

Quadro 6 - Questões do Eixo 1 - Visão do Bairro - Parte 2

PARTE 2

Pesquisadora: Os empreendedores e comerciantes do bairro são moradores de lá? Você acha que existe algum fator para que seja de tal forma? (Para quem empreende ou for comerciante direcionar as perguntas para o negócio da pessoa).

Fonte: Elaborado pelos autores

Pesquisadora: Zumbi, a maioria das pessoas que vendem e que movimentam essa circulação são moradores do bairro mesmo ou são de fora?

A maioria, vamos dizer 90% são moradores do bairro, 10% estão passando a conhecer o bairro agora. Tipo, como essa coisa da pandemia teve muito delivery. Então muitos cozinheiros, garçons, as pessoas que trabalhavam nas lojas grandes que foram demitidos, abriram seu próprio negócio. E com a mesma qualidade da grande, sendo que sem CNPJ, sem aquela coisa, aquela burocracia toda de pagamento de taxas, essas coisas né. Eram eles que faziam

as pizzas, eram eles que faziam os churrascos, eram eles que faziam as moquecas dos grandes restaurantes. Então, eles só pegaram pra eles agora, e as pessoas estão descobrindo isso (Zumbi)

Pesquisadora: Carolina, e existe alguma, algum fator para que seja dessa forma? As pessoas pensam assim, eu moro aqui, é mais fácil vender aqui ou não sei? Existe algum motivo? As pessoas que você acha, as pessoas preferem trabalhar mesmo no bairro do que trabalhar em outros lugares por algum motivo?

É geralmente por causa de transporte. Porque assim é como eles são ambulantes geralmente eles assim. É a renda, aqueles tem aquela, então eles não querem ir para outro local para gastar transporte. São poucos os que saem. E quando sai, é pedindo carona nos ônibus, né? E muitas vezes, como aqui é Orla, aí vai, vai empurrando o carrinho [do que vai vender, exemplo, carrinho de cachorro quente] essas coisas de ida e de volta, então geralmente é mais por causa do transporte [pra não gastar com transporte]. (Carolina)

Destacamos também o diálogo com Luísa, pois no início da entrevista ela se autointitulou como afroempreendedora, e disse que realiza uma luta antirracista:

*Eu tenho 25 anos, sou afroempreendedora, tenho um estúdio de tranças aqui no Nordeste de Amaralina, sou bailarina há mais de 10 anos, crio conteúdo em rede social e me identifico como uma pessoa que luta para quebrar todo e qualquer tipo de estereótipo. Eu acho que a gente precisa incluir o Nordeste de Amaralina, além das páginas policiais. Além de mim, tem vários outros jovens aqui no nosso bairro que buscam trazer o lado artístico colocando o Nordeste de Amaralina em evidência, então o que, o que surge de oportunidade, seja ela de dança seja ela de espaço de fala **eu tô sempre aproveitando para pôr em pauta minha luta antirracista, antigordofóbica, anti qualquer tipo de discriminação, eu procuro lutar contra ela.** (Luísa, grifo nosso)*

E ao responder sobre se as pessoas que empreendem e os comerciantes são moradores do bairro, ela chamou a atenção para o fato do esvaziamento da pauta racial nas discussões e no posicionamento dessas pessoas, como podemos ver no diálogo destacado abaixo:

Pesquisadora: Aí Luísa, os empreendedores, os comerciantes, são moradores do bairro a maioria ou tem [gente de fora]?

Em sua maioria, são pessoas do bairro. Até porque existe uma perspectiva muito negativa do Nordeste de Amaralina para os outros bairros, né? A gente escuta falar muito mal do nosso bairro, então eu acabo não vendo a presença de pessoas de fora para trazer seus negócios aqui para dentro. Geralmente são moradores que se organizam, que alugam espaço ou que conseguem montar suas barracas em espaço popular. Mas, só os grandes mercados né que eu acredito que os donos dos mercados maiores que tem aqui, nós temos 2 mercados grandes que possivelmente não seja moradores do bairro, mas em sua maioria são pessoas daqui mesmo. (Luísa)

Pesquisadora: E você tem visto muitos afroempreendedores também no bairro, assim como você?

*Eu sinto falta, Tamires. Eu vejo que a maioria são pessoas negras, **mas nem todo mundo tem essa visão voltada ao afrocentrismo**, ao dinheiro voltado para o povo preto, a trazer a identidade através de suas peças. Eu tenho um projeto que ele é um coletivo de afroempreendedores onde eu tenho vários parceiros, mas nenhum é do bairro porque eu não conseguia captar. Uma marca que eu tinha ouvido falar, que é uma moça que produz turbantes e tudo mais só que a gente não conseguiu alinhar a logística, a minha com a dela, mas eu sinto falta. Tem, vários empreendedores negros, mas pouquíssimos voltados pro Afro, né? Para trazer além de suas peças, a ancestralidade, a identidade ainda são bem raro. (Luísa, grifo nosso)*

Pesquisadora: Sim, mas você acha que o que faz que é com que seja dessa forma, para que esses empreendedores não se vejam nesse lugar de afro empreendedores? De trazer essas questões[raciais], como você falou?

É porque ainda é muito pouco passado, né? Em relação à educação, quando eu estudei na minha escola, no ensino médio, ensino fundamental, eu não tive direcionamento de me dizer que a minha origem vai além do que foi passado, que teve Princesa Isabel, teve escravidão e que aquilo hoje não é existe mais. Eu acho que essa contrapartida da educação, desde quando esses empreendedores eram menores, crianças, eles geram impacto hoje, porque na cabeça deles, eles precisam vender produtos, né? que o bairro consuma. Mas não existe a preocupação de que, dentro desse consumismo, sejam um consumismo voltado para o nosso povo. Então, realmente empreender, ganhar seu sustento, mas tem essa necessidade de trazer uma ancestralidade, porque muitos não entendem, muitos não foram passado o que tava errado [sobre a história], então eu não culpo. Entendeu: Esse acesso que eu tive foi uma exceção. Eu sei que eu fui uma exceção. Eu tô aqui trançando meus cabelos e me preocupando de além de trançar e ganhar o dinheiro, né? Em cima daquele serviço, é entender que o que eu estou fazendo, ele tem uma história, ele tem toda uma carga, ancestral, ele traz um empoderamento estético, mas que não é só estético, não é só trança, é o que aquilo ali representa. E muitos não têm essa visão ainda. (Luísa, grifo nosso)

Luísa apresenta seu posicionamento político, ao demarcar o comentário sobre a maioria dos vendedores que são moradores do bairro e não fazem um resgate ancestral, de suas africanidades através de seus trabalhos, pois, como ela disse, muitos não conhecem a verdadeira história afro-brasileira. Vinculamos tal neutralidade ao que abordamos no *Capítulo 1* sobre a ideia do *mito da democracia racial* ainda ser forte no imaginário social do Brasil, mesmo que venha sendo cada vez mais rompido com as denúncias diárias de casos de racismo. Isto é, observamos essas marcas coloniais, ainda que a maioria dos moradores do aglomerado tenha se autodeclarado como negros no censo do IBGE de 2010. E, como Abdias do Nascimento (1978) discutiu em sua obra sobre o *Genocídio do Negro Brasileiro*:

O objetivo não expresso dessa ideologia [de não falar de raça] é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa da sua raça e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais: todo mundo é simplesmente brasileiro. Mas o preceito, ao se tornar operativo, ganha

uma dupla qualidade - de ferramenta usada convenientemente no interesse da estrutura do poder, e de arma imobilizadora apontada na direção das massas afro-brasileiras. Nenhum meio legal de protesto, de busca de alívio contra a injustiça racial, existe para o grupo discriminado e oprimido, desde que a lei - formal e distante - recolhe a todos em seu seio “democrático”. (NASCIMENTO, 1978, p. 79)

Nesse sentido, com o exposto até aqui, confirmamos algumas das hipóteses que pensamos no *Capítulo 1* da dissertação: sobre como estas minorias negras tiveram parte da história de luta e resistência apagada pela colonialidade; o legado de organização financeira de ex-escravizados foi invisibilizado; e tais fatos contribuíram para que seus descendentes, sem o acesso a essa memória histórica, tenham construído, de certa forma, o imaginário das suas identidades em um lugar de inferioridade. Como Luísa disse, “*porque na cabeça deles, eles precisam vender produtos, né? que o bairro consoma*”, ou seja, nos leva a entender com essa fala, que pensam que não venderiam produtos, por exemplo com características mais afrocentradas, porque o imaginário associado à cultura negra, de algumas pessoas, ainda é o que remete à escravização e, portanto, quanto mais neutros se apresentarem, mais produtos conseguirão vender. Porém, como vimos no *Capítulo 2*, a história das pessoas negras associada ao período da escravização foi, além de sofrimento, de muita luta e empreendimentos financeiros, dentro do possível à época. E, portanto, há sim caminhos outros para que esse imaginário seja desconstruído e sejam dadas mais possibilidades para essas pessoas serem afroempreendedores/as como a Luísa, caso tenham desejo. Ou quiçá, de poderem reconhecer as tecnologias e sabedorias que realizam como um lugar potente de organização financeira, como o caixa financeiro, que veremos na próxima seção.

3.4 Eixo 2: Caixa-Financeiro

O *caixa-financeiro* é uma prática realizada por algumas pessoas em diversos bairros de Salvador. Não se sabe a origem da prática e as pessoas costumam chamar de *Caixa*. No início da orientação, nas primeiras conversas enquanto conversávamos em reuniões, descobrimos que a mesma prática é realizada em alguns bairros periféricos do Rio de Janeiro e a chamam de *Caixinha*. Eu comecei a me referir a tal prática sempre como caixa-financeiro, para fazer referência a movimentação de dinheiro que é envolvida.

No *Capítulo 1*, trouxemos um exemplo para explicar o funcionamento genérico do caixa, o qual retomamos com a ilustração da Figura 10 a seguir:

Figura 10 - Exemplo Ilustrativo de “Caixa - Financeiro”



Fonte: Elaborado pelos autores

O exemplo acima é só um possível de realização de um caixa-financeiro. Durante as entrevistas, observamos formas diferentes de organização e com objetivos diferentes, como veremos a seguir. Nessa parte da entrevista, gostaríamos de conhecer um pouco mais dessa prática e, por isso, pensamos em perguntas, descritas no Quadro 7, que levassem as pessoas a descreverem sobre aspectos como: frequência, valor, confiança, benefícios de quem participa, critérios de escolha para a ordem de pagamento e também porque algumas optam por colocar o dinheiro no caixa, ao invés de colocar no banco.

Quadro 7 - Questões do Eixo 2 - Caixa Financeiro

PARTE 1
(perguntar se a pessoa conhece, caso não, explicar o que é e também se já ouviu falar com outro nome)
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Você já organizou ou participou de algum? -> Se sim, como era? (Qual a dinâmica de funcionamento?)/ Quanto tempo? O que faz as pessoas confiarem e participarem? Quem organiza tem algum benefício a mais?</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Por que recorrer ao caixa financeiro?</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

PARTE 2

- *Como é a sua relação com o banco? (Você confia, utiliza muito..., faz muitas transações, saques, pix)*
- *Você faz algum tipo de poupança ou investimento no banco? Quais? Por quê?*
- *Se tivesse que escolher entre colocar o dinheiro no caixa financeiro ou no banco, qual seria sua escolha? Por quê?*
- *Você conhece outras pessoas que realizam esse tipo de atividade (caixa financeiro) ou outra atividade semelhante que envolve alguma espécie de organização econômica? (Quais?)*

Observação: Os destaques em amarelo são comentários que seriam acrescentados ou não durante a entrevista, baseados na resposta da pessoa entrevistada.

Para a apresentação nesta seção, organizamos o quadro em duas partes: a primeira com perguntas ligadas ao caixa e a segunda para falar sobre como essas pessoas se relacionam com o banco e também para verificar se conhecem outras práticas semelhantes ao caixa financeiro. Em particular, pensamos que seria válido destacar pelo menos um trecho de cada um dos entrevistados, através de caixas de diálogo, visto que a costura desenhada nas falas nos levou a entender como esses relatos apresentam as *escrevivências* de uma prática – a do caixa-financeiro – que não se esgota e que pode ser realizada de diferentes formas, por diversos motivos, pelos sujeitos e sujeitas envolvidas diante de suas particularidades. Além disso, como observamos, todas as pessoas têm o objetivo de tentar se organizar financeiramente, juntando um montante, seja para utilizar na construção da casa de praia, ou para comemorar eventos da família, ou até mesmo comprar caixas de cerveja, que servirão para comemorar o aniversário do aniversariante do mês, como veremos nos diálogos a seguir — apresentados em quadros, por serem transcrições maiores — feitos com Dandara, Elza, Zumbi, Carolina, Luísa, Luís e Tereza.

Quadro 8 - Questões do Eixo 2 - Caixa Financeiro - Parte 1

PARTE 1
(perguntar se a pessoa conhece, caso não, explicar o que é e também se já ouviu falar com outro nome)
<ul style="list-style-type: none">• <i>Você já organizou ou participou de algum? -> Se sim, como era? (Qual a dinâmica de funcionamento?)/ Quanto tempo?</i> <i>O que faz as pessoas confiarem e participarem? Quem organiza tem algum benefício a mais?</i>
<ul style="list-style-type: none">• <i>Por que recorrer ao caixa financeiro?</i>

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 9 - Diálogo 1: Elza sobre o caixa

Eu não, mas minha família faz muito isso [Caixa]. eu vejo como algo muito familiar. minha avó faz, minhas tias sempre fizeram. (Dandara)

Pesquisadora: Então dentro da família mesmo?

É como se fosse uma poupancinha né e isso (Dandara)

Pesquisadora: Aí no caso você sabe como que elas organizavam, é periodicamente (todo ano, todo mês?)

*Por mês, era um mês de cada e aí escolhe quem vai ser a primeira, quem vai ser a última, que **todo mundo quer ser o último**. (Dandara)*

Pesquisadora: Por quê?

Porque quem recebe primeiro é tipo: começou o caixa, você não deu nada de dinheiro ainda e já recebeu o dinheiro todo. e no final é como se você tivesse retendo aquele dinheiro ali tipo dando na poupança. Porque tipo se você recebe no meio, você gasta o dinheiro teoricamente, mas continua pagando o Caixa. (Dandara)

Pesquisadora: Ah entendi, mas todo mês, todo mundo dá a mesma quantidade né?

Exatamente, mas quando você recebe no final, é como se você tivesse recebendo a recompensa de tá guardando aquele dinheiro todo, quando você recebe no meio, você gastou o dinheiro, mas você tem que continuar pagando, entendeu? Então as pessoas gostam de ser primeiro e último, também por causa disso. É porque tipo, é como se estivesse vendo o resultado do dinheiro guardado. E quando você tá no meio, se você não tem uma organização financeira para aquilo você acaba se perdendo um pouco, que tipo, você gasta o dinheiro que você recebe, mas depois você tem que continuar pagando [o caixa]. (Dandara)

Pesquisadora: E sua família hoje em dia ainda faz isso? ou não faz mais?

Rapaz, eu acho que ainda faz. mas não tão forte quanto antes, e aí toda festa que ia fazer dentro de casa, e tal, 15 anos de alguém nanana... fazia o caixa específico para aquilo. (Dandara)

Pesquisadora: Mas assim, o que você acha que faz com que as pessoas confiem de participar do caixa, mesmo sendo dentro da família? porque mesmo na família tem gente né. [que talvez não contribua corretamente]. O que você acha que faz com que as pessoas confiem de participar e quem organiza tem algum benefício a mais?

Não, não. Todo mundo recebe a mesma coisa. Pelo menos na minha família todo mundo recebe a mesma coisa e... o que eu acho de confiança, é porque as pessoas já confiam mesmo umas nas outras né, porque minha família tem essa união e tal, então todo mundo conhece a índole de todo mundo e já confiam uma nas outras e faz isso. Eu acho que não faria com pessoas de fora (da família), justamente por causa disso né porque, porque ninguém faz contrato de caixa. (Dandara)

Pesquisadora: É algo mais informal né?!

Exatamente, algo extremamente informal, então se a pessoa faltar ali, acabar falhando todo mundo né, todo mundo perde. (Dandara)

Pesquisadora: Dandara, mas você acha que tem gente aqui recorre ao caixa financeiro, só recorre ao caixa financeiro ou é como se fosse uma forma paralela a botar dinheiro no banco ou por que recorrem ao caixa e não ao banco?

***Eu vejo o caixa mais como dinheiro emergente**, como eu falei, tipo quando fazer alguma festa ou algo do tipo, quando sei lá, tá reformando a casa... fazendo alguma coisa, porque você investe, você na verdade guarda o dinheiro é uma, **OBRIGAÇÃO** (ênfatisa) de você guardar o dinheiro né, guarda o dinheiro, entre aspas, você deposita o dinheiro ali, para aquelas pessoas o dinheiro vai circular você tem que pagar por mês e é um compromisso. Na poupança, você não tem o compromisso de dar, a não ser que você faça um investimento que você não possa tirar o dinheiro, enfim, mas aí já não entra numa reforma de emergência, em algo de emergência e tal, entendeu? tipo festa de final do ano e tal, e aí eu acho que a obrigação das pessoas darem dinheiro, faz com que elas se empenhem mais do que na poupança, que tem uma cobrança ali, você tem que pagar é um acordo que você faz. (Dandara, grifo nosso)*

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 10 - Diálogo 2: Elza sobre o Caixa

*Já participei, **mas não gostei não**, porque eu sou muito agoniada (risada) (Elza, grifo nosso)*

Pesquisadora: É o quê? agoniada? (risada) mas como foi?

Agoniada. aí quando recebo meu mês, fica faltando geralmente 5, 6 pessoas, fico doída que acabe logo. Aí prefiro mais pegar o último ponto, mas demora. demora. Você vai ser a última, demora. Normalmente quando a pessoa faz um caixa, tem que ter alguma coisa para fazer, por exemplo, eu vou fazer um caixa porque eu vou comprar algo, vou fazer um caixa porque vou reformar minha casa, entendeu? Aí acho que vale a pena. Mas por besteira, acho que não vale a pena não. (Elza)

Pesquisadora: Mas normalmente as pessoas fazem por muito tempo ou pouco tempo? quem participa e quem faz?

10 meses ~1 ano. é muito tempo né? até 5 meses ainda vai, mas 10 meses é muito tempo. Tamires?! (Elza)

Pesquisadora (risada). Mas pra quem faz, é bom porque algumas pessoas conseguem juntar dinheiro assim né? tipo fazer aquilo que elas querem e tal. Mas aí no caso, quem organiza tem algum benefício a mais ou não? é a mesma coisa?!

Não. benefício nenhum. O benefício é ter o segundo ponto, o único benefício é esse, mas é o mesmo valor. (Elza)

Pesquisadora: Ah, quem organiza fica com o segundo?

É, por exemplo, um caixa de 10 meses, são 11 pessoas. Aí naquele mês que for meu, eu não dou, vamo dizer 10 meses, R\$1.000,00 reais. entendeu? bota 11 pessoas, então vai ser 11 meses, aquele ponto que for meu, eu não dou 100 reais, ai recebo meu R\$1.000,00 sem dar R\$100,00. entendeu? (Elza)

Pesquisadora: Mas isso é só para quem organiza?

É... não, não é pra todo mundo. Quem organiza normalmente recebe o primeiro ponto. (Elza)

Pesquisadora: Entendi, hum. Mas tem algum (caixa) que a pessoa tipo, no mês que a pessoa vai receber, ela dá o dinheiro também ou não? você já viu assim?

Já, já. já participei de um desses. Aí fica 10 meses certinho. (Elza)

Pesquisadora: Agora, mas o que você acha que faz com que as pessoas confiem de participar desse tipo de caixa?

Por conhecer as pessoas. Porque já fez com outra que deu certo. Fazer no trabalho, no trabalho tem um bocado, tem umas 3 pessoas que fazem. Entendeu? é a confiança. saber onde mora, onde trabalha, a confiança de conhecimento [impressão que foi conhecimento de conhecer as pessoas] também que a pessoa passa. Eu não faço porque eu sou muito agoniada e quero meu negócio logo. (risada) (Elza)

Pesquisadora: (risada.) Mas é verdade. Mas você já viu falar de algum caixa que não deu certo?

Não, já ouvi falar de caixa que demorou de receber o dinheiro. Porque a pessoa que fez acho ficou desempregada e não teve o dinheiro dela, aí foi juntando e quando recebeu os tempos, deu o dela todo. (Elza)

Pesquisadora: O povo deve ficar chateado, né?

É, deve ficar “virado no mói de coentro” [expressão para indicar que o pessoal fica revoltado] (Elza)

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 11 – Diálogo 3: Zumbi sobre o Caixa

Lá no caso, o caixa são 11 meses pra que você pegue no caso, seu dinheiro livre. No caso no seu dia, no seu mês dia de pegar, você pode pagar ou não, se você pagar, você recebe os 11, recebe o seu, mais o que você pagou. Se não, os 10 mesmo. E no caso eu tô num caixa de R\$100,00 por mês. Vai dar R\$1000,00 livre. (Zumbi)

Pesquisadora: No caso, você participa há quanto tempo?

Tem um 3 anos ou 4 anos. (Zumbi)

Pesquisadora: É com pessoas conhecidas?

É, a maioria de lá do trabalho e as outras pessoas é conhecido de alguém do grupo. Agora são pessoas corretas né, porque se você der mole nisso aí, acaba... [perdendo dinheiro] (Zumbi)

Pesquisadora: É isso que eu ia perguntar, assim, o que faz as pessoas participarem do caixa? confiarem mesmo?

No caso, a confiança em primeiro lugar. você tem que ter realmente, as pessoas tem que ser certas, tem que ser corretas, porque como falei a você, se um elo quebrar, quebra toda corrente. Portanto as pessoas tem que ser correta, o que a gente coloca. Geralmente 80% das pessoas de lá do trabalho, que são funcionários públicos, e geralmente não vai quebrar tão fácil, se quebrar, não vai quebrar o elo todo, se quebrar, a gente pode parar e continuar. Mas geralmente 2, 3 pessoas são cunhado ou parente de amigo. (Zumbi)

Pesquisadora: Você já ouviu falar de algum caixa que não deu certo?

Já ouvi falar de muitos que algumas pessoas entraram, pegaram seus recursos, e depois abandonaram o caixa. (Zumbi)

Pesquisadora: Aí no caso você só participa, você não organiza certo?

Não, não, só participo. (Zumbi)

Pesquisadora: E a pessoa que organiza, tem algum benefício a mais?

*Não, não, não. Ganha a mesma coisa, no caso vamo assim dizer, às vezes a pessoa que organiza pega o primeiro **ponto**. (Zumbi, grifo nosso)*

Pesquisadora: Quer receber primeiro?

É, mas eu não vejo coisa (problema), porque são pessoas corretas, sendo o primeiro ponto pra você ou pra mim, não vai fazer diferença. (Zumbi)

Pesquisadora: No caso você ou outras pessoas, porque você acha que as pessoas recorrem a fazer o caixa financeiro?

***Porque geralmente as pessoas não conseguem juntar dinheiro em casa.** Porque bota uma coisa ali, depois você vai, precisa de um pão, alguém vai cair doente, aí você vai e pega. E você pegando, você não vai colocar no lugar. E no caixa você deixa. (Zumbi, grifo nosso)*

Pesquisadora: Mas no caso, é combinado antes, o mês que vão receber?

É, é tudo combinado, no caso lá, o caixa são de 10 pessoas, aí cada um escolhe o mês, pronto e aí nesse mês você vai ser contemplado com aquele valor. (Zumbi)

Pesquisadora: E o valor tem mudado de um ano pro outro, ou continua a mesma coisa?

A gente começou com um caixa de R\$5.000,00, mas ta com caixa de R\$1.000,00, porque defasou salário, defasou tudo, não tem condições de bancar. (Zumbi)

Pesquisadora: Mas já é uma forma né, você falou que a pessoa não consegue juntar, mas é uma forma de juntar dinheiro de certa forma, porque tem o compromisso...

*É mesmo, **porque fica tipo uma forma de pagamento, entendeu. você esquece que tem ele lá, porque se você colocar em casa, você vê o montante, você gasta.** A pessoa tem que ser muito segura para não acontecer isso. (Zumbi, grifo nosso)*

Pesquisadora: risos, entendi. é, faz sentido.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 12 – Diálogo 4: Carolina sobre o Caixa

É, eu já. Eu já organizei esse, mas ultimamente eu não estou organizando porque eu fiquei muito, muito tempo organizando um caixa. **E a nossa caixa era só com as pessoas do trabalho, então era um caixa entre amigos. E assim, com um intuito de um ajudar o outro.** E aí, tipo, é, fazia um valor que era para ajudar, porque quando a gente fazia, assim quando eu fazia era porque se eu me juntasse com 5. Todo mês, cada um dando R\$500,00, a gente teria R\$2.500,00. Então, a pessoa que era contemplada no mês ia usar esse dinheiro para um determinado fim. E a gente ia ficar esses 5 meses pagando esses R\$2.500,00 [R\$500,00 de cada] sem juros e sem impactar outra atividade, a parte financeira da pessoa, porque seria uma renda fixa que ela ia ter que tirar todos os meses, esses 5 meses fechado, então podia dar muito bem para se organizar. (Carolina)

Pesquisadora: Aí, no caso, você não está organizando mais?

É, eu parei esses tempos, eu parei. (Carolina)

Pesquisadora: Mas por algum motivo específico?

Não, não, assim é porque eu fiquei muito tempo mesmo, aí eu cansei. Eu disse: “Ah, não vou fazer mais não” (dá risada). Toda hora alguém me pergunta “não vai mais fazer caixa?”, eu digo, eu não sei não. Eu estou com vontade de não. (dá risada) (Carolina)

Pesquisadora: Mais ou menos durante quanto tempo que você fez caixa?

Ahh eu fiz muito tempo, eu tô lhe dizendo... Eu nem imagino. (Carolina)

Pesquisadora: Mais de 5 anos?

Mais! Bem mais. E assim, não parava não. Era o ano todo. (Carolina)

Pesquisadora: O ano todo? Nesses períodos curtos, mesmo?

O último que eu fiz, eu fiz de R\$5.000,00. Então, de R\$5.000,00 é para sair R\$5.000,00 fechado. Acho que eu fiz em 11 meses. (Carolina)

Pesquisadora: E aí cada um dava. Eram quantas pessoas? 11 meses, quantas pessoas?

Era. Era. Às vezes era mais de 11, era 11 pontos. E aí tinha que ter É 12, eu acho até as pessoas a não lembro quantas pessoas eram não, é porque assim, tinha ponto que a pessoa não conseguia pegar, pagar os R\$500,00 aí juntava duas pessoas, **uma pagava R\$250,00 e a outra pagava R\$250,00**, fechava o ponto, entendeu? (Carolina, grifo nosso)

Pesquisadora: Elas se dividiam entre elas?

É isso aí, se organizava e eu pegava até de 3 [3 pessoas pegando o mesmo ponto], mas **quando ela passava o dinheiro para mim, tinha que passar o dinheiro no fechado, entendeu?** Eu devolvia o dinheiro fechado que elas que se resolviam lá, como seria, quem ia ficar, aí ela passava para as meninas. O valor de cada uma. Aí eu não lembro quantas pessoas tinham porque aconteciam essas coisas. (Carolina, grifo nosso)

Pesquisadora: Por causa dessa divisão, interessante! E o que você acha que fazia com que as pessoas que participavam confiassem em participar [do caixa]?

Assim porque a gente é, como tudo tinha que ser organizado, é o ponto. O ponto tinha que ser pago, no dia 10. Você teve até o dia 9 para conseguir esse dinheiro e dar na minha mão dia 10 eu dava na mão da pessoa. Então sempre você, as pessoas diziam eu posso contar com aquele valor no dia 10, era isso. (Carolina)

Pesquisadora: Mas chegou a ter algum caso de alguém, não dá [o dinheiro]?

Não. (Carolina)

Pesquisadora: Não?! ah, que bom.

Não teve, não. E assim, quando ia acontecer alguma coisa assim e assim como a gente até era colegas, todo mundo era colega comum, algo do tipo. E assim, se a pessoa não pudesse dar naquele momento, ela sempre me reportava antes, bem antes, para que a gente pudesse ver o que ia fazer, porque a pessoa que ia receber não tem nada a ver com isso. Então a gente sempre, a gente sempre conversava antes, mas eu acho que não teve nenhum caso assim que a pessoa não tenha recebido. (Carolina)

Pesquisadora: No caso, você por organizar. Tinha algum benefício a mais?

*Não. Nenhum. É como eu estou lhe dizendo, **a gente organizava não era no sentido de ter um benefício a mais, mas sim de ajudar um ao outro.** Ajuda, entendeu? Eu nunca, mas tem pessoas que, por exemplo, faz um caixa de 11 pontos, 10 é das pessoas, um é delas. Mas eu nunca fiz assim, porque quando a gente fez era pensando em ajudar. (Carolina, grifo nosso)*

Pesquisadora: Mas no caso, você também contribuía, e você também recebia o seu ponto normal?

Sim. (Carolina)

Pesquisadora: Ah entendi, algumas pessoas que organizam recebem uma mais, é isso?

É isso, é. É, tem pessoas que fazem assim. É, mas no nosso caso, eu nunca fiz assim, eu não tinha esse objetivo. (Carolina)

Pesquisadora: Aí, agora uma pergunta, porquê recorrer ao caixa financeiro?

***Pra fugir dos juros!!** Porque uma coisa é empréstimo. Se a gente fosse tomar R\$5,00 no banco, no nosso, entendeu? O valor do juro era muito alto. A gente quase pagava o R\$5.000,00 + R\$5.000,00 entendeu? o juro. [a ideia de que pagava o que pegou emprestado e o dobro só de juro. (Carolina, grifo nosso)*

Pesquisadora: Aham só de juros.

Aí a gente sempre se organizava assim por causa dos juros, porque o juros era muito alto, ou é ainda, né continua sendo. E agora, principalmente. (Carolina)

Pesquisadora: sim. Agora, principalmente, como assim?

O juro, juro, juro tá muito alto. (Carolina)

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 13 - Diálogo 5: Luísa sobre o Caixa

Eu já participei. (Luísa)

Pesquisadora: hum, e como era assim? O tempo que você participou?

*Então é cada pessoa, se formava um grupo, né? Geralmente seriam os 12 meses do ano. Cada pessoa ficava com um ponto que é determinado mês. **O dono do caixa, ele precisava ter essa responsabilidade de colocar pessoas de confiança e, se por acaso alguém não conseguisse cumprir com seus combinados, a pessoa à frente do caixa era responsável por repor aquele valor.** E aí cada mês um determinado participante recebia esse valor. E aí rodando, né? Se você recebesse*

no primeiro mês, os demais meses você pagaria. E aí dessa forma cada um teria o seu mês, com o valor total do caixa. (Luísa, grifo nosso)

Pesquisadora: Entendi, e você participou durante quanto tempo?

Se eu não me engano Tamires, foi um caixa de 12 meses. (Luísa)

Pesquisadora: Só um ano mesmo, 12 meses no caso?

Isso. Aí pega o mês de aniversário ou um mês que você sabe que vai ter um compromisso financeiro maior. Aí você vai se organizando em cima do mês que vai receber o montante. (Luísa)

Pesquisadora: entendi. E agora você falou, pega pessoas de confiança, né? Mas assim, o que você acha que faz com que as pessoas confiem em participar?

Rapaz, eu acredito que pelo fato de ter pessoas próximas, né? É dentro do nosso meio, é, e aí a pessoa observa e vê se aquele grupo é interessante. **Geralmente são pessoas que têm uma renda. Não necessariamente de carteira assinada**, mas se você está entrando dentro de um caixa, você tem que ter esse recurso para estar arcando [pagando o combinado]?! (Luísa, grifo nosso)

Pesquisadora: Uma garantia, não é?

É, E aí geralmente é assim. (Luísa)

Pesquisadora: E quem organiza tem algum benefício a mais?

Não, geralmente quem organiza, é porque tem algum compromisso, ou ele é logo o primeiro, o organizador do caixa se por acaso for alguma emergência pessoal dele ele queria o caixa fica com o primeiro mês ou geralmente é o último. Pelo que observo o dono do caixa é o primeiro ou é o último. O benefício a mais, eu não vejo não, porque é uma responsabilidade muito grande, às vezes ele precisa até tirar do dele para cobrir o de alguém. Então, eu não vejo grande benefício não, não vejo sei lá, um valor a mais não. Tem essa responsabilidade de que se alguém por acaso não cumprir, ele tem que tá ali [pagar para a pessoa que ia receber não ficar prejudicada].

Pesquisadora: Mas é aí você acha assim no seu caso, porque você recorreu a participar desse caixa? E no caso, o que você acha que faz com que as pessoas participem?

É, geralmente é por alguma necessidade sabe, de você, que você possa [suprir]. **Eu geralmente pego o meu mês de aniversário.** Que é o mês que eu tinha que fazer alguma atividade ou viagem, reúno os amigos, o mês que eu sei que eu vou poder contar com aquele dinheiro. Mas tem pessoas que pegam para dar entrada em algum apartamento, alguma coisa, fazer uma reforma em casa. Então varia muito. Cada um tem o seu objetivo pessoal, individual ali. (Luísa, grifo nosso)

Pesquisadora: Uma forma de guardar dinheiro, não é?

É uma forma de guardar dinheiro. (Luísa)

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 14 - Diálogo 6: Luís sobre o Caixa

Pesquisadora: Você organiza ou participa?

Eu organizo. (Luís)

Pesquisadora: E como é esse caixa que você organiza?

*É tipo assim, eu vejo qual o valor que, porque geralmente **eu faço pensando no que eu realmente estou precisando no momento**. Apesar de que eu faço sempre. Eu sempre fico com o primeiro ponto, porque geralmente eu estou bem apertado quando eu faço esse caixa, se eu faço também pensando que eu quiser viajar pra algum lugar, eu sempre pego em épocas assim de festa: São João. Assim junho eu pego de dezembro, que é final de ano. Aí sempre pego, eu faço assim, boto 11 pessoas. Aí o valor de R\$300,00. Dá R\$3.000,00 porque eu não conto o meu se eu vou botar. (Luís)*

Pesquisadora: Ah então, no seu caso, você não paga nada do ponto porque você organiza?

*Não, todo mundo paga, **tipo no seu ponto, é que você não vai dar**. (Luís)*

Pesquisadora: Ah, entendi! Naquele mês, você não dá [o dinheiro], porque você vai receber.

É que, no caso, seria R\$3.300,00. Aí, como eu não vou precisar dar, aí fica só R\$3.000,00. Aí já boto já nessa coisa para pagar 11 [pessoas], dinheiro fechado. Aí eu tenho um grupo que eu tenho 2 caixas ativos nesse momento, mas tem um grupo de R\$300,00 e um de R\$100,00. Um foi agora, dia 15, que eu paguei, está até no fim, faltam 3 meses para acabar e o outro eu comecei em dezembro, o de R\$100,00. Aí assim que funciona. (Luís)

Pesquisadora: O de R\$100,00 tem 11 pessoas também?

*Aí tem vezes que eu faço assim, quando eu quero um caixa rápido, eu faço de **R\$200,00, 6 pessoas**. Aí pega **R\$1.000,00**, você só paga 5 meses, acaba mais rápido se você quiser um dinheiro mais rápido, entendeu? Que acabe também, rápido, não dura quase um ano. Mas o povo gosta porque além das pessoas que eu pego tudo certa, porque eu pegar a pessoa errada, né? não dá certo. (Luís, grifo nosso)*

Pesquisadora: Isso que eu ia perguntar, onde você encontra pessoas? você já conhece para participar?

*É, são conhecidas, mas tem até mesmo de terceiros, tipo de meu amigo. “**Eu tenho um amigo de meu amigo pode participar?**” Eu confio nele pra botar, mas geralmente as pessoas que eu tenho já são bem certas aqui. tem uma galera que quer entrar, mas não tem espaço para botar [para participar do caixa]. Aí eu posso ou botar um maior, mas fica puxado muito tempo pra ficar pagando, entendeu? Aí eu sempre mantenho no máximo 11 meses, é quase um ano já. (Luís, grifo nosso)*

Pesquisadora: E tem quanto tempo que você organiza?

*Ah muito tempo já, passou muito tempo... deve ter uns 6/7 anos já. A primeira vez que eu fiz, foi um menor, já fiz até de cerveja. **E de cerveja eu digo a você que é muito mais dor de cabeça**. (Luís)*

Pesquisadora: é mesmo? mais do que de dinheiro?

*Sim. Não sei. Acho que o povo acha que porque é barato, aí quer enrolar pra pagar, enrola mais. **Eu fiz de cerveja e é uma experiência que não quero mais ter**. Não faço mais! (Luís)*

Pesquisadora: Mas tipo essa de cerveja, o pessoal dava o dinheiro para você comprar cerveja ou já dava cerveja ou a pessoa escolhia quem ia receber [se escolhia se queria receber o dinheiro ou receber a cerveja]?

Eu pedi a cerveja, eu pedia cerveja, mas tem gente que dá o dinheiro. Ultimamente, todo mundo quer fazer um pix. Aí tem gente que acaba nem pegando a cerveja, prefere até o dinheiro. Mas muitas vezes a gente faz de cerveja já pensando que cada uma pega um mês para o seu aniversário para fazer uma festa de aniversário. Aí já tem uma quantidade certa, entendeu? Aí fica 2 caixas de cerveja. Se for há 10 meses, é já é bastante, 20 caixas no caso. (Luís)

Pesquisadora: E determina a mesma marca da cerveja, no caso para todo mundo.

É, pra todo mundo. (Luís)

Pesquisadora: Entendi. E o que você acha que faz com que as pessoas confiem e participem do caixa?

*É tipo eu, é porque realmente o povo e os meus amigos já confiam em mim no caso. No sentido de que eu sempre fui certo. **Eu sempre fiz, então eles já sabem o que eu sempre faço é sempre tudo certinho. Ao contrário de algumas pessoas que já deu muito bolo**, já vi muita coisa acontecer com isso. Aí comigo nunca aconteceu nada disso. Entendeu? De alguém, fica faltando, ou de eu pegar o dinheiro de alguém usar. Entendeu? Eu sempre boto as pessoas mesmo, certas! Então quando eu vejo que a pessoa no primeiro mês, eu já tiro ela: “olhei você não pagou, não pagou na data certa, eu vou tirar você no seu ponto, eu devolvo seu dinheiro e pronto. Mas graças a Deus isso nunca aconteceu. (Luís, grifo nosso)*

Pesquisadora: Nunca deu nenhum problema?

Só no de cerveja que aconteceu com 3 pessoas. (Luís)

Pesquisadora: Vixe. E aí, quem ia receber ficou com “rombo”, ou você cobriu?

Não, tipo, eles pagaram 5 meses, aí chegou no ponto deles. Eu passei um ponto de um para outra pessoa e 2 eu fiquei. Aí eu fiquei segurando a cerveja aqui deles, no caso que os pontos deles eram os primeiros, eu peguei, segurei a cerveja deles e dei só as que eles tinham pago. Aí o resto eu fiquei botando a cada mês que vinha, eu ficava dando a cerveja que estava deles aqui, que eles iam pra receber acabaram não recebendo, por conta disso. (Luís)

Pesquisadora: E quem entrou no meio, teve que pagar os meses de antes ou só os meses depois?

Não, ele não pagou. Também não recebeu as primeiras. Entendeu? (Luís)

Pesquisadora: Ah, entendi. Babado, viu? Muita administração aí no caso, você organizando, você tem algum benefício a mais?

*Tipo, só confiança mesmo, tipo, tem gente que faz caixa que às vezes pode receber algum dinheiro, mas eu não faço pensando em querer tirar algum dinheiro de alguém. Entendeu? Tem gente que pode fazer isso, eu faço que é o único benefício que eu tenho aqui, como eu sou dono do caixa eu posso ficar com o primeiro ponto ou escolher um ponto que eu quiser, ou o último entendeu que, geralmente, quem faz o caixa às vezes fica com o primeiro, ou último, ou então fica com os 2. Ou então se quiser o primeiro. Ou então, ah eu vou fazer um caixa e quero a data do meu aniversário, eu vou ficar com essa data ou a gente faz um sorteio com todo mundo, bota “aí você vai ficar aqui”. Tem muito caixa que é assim, eu não, eu dou a opção para cada um escolher um ponto de quer. **Eu pego o primeiro ou último, eu digo é meu ponto**, é isso aí e vocês decidem aí, aí cada um vai pegando. Aí o que vai sobrando, eu vou procurando pessoas para botar nos meses que está faltando, entendeu? (Luís, grifo nosso)*

Pesquisadora: Aí você organiza pelo WhatsApp?

É, eu tenho 2 grupos. No caso no WhatsApp. (Luís)

Pesquisadora: hum legal. o que você falou, um de R\$100,00 e um de R\$300,00 né?!

*É, aí quando chegarem 5 dias antes, eu mando uma mensagem para um grupo dizendo, gente: “O dinheiro do caixa, é tal dia. “Aí um dia antes de novo: “é amanhã”. Aí chega no dia, eu falo, “é hoje”. Aí o povo dá o dinheiro. Aí eu sempre dou um dia a mais pra dar a pessoa o dinheiro, falou assim, “olha como tem gente que faz depósito, tem gente que transfere, tem algumas pessoas que só vejo tarde da noite, não tem como eu dar você no outro dia ou no mesmo dia”, **então a data receber se for dia 15, no máximo até dia 16 para receber, da mesma forma para pagar.** Eu dou um prazo máximo para pagar no dia mais por conta disso. (Luís)*

Pesquisadora: É interessante, aí, porque recorreu ao caixa assim? Da primeira vez, você fez? Você descobriu como para poder fazer ou sei lá, viu alguém fazendo?

*Minha tia, eu vi minha tia fazendo, que ela fazia muito. E tipo, uma forma, tem gente que não consegue de juntar dinheiro. **No caso, é uma forma de querer juntar um dinheiro, né?** Porque, tipo, eu gasto muito, vou pegar aqui, eu vou querer juntar na conta, não consigo, porque eu tenho PIX e toda hora é muito mais fácil de pegar e gastar. Então no caixa, tipo, eu vou tá pagando e vou pegar o dinheiro. E tipo, se eu tiver apertado e quiser comprar alguma coisa naquele momento, E se eu for o primeiro ponto, aí já pego esse dinheiro, já é um dinheiro bom. Tipo, tem caixa, de R\$500,00 que você pega uns R\$5.000,00, já dá para fazer uma grande coisa. Uns de R\$1.000,00, de R\$700,00 [pagando por mês]. O máximo que eu fiz foi de R\$300,00 (pagando por mês). R\$400,00 agora, porque no caso são 2 caixas que eu tô. E se eu quiser fazer outro caixa agora, eu posso fazer só para o povo mesmo. **Eu pego o dinheiro, mas não preciso entrar no caixa, só pra ficar administrando.** Porque o povo fica sempre pedindo para não perder essas pessoas. Aí eu faço um só para elas, entendeu? Sem eu entrar. (Luís, grifo nosso)*

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 15 - Diálogo 7: Tereza sobre o Caixa

Oh, o caixa que eu organizado, já tem uns 8 anos, praticamente desde quando eu abri loja que eu faço caixa um. Geralmente eu faço um caixa aqui de semana e um por mês. O de semana funciona assim, geralmente eu coloco só quem é comerciante. quem é dono daqui, do ponto, de loja, mercado, padaria, entendeu? É semanal, toda semana eu passo um caixa de 10 pontos, semanal. Funciona assim: 10 pessoas vão entrar no caixa e toda semana sorteia um. Toda semana aí, tipo assim, o caixa de semana começa na segunda-feira, segunda-feira a pessoa tem que me trazer o dinheiro, eu vou sortear uma pessoa e na segunda-feira mesmo eu vou pagar. Aí na próxima semana, vai ter um outro sorteio. A pessoa me trás o dinheiro do caixa, eu vou sortear pra poder ver quem saiu, eu pago a pessoa e aí na outra semana tudo de novo. E o de mês, é mensal né. (Tereza, grifo)

Pesquisadora: Esse que é semanal, no caso você falou desse sorteio, mas o da outra semana só vai no sorteio as pessoas que não receberam ainda no caso, no caso que vai receber?

Isso, eu faço do 1 até o 10 né, um papelzinho, embolo e dou a pessoa, cada um pra sortear. Aí, aquele que caiu vai receber naquele dia e não vai receber mais, só vai pagar. Aí vai passar pra as outras pessoas que não receberam ainda. Aí quem for saindo, recebe o dinheiro total do caixa e aí só faz pagar, pra poder pagar o restante. (Tereza)

Pesquisadora: Entendi. E esse caixa semanal é em qual valor?

Eu estou fazendo caixa semanal a R\$300,00 por semana, que pra 10 pessoas dá R\$3000,00 fechado. (Tereza)

Pesquisadora: Para cada um dá na semana?! Entendi.

Isso, está no valor total de R\$300,00, que são 10 pessoas. Aí, a pessoa que colocar o valor dela aí leva R\$3.000,00 fechado. (Tereza)

Pesquisadora: Você faz o ano todo esse caixa semanal?

O ano todo! Acaba um e começa outro, acaba um e começa outro. Geralmente dura 2 meses e 2 semanas um. (Tereza)

Pesquisadora: ah, entendi. Aí acaba e já começa de novo.

*É, começa tudo de novo. Acaba e já começa outro. Aí quem for ficar, fica e quem não for, eu arrumo outra pessoa pra colocar no lugar. Mas é rotativo, não para não. E me ajuda muito, não só a mim como a todas as pessoas que estão no caixa. Porque geralmente a gente faz o semanal pra quem é comerciante, porque é uma rotatividade. **É um dinheiro que você vai botar pra gerar, porque geralmente é pra comprar mercadoria, pra você repor mercadoria na sua loja.** O dinheiro que a gente tira pra pagar o caixa, normalmente é dinheiro da loja. Da loja mesmo, então esse dinheiro do caixa, não é pra uso pessoal, é uma rotatividade pra loja. (Tereza, grifo nosso)*

Pesquisadora: Entendi. Aí volta para a loja como você falou, né? Usa para comprar mercadoria como se fosse um investimento.

É um investimento com dinheiro rápido. Só que a vantagem é que é sem juros, a gente recebe o dinheiro sem juros. (Tereza)

Pesquisadora: E o que é mensal? Como é que funciona?

*O mensal funciona dessa forma. O ano começou agora, então começa em janeiro, é o mês 1 e vai até dezembro e constitui 12 pessoas, aí o sorteio eu já faço, quando tem a lista das pessoas que vai entrar. Janeiro, fevereiro, março é fulano, E dá o que 12 meses. Aí vai ter um caixa mensal, todo mês, a pessoa vai ter que pagar esse mensal é de um valor mais baixo, que geralmente, esse eu não faço com as pessoas que têm loja, entendeu? Eu faço com as pessoas que trabalham, que recebe salário mínimo. **Eu nem gosto de fazer esse mensal, porque demora muito.** Mas as pessoas, tem assim, tipo? As minhas irmãs, alguns amigos aqui, **que trabalham e ganham salário mínimo**, me pediram. Aí eu faço que já é um dinheiro que ajuda, que é no valor de R\$200,00 mensais. Todo mês a pessoa também paga o ponto do caixa, e todo mês, uma recebe também.*

Pesquisadora: E esse tem quantas pessoas?

Esse tem 12 pessoas (Tereza)

Pesquisadora: ah entendi, pra ser os 12 meses do ano mesmo.

No valor de R\$200,00. Aí vai o ano todo, acaba em dezembro, quando for no próximo ano, em janeiro, começa novamente. Aí eu vou perguntar às pessoas quem vai continuar no caixa, né? Se todo mundo continuar aí começa aquele mesmo ciclo né, o ano todo. (Tereza)

Pesquisadora: no caso, o que você acha que faz com que as pessoas que participam confiem e queiram participar do caixa?

Porque eu já faço há muito tempo. Então as pessoas já fazem comigo há muito tempo também. Então isso cria um tipo de amizade e confiança também, né. E sabe que eu correspondo, né? aí eu acho que por isso cria um círculo de amizade e confiança também. (Tereza)

Pesquisadora: E você por organizar, você tem algum benefício a mais?

Não tem. (Tereza)

Pesquisadora: Nem de pegar o primeiro ponto?

*Ah, o único benefício que eu tenho foi esse, geralmente o primeiro ponto fica sendo meu. Tanto do de mês, quanto ode semana. O único benefício que eu tenho só é esse. Mas a responsabilidade é grande, é grande. **Porque a responsabilidade é minha. Tipo assim, se alguém não pagar, eu que tenho que assumir. Eu tenho que pagar.** (Tereza, grifo nosso)*

Pesquisadora: Isso já aconteceu alguma vez?

Já,, já aconteceu e eu ficar com o prejuízo. (Tereza, grifo nosso)

Pesquisadora: Mas caramba, da pessoa não pagar depois?

Isso, não pagar depois. Eu tive que pagar a pessoa que entrou no caixa que não tem nada a ver. A pessoa que ficou devendo já tinha recebido e eu fiquei no prejuízo. Pois é nada a ver, já me aconteceu isso 3 vezes. (Tereza)

Pesquisadora: 3 vezes nossa. Complicado é aí. Por isso que você seleciona bem as pessoas que vão participar?

*Isso, tem que ser selecionado, por conta disso mesmo. Geralmente eu só coloco pessoas que eu conheço, que já está. Geralmente eu arrecado e é sempre as mesmas pessoas. Então, **eu prefiro fazer um caixa com menos pessoas, com um valor mais baixo, mas já com as pessoas que eu já conheço.** (Tereza, grifo nosso)*

Pesquisadora: ah, então, uma pergunta, por que recorrer ao caixa? Assim? Porque fazer caixa? Você falou que é uma forma. No caso o semanal, que ajuda a questão das lojas.

É porque recorrer ao caixa, eu acho que tem menos burocracia pra receber um dinheiro integral e sem juros né, porque se você recorrer ao banco, é tanta burocracia que às vezes você acaba não acaba não conseguindo, né? E o caixa, é só confiança. Como eu te falei né, tem pessoas que eu conheço, já está como a mais anos, porque eu sei que daqueles, eu vou receber. Porque tipo assim, essas 3 pessoas que não me pagaram o caixa, foram pessoas assim que já estava no meu caixa e que me pediram para colocar, então foi a base da consciência da pessoa que já estava no meu caixa. Essas pessoas, eu não tinha intimidade, coloquei por confiança da outra pessoa que já estava no meu caixa. Só que aí não deu certo né, coloquei a primeira vez e por incrível que pareça, foi a primeira vez que essas 3 pessoas participaram do meu caixa e tenho bronca e deu bronca, então por isso, como eu estava lhe dizendo, eu prefiro, não tem os 10. Eu prefiro fazer com 8, com 7, com 9, entendeu? que é mais certo do que botar uma pessoa estranha que vai entrar a primeira vez que é um risco que eu vou ter que correr. Então eu prefiro não colocar. (Tereza)

Pesquisadora: Uhum, se botar alguém assim de fora, é melhor deixar essas pessoas pro final né, para não acontecer isso.

Isso é, mas aí foi o que aconteceu, por confiança das pessoas que já estavam, que estavam precisando muito para repor mercadorias, aí eu coloquei no segundo. Abri mão, e coloquei no segundo, só que a pessoa que estava no caixa já não se responsabilizou. Quem está no caixa, não está sabendo de nada, então, tem que pagar né e a responsabilidade foi toda minha. Aí eu tive que tirar do meu próprio bolso. (Tereza)

Pesquisadora: Nossa, vários meses. Até o final, né?

É, até o final. É um risco que a gente corre né?! é por isso que eu tô lhe dizendo, eu prefiro deixar as mesmas pessoas que já estão comigo há quase 10 anos, desde quando comecei a fazer caixa e estão até hoje, porque é uma confiança pra mim. Para quem vai entrar, até não, vai receber seu dinheiro de boa. Sou eu, que se der

algum problema, vou ter que me responsabilizar, pra cobrir né. (Tereza, grifo nosso)

Pesquisadora: É essa que é a questão, não é?

Mas assim, em termo financeiro, o caixa ajuda muito, muito, muito. Como é o caso da semana, então toda semana que você pode programar algo em cima daquilo daquele valor, entendeu? Para você quitar um débito para você fazer novas compras, ajuda muito (Tereza).

Pesquisadora: Entendi isso. Você falou também daquela vez que a gente conversou rapidinho que está construindo a casa, né?

Estou, inclusive estou comprei um terreno no litoral e estou construindo a minha casa toda, através de do caixa (Tereza, grifo nosso)

Pesquisadora: Que massa!

E construindo através de caixa, pelo caixa semanal, semanal. Aí como eu tenho o primeiro ponto, então para mim fica bem melhor e geralmente eu pego assim, 2 pontos. Que aí eu pego assim os 2 pontos e estou investindo lá, é investimento. (Tereza, grifo nosso)

Pesquisadora: E que massa, já tem quanto tempo que está construindo? Falta muito?

Menina, vai fazer um ano que eu comecei a construir em abril, em abril. E aí já fiz um monte de coisa né, tô vendo lá, já murou, já botou o portão, já fez a estrutura da do chão da casa, levantou as paredes, já bateu laje, agora vai partir pra parte do reboco que pra semana com fé em Deus, vamos meter mão, no reboco. Através do caixa, que agora eu vou receber, agora já vai tá começando essa semana, o primeiro ponto é meu? Esse dinheiro todo vai ser para lá.

Pesquisadora: Ô, daqui a pouco a casa já está pronta, já fez tanta coisa.

Espero que final do ano minha filha, eu passe réveillon lá (Tereza)

Pesquisadora: Que massa sério, que dê tudo certo.

É, com certeza! espero fazer o réveillon lá (Tereza)

Fonte: Dados da pesquisa

Através destes diálogos podemos observar a riqueza de detalhes e possibilidades do caixa-financeiro. Inclusive, saber que o caixa também pode desandar, caso os participantes não se comprometam em pagar o combinado com o grupo. Entre as experiências descritas, vimos que Elza disse não gostar de participar do caixa, porque o processo é demorado. Para ela, incomoda o fato de receber logo e ter que continuar pagando ou quando é uma das últimas e tarda a receber. Luísa já participou, mas comentou sobre a limitação de precisar ter um dinheiro sempre disponível no orçamento para colocar no caixa. Já Dandara nunca participou, apesar da família fazer. Por outro lado, Carolina disse já ter organizado e participado, mas disse ter cansado, por já ter feito muitos, durante muitos anos com o pessoal do trabalho.

Vimos também que Tereza e Luís organizam caixas-financeiros sob a perspectiva de suprirem suas necessidades, além de visarem ajudar outras pessoas. No caso de Tereza, para construir a casa de praia e ajudar os demais lojistas. No caso de Luís, visando juntar dinheiro para viajar, por exemplo. Porém, ele também comentou que, às vezes, fica apenas na organização do caixa, porque as pessoas já conhecem e confiam nele para tal organização. Além disso, todas as pessoas entrevistadas falaram sobre as responsabilidades de quem organiza e de quem participa. Nesse sentido, destacaram como critério de confiança para participar do caixa o fato de ser realizado com pessoas que já conhecem ou conhecidos de conhecidos. Assim, passam a confiança de que serão comprometidos com o pagamento para o que chamam de *ponto*. O ponto do caixa é justamente o recebimento do montante de quem está participando. Exemplo, no caixa tal, fulana A recebe o ponto de janeiro, fulana B recebe o ponto de fevereiro e por aí vai.

Essa ideia de ordem do ponto, é interessante, pois algumas pessoas consideram isto ser o único benefício de quem está organizando o caixa, pois, em geral, segundo as falas, quem organiza escolhe primeiro quando quer receber – ainda nos casos em que os pontos são escolhidos por sorteio. Alguns dos participantes disseram que preferem ser a primeira pessoa a receber, outras acham melhor ser a última pessoa, e escolhem dentro de suas necessidades. O relevante disso é que nos pareceu existir uma flexibilidade, pois é sempre acordado em cada caixa. Além disso, os caixas em que ocorreram problemas se tornaram experiências para evitar a repetição, seja eliminando quem não cumpriu os acordos ou mudando as regras nos seguintes.

Segundo as falas, um dos motivos que os levaram a optar por colocarem o dinheiro no caixa e não no banco, reside no compromisso de pagar o caixa como se fosse uma dívida, ou seja, por conta da obrigação, já destinam um dinheiro no orçamento mensalmente para lá. Alguns dizem que não conseguem fazer esse ajuntamento de dinheiro se não tivessem tal obrigação. Além disso, alguns falaram que tal compromisso com o caixa oferece um cenário em que o dinheiro não pode ser retirado – o acesso a ele é só no mês que o ponto é recebido – diferente de quando se coloca no banco, por exemplo, em que o acesso é livre e muitos não possuem o autocontrole de não gastar. Todavia, um detalhe na fala de Carolina chamou a atenção para a questão do juro, que o caixa pode ser considerado como uma poupança ou empréstimo, sem rendimentos, mas também sem cobranças de juro, quando comparado aos bancos. Porém, nenhum participante comentou ou pareceu se importar com o fato de que economicamente

falando, em geral, há uma tendência de o dinheiro ficar desvalorizado depois de um tempo, por conta da inflação. Para nós, isso não é um marcador de déficit do caixa financeiro, pois ele cumpre o objetivo das pessoas, que é o de utilizar o dinheiro futuramente para suprir demandas individuais ou familiares.

Assim, diante do exposto, consideramos o caixa financeiro como um movimento de organização financeira, pois através dessa organização coletiva, há um direcionamento para que seus participantes se planejem, dentro do possível, para pagarem o valor combinado com os demais participantes dentro da periodicidade. E como alguns já entram com um objetivo para o dinheiro que irão receber, isso se aproxima dos discursos de Educação Financeira que sempre enfatizam sobre como uma pessoa deve definir um objetivo quando pensa em juntar dinheiro. Aqui nós vemos que a maioria dessas pessoas já fazem isso espontaneamente diante das suas necessidades e demandas, mesmo sem ter essa orientação mais formalizada.

Amanda Dias (2020), fundadora da rede social *Grana Preta*, que fala de Educação Financeira para pessoas negras, escreveu em seu *e-book*, intitulado “*Tecnologias Africanas que vão revolucionar sua vida financeira*”, sobre uma prática que acontece em alguns países Africanos, como Angola e Nigéria, intitulada *kixikila* e pela descrição é uma atividade semelhante ao caixa-financeiro:

A *kixikila* é um sistema comunitário de poupança e financiamento Africano, mais popular em Angola, mas com presença em diversos outros países do continente Africano. É um sistema sem juros onde o grupo de pessoas (familiares, amigos ou colegas de trabalho) com rendimento garantido, associa-se e contribui periodicamente com determinado valor acordado entre todos de modo que, rotativamente, cada um deles receba a totalidade das contribuições arrecadadas pelo grupo. Os grupos normalmente têm de 3 a 30 membros e a *kixikila* pode possuir periodicidade quinzenal, mensal ou semanal. Os valores circulantes vão de 1.000 Ksz a 100.000Kz. Na Nigéria, em comunidades que vivem majoritariamente da agricultura e do comércio, com um sistema previdenciário e de saúde ainda muito precárias, essas caixas são criadas e geridas por Associações em prol de um objetivo estratégico comunitário como por exemplo, o caixa para amparar as famílias mercantes em tempos de seca e ou chuva excessiva ou para cuidar dos idosos da comunidade. Periodicamente, a pessoa responsável por administrar esse caixa, geralmente mulheres, visita às residências e recolhe as contribuições de todas as famílias da comunidade que contribuem sem falta e esse recurso financia a assistência financeira e de saúde aos idosos daquela comunidade. (DIAS, 2020. p. 08)

Observamos como há semelhanças, que podem ser analisadas como continuidades e descontinuidades entre pessoas negras, nos levando a conjecturar que tais tecnologias ancestrais servem como forma dessas pessoas se auto-organizarem financeiramente dentro dos cenários e das possibilidades. Tal cenário nos lembrou um pouco sobre como as irmandades se organizavam, conforme registrado e debatido no *Capítulo 2*, com destaque para os diversos critérios de confiança que as pessoas tinham para entrarem nelas, assim como o caixa-financeiro tem. Tratava-se de um local de depósito e empréstimo de pecúlio para escravizados comprarem suas alforrias, e também o lugar em que negras senhoras, ex-escravizadas, teriam depositado o dinheiro que poderia vir a ser utilizado no sepultamento delas.

Para finalizar essa seção, na parte 2 a seguir, veremos mais sobre como as pessoas entrevistadas falaram acerca do motivo de optarem pelo caixa, ao invés do banco, diante de uma ideia de confiança maior no caixa do que no sistema bancário. Desde já, isso nos levou a observar o caixa como uma tecnologia ancestral de confiança, como quando falamos da ideia de aglomerado de bairros, de como as vizinhanças se autoajudam e se agregam para resolverem diversas demandas periféricas.

Quadro 16 - Questões do Eixo 2 - Caixa Financeiro - Parte 2

PARTE 2
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Como é a sua relação com o banco? (Você confia, utiliza muito..., faz muitas transações, saques, pix)</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Você faz algum tipo de poupança ou investimento no banco? Quais? Por quê?</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Se tivesse que escolher entre colocar o dinheiro no caixa financeiro ou no banco, qual seria sua escolha? Por quê?</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Você conhece outras pessoas que realizam esse tipo de atividade (caixa financeiro) ou outra atividade semelhante que envolve alguma espécie de organização econômica? (Quais?)</i>
<p><i>Observação: Os destaques em amarelo são comentários que seriam acrescentados ou não durante a entrevista, baseado na resposta da pessoa entrevistada.</i></p>

Fonte: Elaborado pelos autores

Quadro 17 - Diálogo 8: Dandara sobre relação com o Banco x Caixa- financeiro

Eu uso muito a poupança, eu tenho a poupança. Mas eu tenho hoje a necessidade de fazer alguns investimentos mínimos só que eu não conheço muito, então preciso estudar, preciso conversar com alguém que entenda e tal e aí é algo que você precisa conversar com alguém que seja extremamente confiável né, porque a pessoa pode te ajudar a tomar as decisões que não sejam as melhores, mas não é um lugar onde eu acesso ainda. Mas eu acho que é um lugar que dá para aproveitar muita coisa, essa questão de investimento, porque mais uma vez tem alguns investimentos que você investe pouco, mas você também não pode mexer durante tanto tempo, então isso faz com que tenha um controle maior, entendeu? Essa coisa, a gente não é educado para guardar dinheiro, a gente não aprende isso no como a gente aprende português, matemática e etc. Então a nossa relação com dinheiro é algo muito... [não completou] (Dandara)

Pesquisadora: Mas você falou que sua família fazia isso (caixa), como uma forma de guardar dinheiro?!

Não, uma forma de..., mas tem a obrigação! de você pagar isso que eu tô falando, diferente da poupança que você se obriga a colocar ali, quando você faz um caixa você tem a obrigação de pagar o outro, porque você está devendo você fez um acordo, entendeu? é diferente da poupança. [No caixa] as pessoas têm obrigação, porque ela tem aquele “contrato”, digamos assim, pelo banco não você pode botar esse mês e pode esquecer de colocar o mês que vem e aí você acaba esquecendo e acabar sabe... e nem sempre as pessoas conseguem fazer isso de uma forma mais acho que assertiva na real, não tem obrigação tão grande entendeu e acaba deixando para depois o tal do guardadinho. (Dandara)

Pesquisadora: Aí gasta né.

*Exatamente e quando você tem um compromisso, quando como alguns investimentos que você tem que botar o dinheiro ali, você não pode mexer. O mundo pode se acabar e tem coisas que a gente coloca como emergente e não são. Tem gastos tipo, sei lá, você quer, é a diferença entre o querer e o precisar: às vezes, a gente fala: ah eu preciso de tal roupa para ir para tal lugar. Você não precisa, você quer. Que roupa você tem, entendeu? então às vezes há certas necessidades que não são necessidades e acaba gastando o dinheiro e não poupa. Então, o caixa por exemplo e esses tipos de investimento que você tem que botar dinheiro lá e não pode mexer, porque senão você paga multa ou se não você perde a porcentagem, eu acho que são saídas assim para pessoas que não têm organização financeira tão boa como eu. **Eu não me considero uma pessoa bem organizado financeiramente, então preciso dessas coisas que tenha uma pressão maior, para eu conseguir guardar um dinheiro, ou fazer algo do tipo entendeu.***

Pesquisadora: HOJE, se você fosse escolher de botar o dinheiro no caixa ou no banco, você escolheria qual?

Eu coloco, é eu faria o caixa, eu acho. Na verdade, se eu tivesse dinheiro para investir hoje eu faria um investimento mesmo, desse tipo de investimento que você guarda lá. Nem sempre é banco né? e tem algumas outras, tem alguns umas tem algumas filiações?

Pesquisadora: De Mercado financeiro? é, mas em geral, eles estão associados ao banco né porque tem algumas assim que, é esqueci, caderneta financeira, que você faz. Tem algumas, porque tem uma questão tipo assim, você investe aí você se tiver algum problema, você recebe aquele dinheiro depois entendeu? Tem algumas que estão em geral associadas com algum banco, ainda que sejam bancos virtuais.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 18 - Diálogo 9: Elza sobre relação com o Banco x Caixa- Financeiro

Ultimamente tô fazendo. Transferência, por causa da pandemia. eu tive que que pagar muita coisa por transferência. Por exemplo, não podia ir pra lotérica, aí tive que fazer transferência, pagar pra mim. (Elza)

Pesquisadora: Pix também, essas coisas?

É. (Elza)

Pesquisadora: E além disso, você faz algum tipo de poupança ou investimento... essas coisas?

Poupança. (Elza)

Pesquisadora: Com que frequência? Todo mês ou de vez em quando?

Todo mês. (Elza)

Pesquisadora: Todo mês o mesmo valor?

Todo mês. Aí quando eu preciso de algum dinheiro, eu vou lá e tomo emprestado de mim mesma, aí depois eu coloco. Por exemplo, eu tiro R\$500,00. como fiz mês passado. eu tiro e quando é no próximo mês já pago de 5 vezes ou 4, dependendo de quanto eu possa. Mas eu sempre pago. (fala em um tom de riso essa parte) (Elza)

Pesquisadora: Em relação ao que você tirou no caso, aí cê bota o que tinha tirado e bota o do mês tipo assim?

É para se organizar, não pode ficar sem um dinheirinho guardadinho não. As pessoas que conheço usa mais poupança. Pega todo mês e coloca uma quantidade certa e pronto. (Elza)

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 19 - Diálogo 10: Zumbi sobre relação com o Banco x Caixa- Financeiro/ Atividades outras

Faço pix de vez em quando, cartão de crédito não uso, de forma nenhuma, porque são taxas abusivas já que eu compro, eu já pago em cima daquilo dali, ainda pagar mais taxas, eu não aceito. Aí só mesmo o débito. Quando preciso comprar alguma coisa no crédito assim, eu recorro a meu irmão ou a minha filha, peço pra comprar no cartão. (Zumbi)

Pesquisadora: Aí você faz algum tipo de poupança ou investimento no banco?

Não, não, não. No banco, não. Só no caso do caixa [o caixa financeiro] (Zumbi, grifo nosso)

Pesquisadora: E algum investimento pessoal? Por exemplo, algum negócio financeiro, alguma coisa assim?

Tenho uma parte no bloco de carnaval [um bloco no carnaval do Nordeste]. Ta dando um retorno financeiro, antes era só prejuízo. E uma empresa de churrasco. Mas ninguém tá fazendo [as pessoas não estão contratando]. A carne ta cara e as pessoas não estão fazendo também por causa da pandemia. (Zumbi)

Pesquisadora: Aí vendia o que, o kit do churrasco?

Não, a pessoa me contrata e eu vou e faço o evento completo. Monto uma equipe, com garçom, churrasqueiro, cozinheiro, ajudante de cozinheiro. (Zumbi)

Pesquisadora: Hoje, se você tivesse que escolher, botar o dinheiro no banco ou no caixa financeiro, você escolheria qual dos dois?

*Eu preferia no caixa financeiro, **porque eu não confio no banco.** (Zumbi)*

Pesquisadora: Não confia no banco? Mas você não confia no banco por qual motivo?

***A qualquer momento com essa crise financeira aí no mundo, daqui a pouco pega meu dinheiro, aí vou ficar mais acabado do que eles.** É o que a maioria das pessoas estão fazendo, ninguém mais tá guardando o dinheiro no banco. (Zumbi, grifo nosso)*

Pesquisadora: Você vê isso muito forte no bairro?

É, e já teve já histórico lá né, antigamente aconteceu com Collor né, sequestraram o dinheiro de todo mundo, liberaram uma porcentagem e muita gente ficou sem dinheiro. (Zumbi)

Pesquisadora: Aí, no caso, você conhece alguma outra atividade de organização econômica que aconteça no Nordeste ou em algum em Salvador? como uma forma de organização econômica? Por exemplo, rifas, não sei, alguma coisa assim?

Ah, rifa tem aqui demais... (Zumbi)

Pesquisadora: Mas você acha que as pessoas que fazem rifa, é mais pra circular o dinheiro ou elas guardam também, essas coisas?

Quem souber guardar, guarda. Tem rifa aqui de 18 mil reais. (Zumbi)

Pesquisadora: 18 mil reais? caramba!

É, 20, 30 mil o pagamento. (Zumbi)

Pesquisadora: Mas a pessoa aposta quanto?

R\$200,00; R\$300,00 reais. Ai se for dividir no caso, uma pega R\$300,00: R\$150,00 meu, R\$150,00 seu, se bater, a gente divide. É, acho que é R\$700,00 reais pra receber. Não, é R\$5,00 pra R\$300,00. Você investe R\$5,00 e ganha R\$300,00 reais, acho que o mínimo da rifa aqui é esse.. (Zumbi)

Pesquisadora: Mas você acha que as pessoas jogam muito ou não acreditam muito que vão ganhar?

Jogar, jogam... quem tá fazendo rifa, que tem um conhecimento financeiro, tá bem de vida. Tá, porque eu conversei até com uma menina, ela mora no areal, tava conversando comigo lá no posto, ela disse que já conseguiu comprar carro, moto, casa... (Zumbi)

Pesquisadora: com rifa?

Tudo com dinheiro de rifa. Porque é o seguinte, uma rifa, eles passam [quem vende a rifa] de domingo a domingo. Então você tem um lucro bruto aí, vamo se dizer, em torno de R\$1.000,00; R\$2.000,00 reais por dia. Quem é que ganha isso?! (Zumbi)

Pesquisadora: caramba, não, não ganha não. Mas aí alguém tá pagando isso né, as pessoas que compram. Mas é uma forma de organização, você acha?

É, fizeram uma via aqui de rifa virtual. Você lá no Rio [Rio de Janeiro], pode pagar. Ele envia pra você, você pega sua pedra, ele manda a conta e você faz o pix. E te persegue aonde você for [pra vender]. (Zumbi)

Pesquisadora: Mas também tem gente que não gosta né?!

É, eu mesmo não jogo. Particularmente, não jogo. Acompanho o movimento, mas não jogo. (Zumbi)

Quadro 20 - Diálogo 11: Carolina sobre relação com o Banco x Caixa-financeiro

Confio [no banco]! Não pra tomar empréstimo (dá risada). Eu não espero tomar empréstimo do valor porque ele sempre tem uma margem da nossa conta. Sempre coloca lá um valorzinho, quer dizer assim desconta no seu salário, e se for o valor [do empréstimo], ele também pega seu salário todo e você fica devendo a vida. (...) Eu tenho poupança e tenho investimento. (Carolina)

Pesquisadora: Ah, legal! Os investimentos que você faz são investimentos financeiros, tipo ações? quais são?

É previdenciário. (Carolina)

Pesquisadora: Ah, da previdência. Legal. Agora, por exemplo, se você tivesse que escolher entre colocar o dinheiro no caixa financeiro, o caixa que você organizava, ou colocar dinheiro no banco? Qual seria sua escolha?

No banco. (Carolina)

Pesquisadora: por quê?

*É assim, porque no caixa que a gente estava organizando, **ele não tem como render. Você perde dinheiro.** Por exemplo, você quer comprar um computador, você faz um caixa e no mês x que foi o seu mês, você vai lá e compra seu computador à vista, você pode negociar, como é a vista ganha um desconto, entendeu? Do que você botar, pagar em prestação, que vai entrar, juro, entendeu? É assim a gente só faz assim [usa o dinheiro do caixa pra algum objetivo específico], quer fazer uma reforma na cozinha ou quarto, então são coisas desse tipo, entendeu? É mais pra a gente, já que tem um objetivo, Os caixa. O dinheiro no banco quando você bota, aí você bota também no sentido de ter um lucro. Entendeu? (Carolina)*

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 21 - Diálogo 12: Luísa sobre relação com o Banco x Caixa-financeiro/ outras atividades financeiras

Pesquisadora: Como é sua relação com o banco? Você confia, você usa muito, você faz operações no caso, você enquanto pessoa e você, enquanto profissional, afroempreendedora? Você utiliza?

Como pessoa, logo aos 18 anos, eu peguei logo os cartões de crédito, acabou que sujei meu nome muito cedo, né? Em loja de departamento e levaram-se anos acho que foi limpar ano passado. E aí foi onde eu retornei aos cartões, mas assim, tudo com muito mais cautela do que antes, porque eu sei que o nome sujo, ele impacta muito, não só em relação a você ter um cartão de departamento, mas de todas as coisas que você vai fazer. Aquilo ali tá ali impedindo que você financie uma casa, um carro ou algo maior. E aí eu agora tenho 2, tenho 2 bancos que são bancos digitais, onde eu não costumo movimentar além do débito. Eu tenho um de crédito que o limite é bem pouco e eu vou sempre muito mais cautelosa do que antes, até pela questão da pandemia. Agora ficou muito difícil. Como eu sou autônoma, tenho que saber quanto é que eu vou poder comprar em cada mês, porque têm meses que são muito bons e tem meses que não. Então hoje eu ajo com muito mais cautela, eu não aceito todas as propostas que aparecem de cartão de crédito, porque eu tenho no momento de empolgação a gente acaba ultrapassando, né, a

nossa possibilidade de estar arcando. E aí hoje eu sou muito mais tranquila, muito mais, muito mais pé no chão em relação a algo de cartão de crédito. (Luísa)

Pesquisadora: Hoje, você faz algum tipo de poupança ou investimento?

*Tamires, eu não tenho um centavo na minha poupança (dá uma risada tímida). **Eu sempre falo que não falta, mas também não sobra.** Eu moro de aluguel, eu sou mãe solo, é muito complicado guardar dinheiro enquanto você tem as necessidades ali, então eu procuro... (Luísa)*

Pesquisadora: Viver bem, né?

Mas não tenho, não. Eu sei que eu preciso ter até pelo fato de ter uma criança tal, mas não tive possibilidade ainda de ter [dinheiro] para a poupança. (Luísa)

Pesquisadora: Entendi. Mas no caso você separa suas contas pessoais do seu trabalho, tipo, deixar um dinheiro, por exemplo, precisa comprar material para o salão, alguma coisa assim... você separa, ou você mistura?

Tudo junto. (Luísa)

Pesquisadora: Entendi aí hoje, por exemplo, se você tivesse, é um dinheiro se pudesse escolher entre colocar o dinheiro em um caixa ou colocar no banco, o que você escolheria?

Eu colocaria em um caixa. (Luísa)

Pesquisadora: Um caixa, por quê?

Porque eu já tive algumas experiências não muito boas com poupança, em relação a algumas taxas que ele [o banco] nos coloca. E aí, quando a gente vai precisar desse valor, esse valor, ele vem, sei lá, recortado [no banco]. Aí eu me sinto muito mais segura, ou deixar realmente na conta poupança do cartão virtual, porque eu sei que aquele dinheiro está ali. Mas fora isso, eu não faria não. (Luísa)

Pesquisadora: Mas assim, porque você parou de participar de caixa, no caso, teve algum motivo específico?

Sim, porque nem sempre... eu sempre consegui cumprir com os combinados do caixa, mas tinha meses que era muito complicado, tinha meses que eu precisava deixar de fazer outras obrigações para cumprir [com o pagamento do caixa]. É muito bom quando a gente recebe [o dinheiro do caixa], mas... (Luísa)

Pesquisadora: Eram valores altos?

Rapaz, se eu não me engano, o que eu participei foi de R\$1.200,00 ou R\$1.300,00, o montante total. (Luísa)

Pesquisadora: Ah, o montante total, entendi. E eram quantas pessoas?

*Se não me engano, era R\$ 200,00, R\$200,00 e pouco, alguma coisa assim... **então para quem não tem um salário fixo, às vezes, é complicado.** E aí às vezes ficava pedindo emprestado de um lado, para poder resolver essa questão do outro e aí embolava um pouco. Aí eu dei um tempo. Eu tô até em um, só que agora não é mais dinheiro, **é de cerveja**, aí cada um diz quando é seu aniversário. E aí, já tem ali aquela cerveja para poder ajudar em uma comemoração. (Luísa, grifo nosso)*

Pesquisadora: Mas esse eu ouvi falar que esse da cerveja, às vezes a pessoa escolhe se quer receber em dinheiro né? o seu é assim também?

Isso, você pode avisar antes, no meu caso, meu aniversário no mês que vem, o meu ponto é mês que vem. Hoje, agora em janeiro (um mês antes), “oh gente janeiro, eu prefiro em dinheiro”. Você não pode nem obrigar, porque tem pessoas assim, que não tem como. Se você puder, eu gostaria que fosse dinheiro. Aí você pega esse valor da cerveja em dinheiro e investe no que você quiser. Mas não é nenhuma obrigação de quem está participando em vez de lhe dar cerveja lhe dar o dinheiro.

Porque possa ser que a pessoa já tenha comprado a cerveja, alguma coisa assim...(Luísa)

Pesquisadora: Entendi, mas, por exemplo, pode acontecer de algumas pessoas darem dinheiro e outras darem cerveja? Pode acontecer isso?

Também. (Luísa)

Pesquisadora: Você conhece, outras pessoas que façam esse tipo de atividade também, ou de caixa ou alguma atividade semelhante que envolve alguma espécie de organização econômica?

*Rapaz, eu conheço outras pessoas que fazem caixa e também tem agora não vejo tanto, mas tinha muita gente fazendo uma **pirâmide financeira** que você precisava juntar algumas pessoas e aí, para você conseguir receber determinado valor, você precisava indicar tantas pessoas. Até rolou uma organização de grupo de WhatsApp, eu até participei de um, mas acabei nunca chegando no topo. (Luísa, grifo nosso)*

Pesquisadora: Mas algumas dessas, eu ouvi falar que deu problema né?

Foi, deu um problema muito grande porque as pessoas prometiam resultado e acabava não acontecendo. O grupo se desfazia, não tinha resultado esperado, não devolvia o dinheiro como aconteceu comigo.

Pesquisadora: Vish, mas foi valor alto?

Não, se eu não me engano, deve ter sido uns R\$30,00, alguma coisa assim, mas não foi valor muito alto não. Até porque foi meio que um teste. eu falei aqui, vou fazer um teste, se der certo, a gente investe mais. (Luísa)

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 22 - Diálogo 13: Luís sobre relação com o Banco x Caixa- financeiro/ outras atividades financeiras

Ultimamente, eu só estou confiando só em um [banco], porque eu acho que o mês passado aconteceu de meu amigo pagar antes o valor do caixa. Aí eu fui para não deixar no meu que eu uso que é um banco virtual. Eu fui transferir para outro banco, quando eu fui lá olhar, já tinha comido R\$20,00 do dinheiro sendo que eu nunca nem fiz nada no banco. Depois que ele fez e veio um negócio lá, dizendo que era por conta de pix isso e aquilo, mas nunca soube disso, nunca, avisou. (Luís)

Pesquisadora: tipo manutenção?

Aí eu tô com receio de usar outros bancos e acontecer a mesma coisa. Ultimamente eu tô com dois bancos virtuais que também nunca comeu nada do dinheiro. Imagina se eu não olho antes, poderia ter perdido até o dinheiro todo sem nem ver, né? Porque ele pagou bem antes da data. Aí eu tenho que botar o dinheiro dele ainda o meu dinheiro. (Luís)

Pesquisadora: Tirar das suas contas não é para poder dar para outra pessoa?! E você faz algum tipo de poupança ou investimento no banco?

*Não, ultimamente não, só aqui em casa mesmo que eu tenho meu **minhaeiro**¹⁸ que eu tenho. (Luís)*

Pesquisadora: Meu Deus, quanto tempo que eu não ouço “minhaeiro” (fala com emoção). Mas você bota só moeda, ou você bota em papel também?

Não, o meu é só de papel. (Luís)

Pesquisadora: Ah entendi. Hoje, então, se você tivesse que escolher entre colocar o dinheiro num caixa financeiro ou no banco, onde você escolheria?

Eu preferia fazer no caixa mesmo! Porque, tipo, tá, tudo bem que o banco, dependendo do banco, ele não come nada. Se tiver na conta poupança, ele não vai comer. Só que lá, se eu tiver um cartão na mão eu vou querer gastar. É tipo no caixa, eu vou pagar o caixa, eu vou lembrar daquela data que eu vou pagar, naquela data mesmo, vou só pagar e tipo. Naquele dia lá que eu vou pegar mesmo, eu não vou poder pegar antes e no banco eu sabendo que está na minha conta, eu vou ver, ah se eu preciso disso, eu vou ter que ir lá e tirar, entendeu? Ai, acaba que eu vou gastar antes de pegar o dinheiro que eu queria no caso. (Luís)

Pesquisadora: E eu ia perguntar, esqueci, sobre o minhaeiro que você falou que guarda o dinheiro, você deixa lá ou você tira, mexe tal?

Não, não tiro não. (Luís)

Pesquisadora: Tem um objetivo?

O objetivo, eu tô pensando em comprar um carro no caso, por isso que eu só boto no papel (nota de dinheiro, ao invés de moeda). Ele é bem grande. (Luís)

Pesquisadora: Eita que massa!

Aí o objetivo é esse, deixar uns 2 anos para comprar ele. Chega de gastar dinheiro com Uber. (Luís)

Pesquisadora: Verdade é uma organização financeira. Você tem uma visão assim.

No caso, eu tinha até 2 minhaeiros, um de moeda de R\$1,00 e um de dinheiro de papel. O de moeda eu precisei, porque eu me apertei mesmo legal, aí eu tive que abrir. Mas o papel continua intacto. (Luís)

Pesquisadora: Entendi, mas você faz tipo, assim, todo mês você bota x valor ou você vai colocando sem fazer...?

Eu vou botando mesmo. Como eu estou na rifa, então todo dia se eu ganhar, se der um resultado, aí dependendo se eu ganhar ou não, eu já boto lá dentro, entendeu? uma parte. Aí eu pego 10, 30, 20, 50, 100 reais no dia ou na semana e boto, entendeu?

Pesquisadora: E eu vou até te perguntar, que é a próxima pergunta seria essa. Sobre outros tipos de atividade semelhante ao caixa no caso de movimentação de dinheiro que no caso você já falou que é a rifa, né? Você me falou que faz aí, como é que você organiza assim a rifa, você faz todo dia como é?

Olhe, as que eu faço todo dia assim, na semana, tipo segunda, terça, quinta e sexta e domingo, que às vezes eu boto é de grupinho, que é mais barato, no caso R\$2,00 pra R\$30,00. É um grupo assim, com 25 números, eu ganho R\$20,00 de lucro porque só fico sentado aqui, “ah eu vou botar uma rifa, sento aqui e boto”. Se eu quisesse botar por horário, até botava, mas eu não gosto não. Aí vou e boto só um horário (por dia), justamente para não ficar sem dinheiro.

¹⁸ Minhaeiro é uma espécie de cofre popular, muito usado para guardar economias.

Pesquisadora: O sorteio é por onde?

*Pela federal, aí vai lá e vê o resultado, mas aí justamente pra não ficar nunca sem dinheiro na mão, aí eu posso fazer essas daí, porque não mexo no dinheiro maior que eu vou juntando, só vou pegando sempre esse dinheiro aí. **Aí quando eu quero investir meu lucro, aí eu pego e assino todo o meu lucro, que se eu ganhar, eu vou ganhar o dinheiro da rifa, entendeu? e já pego esse dinheiro do resultado e já guardo.** (Luís, grifo nosso)*

Pesquisadora: gente, visionário!!! Aí você anota tudo, tudo que você vai [ganhando].

É! Às vezes eu aventuro em jogar tudo, às vezes não, entendeu? Às vezes eu não jogo nada, não tô afim, não vou jogar hoje nada, só vou jogar o meu número principal e só jogo só ele. Aí vou juntando assim, dias normais. Dia de quarta, a rifa é maior, dia de sábado é maior também. (Luís)

Pesquisadora: Maior quanto?

Tipo o valor é maior de quarta é R\$8,00 para R\$130,00, que é de grupinho também que eu mudei antes. Antes era R\$2,00 pra R\$100,00. (Luís)

Pesquisadora: E cada uma dessa é um grupo diferente: ou as pessoas vão falando avulso com você?

É um grupo. Não, não é nem grupo. Eu falo no WhatsApp, só que tem dia de quarta e sábado, eu já tenho os números fixos, entendeu? Dos meus clientes, então são poucos números que eu tenho que passar. São bem que uns 10 números dia de sábado, uns 15 de 100 números, entendeu? (Luís)

Pesquisadora: Ah, tem gente que joga sempre no mesmo número?

É, já tenho alguns clientes que jogam no mesmo número, então eu só faço cobrar mesmo no dia, mas a maioria já passei, entendeu? Só fica uns 15 dia de sábado que é pra passar que é R\$4,00 pra R\$200,00. E dia de quarta-feira, às vezes fica uns 4 grupos, 5 que eu vou passando, entendeu? (Luís)

Pesquisadora: 4 para 200. Como assim? 4 números?

Não, não é R\$4,00. É porque já é de 100 números. Não é de grupinho, a de grupinho, que ganha menos. R\$8,00 para R\$130,00, porque é grupinho, são 4 números que vem dentro do grupo. E a de 100 só é um número que você concorre. Tipo, o grupo tem mais chances de ganhar. (Luís)

Pesquisadora: Entendi. Então, quarta e sábado é um número só, e os outros dias é esse do grupinho. Esse grupinho é aquele dos animais, né?

Dia de quarta também é grupinho. Antes era um número só. Só que agora é grupo, só que é R\$8,00 para R\$130,00 [os outros dias da semana são R\$2,00 pra R\$30,00; R\$4,00 pra R\$60,00]. (Luís)

Pesquisadora: E são quantos números no grupinho?

4 [números] (Luís)

Pesquisadora: Todos os dias o grupinho sempre são 4?

É, às vezes, quando eu tô afim, aí eu boto R\$1,00 para R\$50,00 ao invés de botar do grupinho. Boto de R\$1,00, porque 1 real todo mundo tem, até quem não é acostumado assinar rifa, assina porque é R\$1,00. E aí o meu lucro também é maior, porque a pessoa ganha R\$50 e eu ganho R\$50. Se acontecer de eu querer assinar pelo menos a metade do meu lucro, já é alguma coisa, se acontecer de eu ganhar, já ganho R\$75,00 no total. (Luís)

Pesquisadora: Então você também joga todo dia?

Eu jogo, sempre jogo. Não fico sem jogar. No grupinho mesmo eu já tenho meu coelho, que é o meu bicho fixo. Eu não paro, nunca fico sem jogar ele. (Luís)

Pesquisadora: E você ganha muito, ou você gasta mais do que ganha?

Eu ganho. Eu ganho dia de sábado mesmo. Eu tenho um praticamente. É 40/50 por cento da rifa a depender do dia, eu jogo muito mesmo... Então, tem muito mais chances de eu ganhar dia de sábado, que é o valor maior que é R\$200,00. Geralmente eu ganho muito, dia de sábado. (Luís)

Pesquisadora: Mas você joga só na sua rifa ou na de outras pessoas também?

Não, jogo na de outras pessoas também. Aí é isso, porque o meu número fixo, que é o 38, aí eu jogo em outra rifa, 10 pra não sei quanto, R\$10 pra R\$800, jogo em outras rifas. Se bater eu ganho em 1 dia só R\$1.000,00; R\$2.000,00; R\$3.000,00. A depender de quando eu assinar. Teve uma vez que eu joguei no 88 e ganhei R\$ 3.000 e pouco. Perto do ano novo, 1 dia antes. (Luís)

Pesquisadora: Gente, babado. Mas gastou o dinheiro todo foi?

Não gastei não. Eu levei até para lá uma grande parte, mas nem conseguia gastar nem um pouco, nem a metade. (Luís)

Pesquisadora: Ah que bom. Eu perguntei se você conhece, no caso, você conhece outras pessoas que fazem essas atividades? Até conhece, mas vocês, tipo, conversam, se organizam, pegam dica um com outro e tal, a galera que organiza também?

Na real, eu que dei dica para várias delas, tipo as minhas amigas rifeiras também como eu, foi eu que ensinei a algumas delas. Porque, tipo, eu já tenho muitos anos que eu passo rifa. Não é de agora não, é desde 2012. Já tem muito tempo mesmo. Quando eu comecei a passar rifa aqui, não tinha quase ninguém, acho que se tinha 2 pessoas na área, era muito no Nordeste, que eu conhecia e depois que foi mudando a situação que foi acontecendo isso, entendeu? Então muita gente foi indo para rifa, perdendo emprego e foi indo pra rifa. Aqui mesmo na rua, tinha um monte de gente, "Luís, eu tô desempregado, como é que eu faço pra passar rifa?" Quem ficava comigo no dia, eu ensinava. Acabar que passava até melhor, que eu, porque eu não subo, desço, rodo passando rifa. Eu chego ali na frente, ficou lá sentado, porém, como já tenho muito tempo, já tenho meus cliente fixo, então já não ando mais. Eu nunca andei na verdade, porque eu sempre falei para as pessoas que eu mais conhecia, aí já as meninas, aprendeu comigo o macete, aí agora roda tudo. (Luís)

Pesquisadora: Entendi. E hoje em dia você ainda fica na porta ou passa mais pelo WhatsApp?

Olha, a maior parte eu passo no WhatsApp. Eu geralmente só fico lá em cima na porta mesmo para pegar o dinheiro do povo no dia, mas eu não passo é durante meu dia, não faço nada na rua, fico o tempo todo no WhatsApp e passo tudo por aqui. Na rua só faço mesmo ir cobrar. Tipo, se eu subir agora, é pra cobrar, porque eu já passei toda lá. Tô pensando em botar uma, porque já tem um monte de gente perguntando agora se eu vou botar uma pra hoje. Eu falei, estou vendo ainda se eu vou passar, porque eu não sei qual eu vou botar. Aí eu passo toda quinta, aí eu só faço cobrar na hora que eu subir.

Pesquisadora: Entendi, mas tipo, sempre vende todos os números ou vale mesmo se não vender todos?

Vale mesmo se você não vender, mas geralmente como sobra, são poucos na minha rifa para passar, então geralmente eu vendo tudo é muito difícil de eu ficar com o número lá aberto. Muito difícil, mesmo, mas já aconteceu várias vezes. Às vezes, eu mesmo "ah, hoje estou com preguiça de ficar atrás de alguém para passar, de mandar mensagem." Aí tem alguns números, eu falo vou deixar aí pra mim, estou afim de passar não. Se alguém aparecer perguntando se quer eu falo, eu vou passar pra você, mas é às vezes mesmo. Geralmente eu passo todos que ficam

porque já tenho meu número já, porque eu não quero ficar com mais número, porque senão eu vou ter que pagar a rifa praticamente toda.

Pesquisadora: Entendi, deixa eu te pedir uma coisa, tem como você mandar para mim uma foto daquele negocinho dos números com os animais, da rifa? Porque daí dá para botar no texto assim, se você autorizar, né, usar a imagem só para porque, como as pessoas não conhecem. A ideia da pesquisa é tipo trabalhar, eu sou professora de matemática, né? Eu te falei, é trabalhar isso também na sala de aula, né? Na escola, tipo, essas questões são movimentos que as pessoas fazem nas comunidades de organização financeira, de educação financeira que a gente às vezes não sabe, né? Não é falado, só acha que é tipo, banco e tal, mas às vezes, assim, por exemplo, você movimenta um dinheiro muito grande. Às vezes, muito mais do que as pessoas que estão fazendo só no banco, não é assim, então é muito não.

*Eu mando. Bem, isso. Por incrível que pareça, **até na escola, quando era criança, já me mandaram passar uma rifa.** Quando era criança mesmo, numa escola particular que eu estudava? Uma rifa que só aqui em casa mesmo, a família que assinava para eu ganhar acho que era uma passagem para um passeio alguma coisa do tipo, não lembro muito bem. A escola mesmo mandou. (Luís, grifo nosso)*

Pesquisadora: Entendi. Eu acho que eu lembro mesmo disso, que era tipo, é festa de São João, não sei que lá, essas coisas?

É, uma rifinha que passava.

Pesquisadora: É, na escola que estudei, acho que também tinha isso.

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 23 - Diálogo 14: Tereza sobre relação com o Banco x Caixa- financeiro/ outras atividades financeiras

Pesquisadora: Como é sua relação com o banco? É, você utiliza você faz operações, pix, essas coisas ou você não utiliza?

Não, eu utilizo. Eu tenho uma conta em um Banco, eu estou usando há uns tempos aqui, depois da covid né, através de aplicativo, faço depósito, transferência... Na verdade agora tô fazendo mais é pix. (Tereza)

Pesquisadora: E você faz algum tipo de poupança ou investimento no banco?

Não, nenhum, nenhum. (Tereza)

Pesquisadora: Por algum motivo?

*Não, não, não é porque é um motivo, não tem não. **Banco agora não está rendendo muita coisa, é muito juros, a inflação está lá em cima.** Então, não está valendo muita a pena. Prefiro tá investindo como eu tô investindo na minha casa né, no imóvel. (Tereza, grifo nosso)*

Pesquisadora: Então hoje, se você tivesse que escolher colocar um dinheiro ou no caixa ou no banco, qual você escolheria?

***O caixa, que é sem juros, você vai receber o valor integral. é o que eu estou mais utilizando, o caixa.** (Tereza, grifo nosso)*

Pesquisadora: E você conhece outras pessoas que fazem também esse tipo de atividade? Caixa ou alguma outra atividade que envolve organização de dinheiro? Tipo rifa ou alguma coisa assim, no bairro ou fora do bairro também?

É, tem rifa. Aqui no bairro tem muita rifa. A rifeira aqui corre o dia todo (Tereza)

Pesquisadora: E você assina também, faz ou participa?

*Assino só na mão de uma pessoa conhecida minha. Não saio assinando assim aleatoriamente não. Que também outra coisa que eu vejo muita confusão aqui. **Que às vezes a pessoa ganha o prêmio a rifeira não repassa, aí já vi dar confusão, tudo isso.** Então, eu não me envolvo muito não. Assino só na mão de minha amiga, que ela trabalha por aqui também, e aí ela vem aqui, aí tá mais para ajudar, para ajudar. Mas não me envolvo muito não. Entendeu? porque eu vejo aqui muita, muita agonia através disso. (Tereza, grifo nosso)*

Fonte: Dados da pesquisa

Nestes diálogos da segunda parte, observamos mais aspectos da visão e relação das pessoas entrevistadas sobre o caixa-financeiro, com o banco e também com outras atividades que envolvem a movimentação de dinheiro, como o *jogo de rifa ou rifa*. Como Luís explicou, esse é um jogo em que as pessoas apostam um valor em dinheiro, e escolhem um número, que será premiado baseado no resultado da Loteria Federal. É uma atividade muito comum, mas durante a pesquisa, descobrimos que segundo o Código Penal brasileiro (1941), tal atividade é uma contravenção penal (LUDGERO, 2020), mas se tornou uma atividade cultural, e é realizada inclusive por pessoas em lugares como escolas e igrejas. Na figura 11 a seguir, enviada para nós por Luís, como dito durante a entrevista, temos o exemplo de uma rifa virtual de grupinho. A divisão dos 100 números em 25 grupos, com 4 números em cada, é a mesma feita no *jogo do bicho*, atividade de apostas originada no Rio de Janeiro e que se configura em outra contravenção penal, que se popularizou. Tanto na rifa, quanto no *jogo do bicho*, as pessoas escolhem um animal que representa um conjunto de números da aposta.

Figura 11 - Exemplo de uma rifa virtual de grupinho - animais.



Fonte: Enviado pelo Entrevistado Luís

Essa atividade tem sido a renda mensal de muitas pessoas, como abordaram Luís e Zumbi. Segundo uma matéria da página NORDESTeuSOU intitulada: “*Olha a rifa, qual número você quer? Conheça a profissão que mais cresceu na comunidade nos últimos tempos*” (LAGO, 2021), essa atividade cresceu no aglomerado de bairros no Nordeste de Amaralina, sendo até considerada a profissão de algumas pessoas, que gastam o tempo para organizar, vender e persuadir os clientes que compram seus bilhetes diariamente. E com isso, algumas pessoas conseguem pagar suas contas e até mesmo adquirir bens pessoais, como disseram Luís e Zumbi.

Outras atividades financeiras mencionadas pelas pessoas entrevistadas foram: a de pirâmide financeira, como falou Luísa; e a de guardar dinheiro no minhaeiro, como disse Luís. Essa memória do minhaeiro para mim foi extremamente afetiva, visto que em minha família essa prática sempre foi realizada. E me fez lembrar de meu pai juntando dinheiro em diversos períodos, por meses, às vezes até sem algum motivo específico para depois a gente junto, no chão, contar as moedas para trocar por cédulas de dinheiro.

Em outras partes dos diálogos vimos, que ao serem questionados sobre a relação com o banco, respostas que sinalizaram boa interação com o banco e outras que não. Elza falou que utiliza muito a poupança. Carolina comentou sobre os rendimentos bancários, comparado ao fato de que no caixa-financeiro, não há rendimentos e, além disso, disse que fez um investimento previdenciário. Dandara também comentou que considera investimentos financeiros importantes, apesar de dizer que não tem muito conhecimento sobre e também sem observar a loja dela como um lugar de investimento. Já Zumbi falou que não confia no banco, lembrando o que aconteceu no governo de Fernando Collor, em 1990, em que, pela alta da inflação, as pessoas na época tiveram o *confisco da poupança*, com suas economias presas no banco (BERNARDO, 2020).

Além disso, observamos que a maioria dos entrevistados comentou sobre utilizarem bancos virtuais ou aplicativos virtuais de seus bancos, principalmente depois da pandemia. Mas, na parte em que foram questionados sobre a escolha de colocar o dinheiro no banco ou no caixa, Dandara, Luísa, Tereza e Zumbi falaram que preferiam colocar o dinheiro no caixa-financeiro. Tereza comentou inclusive sobre a alta da inflação, que é muito juro e que, por esse motivo, o banco não está rendendo muito e por isso, prefere investir o dinheiro dela no imóvel que está construindo. Em contrapartida, Carolina falou que preferia o banco justamente por conta da questão dos rendimentos que o banco possibilita e o caixa não. Nessa direção, observamos também que mesmo que não tenha sido dito explicitamente nas falas: i) algumas demandas e eventos pessoais e/ou familiares, não seriam possíveis sem a organização do caixa; e ii) o caixa pode ser lido como uma poupança sem rendimentos e um empréstimo sem juros. O que para quem está, por exemplo, com o nome negativado no SERASA, dificilmente conseguiria pedir empréstimo no banco e também dificilmente conseguiria, por exemplo, fazer um cartão de crédito, com limite alto, por conta do Score Financeiro¹⁹ baixo.

Nesse sentido, enfatizamos que a forma com que essas pessoas se auto-organizam financeiramente se aproxima do que algumas produções de Educação Financeira formal abordam. Por exemplo, essa organização do caixa, serve para o objetivo de juntar dinheiro, como é aconselhado nos discursos de Educação Financeira hegemônicos. Mas

¹⁹ Score Financeiro é uma pontuação que cada pessoa tem associado ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) e é muito utilizado pelos bancos para disponibilizar uma operação de compra de bens duráveis ou movimentações de empréstimo ou para fazer cartão de crédito. É uma pontuação determinante quando envolve aprovações de valores mais altos.

tal organização, destoa das formas e das perspectivas neoliberalistas e dos discursos que propõem: i) se eduquem financeiramente; ii) juntem dinheiro; iii) recorram ao empreendedorismo para ser seu chefe/chefa; iv) busquem dinheiro extra. Afirmamos que destoa, a partir do que discutimos na seção anterior sobre tal visão ao empreendedorismo. Além disso, esse juntar dinheiro no caixa-financeiro é, muitas vezes, por conta de demandas individuais e/ou familiares – como comemorar o aniversário ou reformar a casa, usar o dinheiro para comprar produtos para loja ou por questões mais urgentes – e não juntar para enriquecer, investindo em ações, tesouro direto, CDB. Nesse sentido, demandas sociais são mais urgentes, como usar o dinheiro guardado para uma emergência. Isto é, comprar um remédio ou pensar na velhice ou em coisas que o Estado não dá conta, como desemprego ou o dinheiro dado por alguns benefícios sociais, como o Auxílio Emergencial (disponibilizado durante a pandemia de COVID- 19), não ser suficiente para pagar as contas do mês. Com esse cenário, algumas pessoas precisam fazer “os bicos”, a venda de rifas e todos os *corres* necessários para viverem de uma forma melhor.

Assim, observamos com esses diálogos que essas pessoas têm uma visão sobre educação financeira, dentro de suas respectivas realidades, desconstruindo, assim, a ideia de que quem vive na periferia não sabe sobre Educação Financeira. O questionamento deve ser exatamente esse: *De qual tipo de Educação Financeira está sendo falado?* Como discutiremos melhor na próxima seção, a última deste capítulo.

3.5 Eixo 3: Relação com o dinheiro e Educação Financeira

Nesta seção, a última do capítulo, abordaremos a parte das entrevistas em que cada pessoa entrevistada falou sobre sua relação com o dinheiro e de sua visão sobre Educação Financeira. As perguntas feitas, estão apresentadas no Quadro 24 a seguir:

Quadro 24 - Questões do Eixo 3 - Relação com o dinheiro e Educação Financeira

<ul style="list-style-type: none">• <i>Você costuma poupar? (Caso sim: como? Caso não: por quê? Mas você não participa do caixa financeiro- no caso de quem participa ou participou)</i>
<ul style="list-style-type: none">• <i>Você costuma investir? (Exemplificar - rifas, o investimento no negócio)</i>
<ul style="list-style-type: none">• <i>Para você, o que é ser organizado financeiramente?</i>

<ul style="list-style-type: none"> • <i>Você se considera uma pessoa organizada financeiramente? Por quê? “você acha que sua família (nuclear) se organiza financeiramente? (tem dificuldade em guardar dinheiro?...)” você sabe como parentes antigos ou mais distantes se relacionam/relacionavam com o dinheiro? Por exemplo, se faziam algo para guardar ou economizar?</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Na época em que você estudava, você lembra se nas aulas de matemática, era abordado algum assunto que se relacionasse com questões financeiras e econômicas? Se sim, quais? (Caso a resposta seja não, perguntar: “porque você acha que essa discussão não está presente na escola?”)</i>
<ul style="list-style-type: none"> • <i>fortalecer a economia local, é educação financeira?</i>
<p><i>Observação:</i> Os destaques em amarelo são comentários que seriam acrescentados ou não durante a entrevista, baseados na resposta da pessoa entrevistada.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

Assim, optamos por selecionar alguns dos trechos que foram mais marcantes para nós e que de alguma forma pudéssemos relacionar com a parte do referencial teórico do *Capítulo 1* no qual abordamos a perspectiva de uma *Educação Financeira Crítica*. Isto é, a selecionamos com o intuito de olhar para as práticas dessas pessoas a fim de pensar a discussão e o ensino de uma educação financeira que cumpra o papel de ponderar as diversas realidades e vivências, ao invés de somente culpabilizar o/a cidadão/cidadã através da individualização das responsabilidades econômicas, definindo, assim, como ser ou não ser educado financeiramente. Assim, para fomentar essa discussão, destacamos para essa parte os trechos das entrevistas em que as pessoas responderam perguntas similares a essas: “Para você, o que é ser organizado financeiramente?”; e “Na época em que você estudava, você lembra se nas aulas de matemática, era abordado algum assunto que se relacionasse com questões financeiras e econômicas?”. Daremos ênfase a essas duas questões do Quadro 24 acima, visto que as outras perguntas, já foram de certa forma, mais exploradas nas seções anteriores, diante das falas nos diálogos das entrevistas — novamente apresentadas em texto, como no eixo 1, por serem trechos menores.

Pesquisadora: Dandara, para você o que é ser organizado financeiramente?

Para mim ser organizado financeiramente é você gastar bem menos do que você recebe. Não se endividar, eu tô falando de dívida, porque você tem uma casa, você paga a luz HOJE, amanhã você já tem dívida porque você tem a luz do mês que vem. enfim. Mas eu falo não se endividar fora das contas básicas, não é porque tem as contas físicas as contas básicas que você precisa pagar

todo mês ou seja, é questão de saúde ou bem-estar na verdade, bem-estar para mim entra como saúde, então: terapia, academia, a alimentação e etc. Então esses para mim são os custos básicos e que todo mês a gente precisa pagar né, que tem um custo ali de locomoção, enfim. Mas você se organizar para o que você vai gastar além com lazer e com o que é supérfluo, entendeu, então tipo se eu ganho R\$ 1.000,00 e eu boto no cartão de crédito R\$2.000,00; isso para mim é uma desorganização financeira, sacou? Ou então você recebe e vai gastando e não faz anotações, depois você não sabe com o que você gastou. Para mim, isso é uma desorganização financeira, porque você precisa saber tudo que entrou e tudo que saiu entendeu. E aí eu faço um pouco disso, de ficar meio perdida, de não anotar certas coisas e acabar me perdendo um pouco e isso prejudica na hora do investimento. Por exemplo, quando um cliente faz uma encomenda e eu preciso desprender de um dinheiro às vezes grande ali bom e talvez eu não tenha aquela reserva, porque eu não me organizei para ter aquela reserva, entendeu? eu só fiquei no básico. (Dandara)

Pesquisadora: Mas você faz essa separação de você no pessoal e você na empresa?

Aham, mas até para investir ou para, como é que eu posso dizer, repor, então acho que eu preciso me organizar mais para saber a quantidade de dinheiro que eu vou guardar por mês e o que eu vou precisar gastar para numa emergência eu poder saber o que eu posso e o que eu não posso fazer. (Dandara)

Pesquisadora: Quando você falou da questão do bairro no início, de certa forma, você acha que fortalecer a economia local não seria uma espécie de educação financeira? seria ou não seria?

*Sim, porque acho a questão financeira incluir várias diretrizes assim, vários caminhos. Eu acho que na verdade, são vários níveis. Eu acho que primeiro é você saber ganhar dinheiro, depois é você saber o que você vai fazer com o dinheiro que você ganha, depois é saber na verdade como você vai girar o dinheiro, pra depois você saber como você vai gastar de fato. E aí, essas questões chegam mais para cima, tipo com quem você vai gastar, na mão de quem você vai deixar esse dinheiro? se você vai poupar ou não. Então eu acho que isso tudo, incluindo a organização financeira. **Só que eu acho, que são vários níveis, porque você não consegue falar de poupar dinheiro, se você não sabe nem como ganhar. Você não sabe falar de Black Money, ou de gastar no bairro se você não sabe nem como ganhar, se você não tem dinheiro para ganhar. Então acho que são vários níveis de educação financeira.** (Dandara, grifo nosso)*

Pesquisadora: Isso que você falou do Black Money, você faz essa prática?

Aham, eu observo bastante hoje mais ainda porque como eu trabalho, faço parceria com algumas empresas, então presto muita atenção com as empresas que eu tô fazendo parceria, a divulgação do trampo, tipo apoio. Porque por mais que eu não gaste o dinheiro com certas empresas, mas as empresas que eu apoio para fazer com que essas empresas ganhem mais dinheiro através da minha imagem, então é uma coisa que hoje eu tenho uma consciência muito maior. Antes não tanto, tipo eu gostava da roupa, não pensava muito em quem eu vou comprar sacou? Hoje eu já tenho, hoje eu continuo comprando de pessoas brancas, tipo assim de empresas né, até porque infelizmente a gente não consegue cem por cento, talvez até consiga, mas dentro do padrão de vida que eu tenho, eu não conseguiria 100% (comprar só de empresas negras) então eu acabo o consumindo dessas empresas (brancas, lojas de departamento, que tem preço popular), mas hoje eu já dou uma prioridade muito maior, já dou um cuidado maior. Tipo, eu vejo algum lugar vendendo, aí eu falo não, vejo uma pessoa que eu conheço ou tá empresa de gente preta que valoriza, vende, então eu vou comprar com essa galera roupas

maravilhosas. Ou só que se tenha uma empresa que vem com uma roupa incrível, Só que uma empresa de mulheres brancas, que nenhuma foto, nem uma modelo negra na empresa nunca vi, então falo: não vou comprar e não comprei. Então hoje eu tenho esse cuidado maior do que antes, antes eu não tinha não, mas hoje já tenho. (Dandara)

Pesquisadora: Elza, pra você, o que seria uma pessoa organizada financeiramente? Tipo que se organiza e tal.

Seria uma pessoa por exemplo, que recebe R\$2.000,00 reais, não gasta esses R\$2.000,00 reais e pega todo mês R\$300,00/R\$500,00 e guarda, utiliza o outro e todo mês tem aquele dinheiro certinho pra guardar. Eu acho isso. (Elza)

Pesquisadora: Aí você se considera uma pessoa organizada financeiramente? Baseado nisso?

Sim. Pra isso aí, me considero. (Elza)

Pesquisadora: Você acha também que as pessoas da sua família, sua filha e as que moram com você se organizam financeiramente também?

Sim, são organizadas. Sempre disse a minha filha, e ela tem um noivo e eu sempre digo a ele que se quiser ter alguma coisa tem que guardar o dinheiro. A gente que é fraco, tem que ter onde se apoiar um dia se precisar, ter um dinheirinho guardado porque não sabe o que pode acontecer. Acho que muita gente não imaginou que essa pandemia fosse existir, e aí não tinha nenhum dinheiro guardado. Eu tenho uma amiga mesmo que descobriu que está com câncer e ela hoje não tem nenhum dinheiro. Aí a gente tá fazendo pix, fazendo tudo pra ver se consegue um dinheirinho pra ajudar ela. (Elza)

Pesquisadora: Você falou “a gente que é fraco”, como assim fraco?

A gente que recebe um salário e meio, uma pessoa que não tem um aluguel [referência a quem aluga casas], que recebe só aquele salário. A gente sempre tem que guardar um dinheiro, guardar R\$100,00; guardar R\$500,00. Fazer um pézinho de meia, como dizia antigamente. (Elza)

Pesquisadora: Seus parentes mais antigos, também tinham essa tradição de guardar muito dinheiro, de ter essa visão? de se relacionar bem com o dinheiro, no caso?

Aham. muito não, pouco. risada. na minha família todo mundo guardava um pouquinho, pra uma eventualidade né. Por exemplo, se uma pessoa morrer?! tem que pensar em tudo, nisso. (Elza)

Pesquisadora: Para pagar o enterro, essas coisas?

É, tem gente que só pensa no agora. Mas pode acontecer uma doença, precisar fazer um exame caro, vai fazer como? Os amigos também não têm. Vai pra banco, juros, só Jesus sabe. (Elza)

Pesquisadora: No caso de pegar um empréstimo no banco, por exemplo?

É é... (Elza)

Pesquisadora: Zumbi, no caso, pra você, como é uma pessoa que é organizada financeiramente?

É uma pessoa que consegue guardar dinheiro, que consegue planejar e exercer seu planejamento. Como minha filha, que é assim. Ela consegue

juntar, ela bota no pote, bota moeda. bota coisa, ah, se ela quiser comprar alguma coisa, ela vai juntando, até ela comprar. (Zumbi)

Pesquisadora: É, eu ia até perguntar isso. você se considera uma pessoa organizada financeiramente?

Não muito, porque também não tenho muito dinheiro, não tenho muito o que gastar. É regrar o pouco que tem. (Zumbi)

Pesquisadora: Não, não é nenhum julgamento não, é o que você acha. Eu ia perguntar isso, se tinha algum parente ou alguém da sua família que você considera organizado financeiramente ou que faz alguma coisa, as pessoas mais velhas se faziam alguma coisa também, pensando nessa questão financeira, alguma forma de se organizar financeiramente...?

*Lá a mais organizada que eu vejo, é minha filha e meu irmão, **porque colocam metodicamente na ponta do lápis**, a centavos, tudo direitinho, até em porcentagem se você quiser. (da risada). (Zumbi, grifo nosso)*

Pesquisadora: Interessante. E aí no caso, você lembra sem ser seu irmão e sua filha, alguma pessoa mais antiga como se relacionavam com o dinheiro? Tipo sua avó, seu avô, algum tio distante...? Você lembra?

Geralmente era dinheiro na mão, gastando. (Zumbi)

Pesquisadora: Mas falavam de guardar, alguma coisa assim?

Não muito. As situações eram outras né? era mais difícil, não tinha como você tá guardando dinheiro. (Zumbi)

Pesquisadora: Porque também a pessoa às vezes vai resolver os problemas né, pra viver bem né. Você ganha um dinheiro, você quer [viver bem] aí você se organiza também pra isso. Eu acho que é ser organizado financeiramente pensando em viver bem, também é uma forma né, eu acho.

***A gente trabalha a vida toda juntando dinheiro, pensando em viver bem quando chega lá, o dinheiro já não dá pra pagar o remédio, das coisas que você acumulou a vida toda pra juntar aquele dinheiro.** Ai não sei se é bom você deixa pra gastar na velhice, aí também na velhice, você pode cair doente, e vem um parente seu e gasta tudo. Aí você se sacrificou, fez muito sacrifício pra juntar a quantia toda pra vim uma pessoa e gastar em um mês. (Zumbi, grifo nosso)*

Pesquisadora: Essa coisa de fortalecer a economia. Não só quem investe no bairro, mas também quem pensa em comprar só no bairro, deixa de comprar em outros lugares, essas coisas... é também uma forma de educação financeira, você acha?

Também né, porque ajuda bastante o bairro aqui. (Zumbi)

Pesquisadora: ou você acha que as pessoas não pensam nisso?

Não. pensam, pensam! hoje em dia já pensam mais. Hoje em dia as pessoas, é no caso, tem vários grupos de WhatsApp com várias pessoas, hoje em dia você encontra tudo, qualquer tipo de segmento. Se você quiser por exemplo, uma pessoa pra colocar suas tranças você tem, se você quiser uma pessoa pra mexer na sua sobancelha, você tem, seus cílios, você tem. Fazer sua maquiagem, você tem, vamo se dizer, na estética do corpo você tem, que é academia, tem esteticista, entendeu? não só a parte do corpo, corporal, na parte de empresa, tem tudo aqui. entendeu. A gente só falta ter um pouco mais de educação financeira mesmo, que deveria estar dentro da escola. Começar desde de criança né. Porque se você conseguir ensinar a criança, ela vai longe. (Zumbi)

Pesquisadora: Você vê muito nas famílias, falarem isso com as crianças? quem tem criança que você conhece.

Não muito, é uma abordagem assim. as pessoas não abordam esse tipo de coisa com as crianças. é dar aquele centavo, tome aqui R\$1,00 real, vá lá e compre sua bala. Mas já tem criança que tem essa noção! ela guarda, ela vai comprar a bala com R\$0,50 centavos e o outro R\$0,50 ela deixa na mão (dando risada). (Zumbi)

Pesquisadora: (da risada também.) hehehe pra comprar depois?!

Ela bota na carteira, quando você vai ver, menino ta com dinheiro né. “é que eu guardei” (fazendo voz de criança). (Zumbi)

Pesquisadora: é mesmo tem umas crianças que guarda né.

Mas tem que crianças que ah, meu tio, meu pai mete a mão no bolso e gasta tudo, então vai fazer a mesma coisa. É exemplo! Geralmente as pessoas falam, ah fulano, não tem nada nas mãos, fulano, o quanto ele tiver, ele gasta. Mas não é assim, principalmente se começar a beber. Você beber, não é pra você gastar o dinheiro todo. Você tá com o dinheiro da luz, dava pra você gastar R\$30,00. você compra uma caixa, depois daquela caixa você fica rico, aí pega o dinheiro da luz e torra também. (Zumbi, grifo nosso)

Pesquisadora: (da risada) fica rico o que? porque tá bêbado?

É, porque já tá bebo, fica rico. A luz deu R\$50,00 reais, aí já dá pra tomar mais 2 aqui, pronto. Aí já tá empolgado no meio dançando, papapa, coisa e tal. e o que não deveria acontecer. Era pra ser, olha só tenho dinheiro pra tomar uma, não é pra tomar 3,4. Mas infelizmente a vida é assim. (Zumbi)

Pesquisadora: Luísa, deixa eu perguntar uma coisa. Para você, o que é uma pessoa ser organizada financeiramente?

*Rapaz. Para mim, uma pessoa organizada financeiramente, é uma pessoa que antes dela gastar, ela relata tudo aquilo que ela precisa pagar, tudo que ela realmente precisa comprar, porque quando a gente não tem essa base, pelo menos escrita, né? Eu tenho tanto para ganhar e tenho tanto pra pagar. **A gente acaba se empolgando, comprando além do que precisa.** E aí já era uma confusão. Eu acredito que uma pessoa organizada financeiramente tem esse controle, né? Do que está entrando, do que precisa ser pago, do que você tem ali em aberto para você poder gastar de forma mais livre. Eu acredito que é uma pessoa também que investe. Desde quando a pessoa investe, pode até não render tanto, mas também não vai faltar, mas pode ser que renda. O rendimento pode ser grande ou não. (Luísa)*

Pesquisadora: Mas você faz algumas dessas coisas que você falou antes. Você me falou que fazia, por exemplo, o caixa né, investir... fazer pequenos investimentos dentro do possível, né, da sua realidade.

Mas até o caixa que eu tava juntando dinheiro, eu saí porque ficou muito complicado para poder arcar, entendeu aí o que que eu faço?! Quando, por exemplo, dezembro para mim é um mês muito bom de trabalho. Porque a maioria das pessoas estão se arrumando, fazendo cabelo... é o mês que entra mais dinheiro e aí nesse mês eu procuro me organizar para que durante um mês, no máximo 2, eu consigo gerar renda para outras pessoas, contratando alguém pra trabalhar comigo. Consigo me estabilizar por um determinado

tempo. Como por exemplo, eu trabalhei muito em dezembro, eu tirei a primeira semana de janeiro para mim.

Pesquisadora: Para descansar?

E assim, eu sinto falta de estar realmente trabalhando, porque quando a gente está recebendo dinheiro é massa, mas eu consegui me dar esse luxo de ir numa praia, de sair, viajar..., mas fora isso eu não consigo juntar, não. Porque eu tenho aluguel pra pagar, alguma coisa mais pessoal ou do estúdio que eu precisava comprar, eu também consegui através desse trabalho de dezembro. Mas tipo, investir em algo maior. Eu queria muito trocar, me mudar. Eu queria muito ir para outro espaço físico, aqui onde eu moro de aluguel, não é tão legal quanto eu preciso que seja para atender minhas clientes. Também é o espaço onde eu moro. E aí eu queria ver pra mudar, porém, talvez se eu tivesse uma reserva financeira, eu conseguiria fazer isso agora. (Luísa)

Pesquisadora: Sim, mas é, de certa forma, é, você fala assim as coisas, dá, por exemplo, conseguiu tirar férias, conseguiu organizar, tem uma organização aí, né? Só algumas coisas que principalmente por essa questão do trabalho, né? Que não depende só de você no caso, para conseguir, de fato cumprir, mas assim você tem, ao meu ver, né? Uma organização financeira assim, assim. Não, se não se coloque, não assim. Lugar de que não tem, né? Porque tem uma visão assim sobre as questões.

*Ai, por exemplo, já tem muitas vezes e eu não consigo fazer uma compra. Chegar no mercado e comprar tudo que eu preciso urgente mesmo. Eu consegui fazer isso porque até com o auxílio emergencial, eu recebo esse auxílio, eu não estava tendo condição de chegar no mercado com R\$140,00 e trazer muita coisa, sim. Então esse mês eu falei, não, vou organizar tudo aqui, eu vou comprar as coisas que eu preciso. Também tive ajuda do meu pai nessa compra que a gente fez agora, a gente foi no mercado ontem, inclusive. E aí a geladeira tá cheia, os armários estão cheios, graças a Deus, **porque quando a gente não tem uma renda fixa, a gente vai comprando o que vai faltando, né? E a gente vai gastando muito mais. Acabou o açúcar, aí você vai comprar um açúcar e acaba comprando uma coisa que talvez você nem estivesse precisando.** E aí dessa vez a gente conseguiu comprar as coisas pro mês, e ainda tem um pouquinho guardado para alguma emergência, mas não é sempre, quando chegar fevereiro, se não tiver Carnaval, porque eu acho que não vai ter [por causa da pandemia, o carnaval foi cancelado nos anos de 2021 e 2022], eu já estou ali mais apertadinha. (Luísa)*

Para nós, estes trechos que trazem as visões dessas pessoas sobre aspectos de organização de suas finanças, refletem seus modos de estruturação individuais e os contextos coletivos em que estão inseridos. Tais visões mostram a forma sobre como optam ou como precisam gastar o dinheiro, além da importância de poupar, pensando no futuro, como disseram Elza e Zumbi. E mais, destacamos a ênfase que deram à importância de ter a consciência sobre *com o que* e *com quem* estão gastando, como Dandara que faz referência ao *Black Money* e outros entrevistados que, sem usar tal termo, falaram sobre a importância do dinheiro ser gasto no próprio bairro. Essas pessoas também se remeteram às limitações que, por vezes, existem entre a consciência

financeira, o orçamento que de fato possuem e às condições de trabalho, que serviriam para gerar rendas.

Consideramos tais reflexões e visões relevantes, mas não para analisar e dizer se o que essas pessoas fazem em relação à organização financeira pode ser classificado como educação financeira ou não. Pois, para nós, o que importa nesta pesquisa é observar, sem romantizar, o modo como essas auto-organizações, conscientes ou não, **representam como a busca por melhores condições vidas pode vir também a gerar percepções sobre economia e finanças**, mesmo quando essas pessoas não têm acesso às propostas de educação financeira como as colocadas pela ENEF e pela OCDE.

Tais propostas, que em geral, já partem do pressuposto de que as pessoas não sabem sobre educação financeira ou que, como discute Marco Kistemann (2020), pela forma que são conduzidas, objetivam direcionar o ensino de educação financeira principalmente para o consumo de produtos financeiros, visando em síntese, a manutenção e expansão do sistema capitalista. Isto é, sem discutir, por exemplo, que a educação financeira não serve para ensinar só conteúdos que ajudarão “para a tomada de decisões somente, nem tampouco é uma educação para o consumo que busca conquistar sonhos e desejos, em geral, de forma alienada e às custas da economização das práticas de consumo e desequilíbrio ecológico” (p. 47). O autor diz também que:

Com a globalização e maior inter-relação econômica entre os países, o foco das ações da OCDE passou a girar em torno de políticas socioeconômicas e educacionais que promovessem a ascensão de habilidades e competências que possibilitassem aos indivíduos adaptar-se às constantes crises e incertezas econômicas que poderiam ocorrer no contexto social. Intensifica-se então, uma preocupação crescente com indivíduos com conhecimentos que lhe proporcionem autonomia e independência financeira obtidas por meio de acesso aos serviços prestados por instituições financeiras, como os bancos, bem como com a instrução para aquisição de produtos financeiros. (...) Inicia-se um processo de financeirização e economização da educação, com currículos padronizados e aferidos por meio de testes padronizados, além da formação do indivíduo enquanto sujeito ativo no mercado financeiro e antenado com seu futuro econômico. (KISTEMANN, 2020, p.25)

Mas, diante do contexto de desigualdade racial que discutimos no *Capítulo 1*, podemos afirmar que, sobretudo, há uma divisão demarcada também, ainda que implícita, com essas propostas hegemônicas, sobre quem serão estes sujeitos ativos no mercado financeiro e antenados com seu futuro econômico. Nos parece que, em último caso, não

seriam as pessoas negras e periféricas, pois para que a manutenção do sistema, sustentado pela desigualdade racial e econômica, continue da forma que é, necessitam-se de corpos nutrindo a base da pirâmide econômica, com as mazelas que geram os ciclos de dívidas, desemprego e desinformação sobre economia e finanças, para que outros corpos estejam em cima, lucrando e obtendo tais ativos financeiros.

Em contra partida, como vimos com os trechos das entrevistas que, mesmo em meio às tais adversidades, essas propostas podem e devem ser interpeladas pelos conhecimentos que essas pessoas periféricas já possuem, adquiridos, por vezes, diante dos cenários de resistência. E o espaço escolar, através das aulas de matemática, deve ser um dos meios possíveis de discutir essas questões com indivíduos em formação. Porém, tal ação praticamente não ocorre, como as pessoas entrevistadas disseram ao serem questionadas sobre isso, nos trechos dos diálogos abaixo:

Pesquisadora: Dandara, na época que você estudava, você lembra se nas aulas de matemática era abordado algum assunto que relacionasse com questões financeiras e econômicas?

Só questões de juros, de cálculo juros, o cálculo da multa de cálculo de juros. mas nada aprofundado. Eles poderiam pegar isso e aplicar fatura de cartão de crédito etc, fazer com que a gente entenda como é que os bancos fazem com a gente e a partir disso, eles nos ensinarem os cálculos. Não, eles ensinam alguns cálculos que tem um livro que é juros simples, juros composto a esse e pronto. Mas nunca aplica, vem um problema em alguma questão assim, mas nunca aplica numa questão real. os bancos, os lugares que vocês fazem empréstimos, que os pais de vocês fazem empréstimos e fazem uns cálculos assim e assado, então esse dinheiro é assim e assado e vocês perdem isso. Não aplicam dessa forma e eu acho que isso é na real um desserviço. Porque tipo, a gente aprende a parada, aprendi tá faz lá a conta no vestibular e para a vida a gente não sabe, porque são os cálculos que essas empresas usam e a gente não sabe. (Dandara)

Pesquisadora: E porque você acha que não está presente na escola dessa forma que você falou que achava que deveria ser?

Como muita coisa na nossa educação é muito falha, muita coisa... como a educação da história do país, enfim. São coisas que a gente não recebe a informação e a gente continua alienado na real né. Tanto em escola particular, quanto na pública, porque eu só estudei em escola particular e nunca vi esse tipo de coisa. Então eu acho que são conhecimentos muito restritos e que não deveriam ser. São conhecimentos restritos só que toda a população usa. Ah então tá um conhecimento na mão de poucas pessoas, sendo que todo mundo usa essas questões financeiras, todo mundo, todo mundo usa, todo mundo tem conta no banco, todo mundo sabe como é que funciona as coisas, quer fazer cartão de crédito de débito e etc. Todo mundo usa, mas nem todo mundo sabe como é que funciona esses cálculos por trás, o quanto a gente perde e enfim. Então são conhecimentos que estão nas mãos de poucas pessoas e só pessoas consegue alcançar essa questão, em nível de faculdade é, como falei um conhecimento mais restrito, na real nem todo mundo consegue alcançar. Se eu que estudei em escola particular não consegui, imagine quem estuda em escola

pública. Então é uma forma dessa galera continuar dessa forma, porque se todo mundo entender como é que funciona, todo mundo vai saber lidar e essas empresas vão perder muito, porque vão estar lidando com pessoas que sabem ver como ta funcionando ali. (Dandara)

Pesquisadora: Só para terminar, você tinha falado das várias visões, de forma da educação financeira, você falou que uma parte da sua família já faz também, mesmo que na escola não ensine, tem essa parte né? que as pessoas também tem consciência de certa forma né ou adquiriram na vida não sei.

*Exatamente, eu acho que as pessoas vão meio que quebrando a cara e tentando de outras formas, porque eu aprendi essas coisas quebrando a cara, tipo estruturei a minha empresa urgente porque eu queria depois de quebrar muito a cara, eu contratei uma pessoa de gestão financeira. Então essa questão de cartão de crédito é o que percebo muito, depois de muito das pessoas se endividarem que percebem a necessidade de poupar dinheiro. **Eu não conheço ninguém que poupa dinheiro por precaução, porque nunca quebrou a cara com dívida. Eu conheço só pessoas que quebraram a cara, que quiseram muito, muitas coisas na vida e depois perceber o caminho na dor mesmo. “eu preciso poupar dinheiro e assim que eu vou conseguir entendeu?” Não é uma coisa que é ensinado e eu acho que é uma coisa que as pessoas aprendem depois de muito quebrar a cara, a sobrevivência na real.** (Dandara, grifo nosso)*

Pesquisadora: Elza, na época que você estudava, você lembra se nas aulas de matemática ou em outras matérias da escola se falava dessa questão do dinheiro, da pessoa guardar, ou de questões econômicas, de questões financeiras, algo assim?

Não. Mas eu tinha uma professora de ciências que falava: “gente quando vocês começarem a trabalhar, vocês têm que guardar um dinheirinho. tem que ter uma poupança, uma reserva”. Ela sempre falava, a professora de ciências. E meu pai e minha mãe também diziam, quando começar a trabalhar tem que guardar um dinheirinho. Aí fui crescendo nessa, de guardar um dinheirinho. não é dinheirão não, é um dinheirinho (risada). (Elza, grifo nosso)

Pesquisadora: E falavam também do cartão de crédito, essas coisas? ou sobre preferir pagar à vista alguma coisa assim?

Não, naquele tempo não tinha cartão de crédito não. Tinha caderneta. Comprava por exemplo 2 reais de pão, carne sertão... Quando chegava no fim de mês, que recebia o dinheiro, somava tudo e pagava. (Elza)

Pesquisadora: Mas tinha limite?

Sim, o dono da mercearia dava o limite. Não tinha cartão. pra comprar um bem maior, tinha que ter um financiador, uma pessoa que ganhasse mais, um fiador. para comprar em uma loja, uma televisão tinha que ter um fiador que ganha mais pra assumir a responsabilidade. Depois veio o crédito, crediário, cartão..., mas era dose [difícil]. (Elza)

Pesquisadora: Zumbi, na época que você estudava, você lembra se nas aulas de matemática, era abordado algum assunto que se relacionasse a essas questões financeiras, econômicas...?

Geralmente problemas em provas. Mas os professores não conversavam muito sobre não. (Zumbi)

Pesquisadora: Tá, mas porque você acha que essa discussão não está presente na escola?

Não sei, mas deveria estar muito presente, porque o financeiro faz parte da vida de todo mundo. Tem muita gente aí que perdeu a vida, justamente por isso, porque não souberam ganhar e gastar. Né, você com a educação financeira, você vai muito longe. Você sabe que não é pra pegar um montante de dinheiro e gastar. É pra poder investir pra dobrar ele, tem que fazer alguma coisa. Porque se você não conseguir dobrar o que você tem na mão, não adianta. (Zumbi)

Pesquisadora: Você veria alguma forma de fazer, por exemplo, ter um dinheiro e dobrar esse dinheiro? fazer alguma coisa, você faria o quê?

Ahh, eu me arrisquei no tal da pirâmide financeira e perdi um monte de dinheiro. (fala rindo). Por isso que eu já não estou arriscando mais nada. Foi com conhecidos. Não ganhei nenhum centavo. Investi R\$5.000,00. Um colega investiu “28”, o valor do carro dele. Ele vendeu o carro e investiu, aí perdeu todo, como eu, no mesmo dia. O moleque ficou dizendo coisa, que deu problema, que não sabe, que não sei o que... e aí desapareceu. [Alguém] deu queixa, mas depois não aparece mais não. E no grupo que a gente tava, tinham 50 policiais. Todo mundo perdeu (com ar de tristeza). Teve gente que perdeu 30, perdeu 50. (Zumbi)

Pesquisadora: 30 MIL????

É, teve um rapaz que ganhou uma indenização de 200 e poucos mil reais. (Zumbi)

Pesquisadora: uh meu deus, botou o dinheiro todo?

Todo, todo, todo, todo, todo. Pior ele, perdeu 230 mil reais (Zumbi)

Pesquisadora: O que você acha que faz, o que te fez confiar e querer fazer, esse...?

Por causa da coisa da amizade né? (Zumbi)

Pesquisadora: Ah, você conhecia ele?

Não, mas conhecia as pessoas que estavam investindo. É isso, entendeu?! ah vamo juntar, o meu deu certo. O dele tinha começado a dar certo, me amostrou as coisas, pan direitinho, eu digo é vou investir. (Zumbi)

Pesquisadora: E no início ele falou que era pirâmide?

Não, não que ninguém sabia que era pirâmide. Tava dizendo que era o tal do robô que programava e não sei o que, pra ganhar esse dinheiro aí. Mas mentira, mesma coisa da pirâmide mesmo. (Zumbi)

Pesquisadora: ah, entendi. é porque ganha, as primeiras pessoas ganham, porque vai botando outras né, e aí vai dando dinheiro e vai chamando mais gente. E você acha que fortalecer a economia local, lembra da primeira parte que você falou do bairro, que as pessoas tavam circulando dinheiro e tal. É uma forma de educação financeira?

Também né?! Agora não só, você chegar e botar o dinheiro, mas ter o conhecimento do que fazer com o dinheiro. Como o dinheiro deve ser gasto,

porque um dinheiro mal gasto, acaba, acabando com todo mundo, não só com aquela pessoa. (Zumbi)

Pesquisadora: Aham. Mas o que seria um dinheiro mal gasto?

Você investir errado como eu fiz né? Fazer um investimento errado, às vezes você pode tá com sorte. Pow eu tenho um sonho de abrir uma padaria, mas você não entende nada de pão, é seu sonho! você acha que vai dar certo, mas se você não tiver um padeiro bom, aquela coisa, você não vai pra frente. Você pode ter tudo, mas chegar na hora do pão, que é o essencial, vai abrir a padaria pra vender pão né. Entendeu? aí a maioria das pessoas pecam nisso aí, acha que vai dar certo e chega na hora não. e outra coisa, acha que vai ter um retorno financeiro grande e perde. (Zumbi)

Pesquisadora: Luísa, na época que você estudava, você lembra se nas aulas de matemática, era abordado algum assunto que se relacionasse com essas questões financeiras, econômicas...?

De jeito nenhum. A parte mais próxima que eu cheguei, de organização financeira, foi quando eu fiz um curso de administração. Ah, eu não lembro o nome da instituição, mas foi um curso técnico. E lá eu tinha uma matéria, organização financeira e custos, não sei o que. Mas a gente não aprende muita coisa, a gente aprende o básico, do que é gasto, mas acho que até isso é superficial. Por exemplo, a gente fala muito dólar, não sei o que, mas pra você aprender que o dólar te atinge diretamente, eu não aprendi na escola não. **Porque se o dólar “lá fora” aumentar, o real abaixa, aí é todo um processo. Eu vim entender isso quando eu precisei comprar, por exemplo, eu vim entender melhor sobre o impacto do dólar quando eu precisei comprar uma roupa em uma loja virtual, que eu fui calcular o valor do dólar pro valor do real, que eu falei, meu Deus, não dá pra mim não.** Então a gente só sente quando reflete no nosso dia a dia. Se não refletir, faz pouca diferença. E na escola, eu não tive essa oportunidade de já entender desde então. (Luísa, grifo nosso)

Pesquisadora: E porque você acha que na escola não é abordado sobre isso.

Talvez Tamires, seja mais interessante ter uma sociedade que não entenda tanto sobre o que a gente precisa ter como perspectiva de melhora. Porque se você aprender a economizar, até em relação a nossos direitos e deveres, é muito mais trabalhoso pra quem está administrando a nossa cidade, o nosso país, lidar com pessoas que questionam, com pessoas que entendem realmente daquilo. **Então acho que a intenção de nos passar o básico do básico já é uma forma de poupar eles de alguma forma, porque quando a gente sabe o tamanho do nosso potencial e aquilo que a gente entende pra questionar, é muito mais caro pra eles lidar com pessoas pensantes, lidar com pessoas que entendem e questionam.** Então acredito que o que ensina é básico, básico mesmo, porque quanto mais instruída a população for, é mais trabalhoso para eles lidar com essa galera que está aqui questionando, a galera que está correndo atrás de dinheiro. Então, a gente tem que passar pros nossos né, o quanto é necessário entender o que está acontecendo em relação à política, à economia, para que a gente também possa contar com um questionamento deles, que a nossa voz é válida! (Luísa, grifo nosso)

Pesquisadora: É, faz sentido!

*Quanto mais vezes a gente tiver questionando, mostrando que a gente também entende para eles [os governantes] fica mais complicado e mais chato né?!
(Luísa)*

As reflexões trazidas por esses últimos diálogos nos levam a pensar no que também já discutimos desde o início da dissertação: sobre a necessidade de pensar caminhos possíveis para discussões acerca da educação financeira no contexto escolar. Dandara, Elza, Zumbi e Luísa, mesmo com suas respectivas particularidades, convergem sobre os cenários em que não ocorre discussão relativas às questões de economia e finanças no contexto escolar. Porém, indicam que tal discussão não deve ser feita de qualquer jeito, visto que a intenção na forma em que for realizada estará apenas a serviço de fazer a manutenção dos cenários desiguais de colonialidade que já mencionamos.

Nesse sentido, Vaz e Nasser (2021) discutem, no artigo intitulado “*Que Educação Financeira Escolar é essa?*”, sobre como professores/as e pesquisadores/as da Educação Matemática podem contribuir com a Educação Financeira Escolar para o desenvolvimento do que alguns autores chamam de *literacia financeira* – conhecimento básico de economia e finanças para contribuir com a forma com que se lida com questões financeiras – observando a educação financeira associada a matemática financeira, uma vez que esta última somente envolve cálculos, não sendo suficiente por si só. E, portanto, como enfatizam devem caminhar para associarem a pensar em: “Educação Financeira para o consumo, Educação Financeira para a Poupança e Enriquecimento e Educação Financeira para a consciência social.” (VAZ E NASSER, 2021, p. 13). Além disso, para nós, precisa estar aliado a questões da luta antirracista, pois sem a pauta racial, este ensino poderá vir a reforçar os contextos de desigualdades ao invés de transformá-los.

Enfatizamos também a importância de caminhos de discussão de educação financeira pensando o antirracismo, pois diante do que discutimos até aqui e, como questionamos no *Capítulo 1*, voltamos a nos perguntar: *será que ao longo da história, esse imaginário social, associado ao lugar em que as pessoas negras deveriam ocupar, não ditou de alguma forma como deveriam se relacionar com o dinheiro e as formas de organização financeira? Ou por outro lado, ainda que dentro dessa estrutura capitalista-desigual, será que a liberdade de escolhas para a organização financeira dessas pessoas tenha se dado de outro modo, dentro do que era possível?*

Assim, pensamos que essa discussão não se esgotará com essa pesquisa. Porém, as pesquisas futuras podem se direcionar a pensar que as lacunas existentes entre o que chamamos de modelos formais de educação financeira e o que as pessoas desenvolvem como práticas financeiras de suas vidas só poderão ser preenchidas quando o pressuposto da discussão mudar. Isto é, quando for em direção a observar os contextos sociais, valorizando também as sabedorias existentes para desconstruir as desigualdades econômicas e raciais, um caminho possível que pensamos que pode partir da visão da educação financeira crítica, como apontaremos no próximo capítulo, o das considerações finais.

CAPÍTULO 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS: TECENDO OS FIOS PARA A AMARRAÇÃO DA PESQUISA.

Os fios tecidos nesta dissertação, de escrita subjetivada em *escrevivências*, sobre: *A educação financeira numa perspectiva antirracista: interpelando projetos hegemônicos de poder a partir de movimentos de auto-organização financeira negra*, podem ser definidos como despertadores de caminhos para pesquisas futuras, visto que ainda que tenhamos respondido o problema de pesquisa (*Quais são as ações-políticas (conscientes ou não) de resistência que essas pessoas criaram para se organizar financeiramente, mesmo sem ter acesso à educação financeira formal?*), a temática sobre a educação financeira numa perspectiva antirracista está apenas se iniciando.

Isto é, com essa investigação, tínhamos o objetivo de pensar uma educação financeira que fosse um conjunto solução possível para contribuir na discussão da problemática da desigualdade econômica. Para isso, trilhamos um caminho, que inicialmente passou pela observação de ações históricas (conscientes ou não) de organização financeira que pessoas negras mobilizaram ou fizeram para viverem dentro da estrutura capitalista que entendemos como desigual. Assim, tínhamos como objetivos específicos: (i) investigar movimentos de auto-organização financeira negra realizados historicamente; (ii) identificar barreiras existentes nas propostas dos “projetos hegemônicos” de educação financeira. E como hipóteses, que: (i) esse(s) movimento(s) se configura(m) como educação financeira para seus participantes, dentro dos respectivos contextos; (ii) como estas minorias negras tiveram parte da história de luta e resistência apagada pela colonialidade, o legado de organização financeira de ex-escravizados foi invisibilizado; (iii) seus descendentes sem o acesso a essa memória histórica, construíram o imaginário das suas identidades em um lugar de inferioridade; (iv) e com isso, gera um ciclo vicioso originado pela relação que algumas dessas pessoas possuem com o dinheiro, isto é, por não conseguirem “se dar valor”, não conseguem dar valor ao dinheiro.

Mobilizamos, inicialmente, referenciais teóricos (BISPO, 2015; QUIJANO, 2000; FANON, 2008; PINTO E MIGNOLO, 2016, WALSH, 2008) que estavam ligados a interpretarmos a realidade sob um olhar de-colonial, de que a estrutura que se apresenta é fruto das heranças coloniais, que sustentam a desigualdade econômica, principalmente com os privilégios e não privilégios demarcados pela estrutura racial, e por esse motivo, pensamos ser necessário a existência de uma perspectiva antirracista (ALMEIDA, 2019; CABRAL, 1974; CARNEIRO, 2003 GONZALES, 1983; NASCIMENTO, 1978)

partindo do pressuposto que os movimentos negros já fizeram e fazem ao longo da história deste país.

Então, quando dissemos no *capítulo 2* que nossos passos vêm de longe, é sobre pensar também que essas histórias do passado, mesmo que sem conexões diretas, podem ser observadas com similitudes aos movimentos contemporâneos de auto-organização financeira de pessoas negras. Isto é, o modo como as pessoas negras se organizavam no período da colonização pode guardar semelhanças com a forma com que os negros e negras se organizam financeiramente nas periferias brasileiras do século XXI, em busca por melhores condições de vidas. Embora sejam mobilizações diferentes e distantes, por serem de épocas e contextos também distintos, podem ser inspiradores de uma *Educação Financeira Crítica e Antirracista*.

E mais, pudemos validar nossas hipóteses i); ii) e iii) através do percurso historiográfico realizados pelos autores que foram trazidos para o debate juntamente com as análises que fizemos durante esta dissertação. Isto é, observamos como essas experiências negras, protagonizadas ao longo do tempo, mostram aspectos de semelhança que nos levam a uma possível ideia de continuidade de auto-organização econômica da própria comunidade negra, ainda que por vezes não seja percebida. Pois, as estratégias que vimos através deste resgate histórico do *capítulo 2* e nas falas dos moradores do aglomerado de bairros do Nordeste de Amaralina, no *capítulo 3*, nos mostram que as mobilizações de auto-organização financeira, ainda que realizadas involuntariamente, e em épocas e modos diferentes, direcionam-se sempre a um objetivo comum: tornar possível melhores condições de vida.

A hipótese iv), “de que o lugar de inferioridade que as pessoas negras estão inseridas gera um ciclo vicioso originado pela relação que algumas dessas pessoas possuem com o dinheiro, isto é, por não conseguirem “se dar valor”, não conseguem dar valor ao dinheiro”, não pôde ser validada. O que percebemos com a pesquisa foi que, de fato, há um lugar histórico construído para a inferioridade social das pessoas negras, sustentado pelo racismo estrutural e problemas de desigualdade de renda, de emprego (principalmente empregos formais). Porém, não podemos afirmar que não valorizam o dinheiro que possuem, porque por vezes algumas pessoas nem o possuem dignamente. E quando possuem, tentam através de ações envolvendo caixa-financeiro, minhaeiro ou rifas tentar se organizar financeiramente.

Assim, dizemos que a discussão apresentada aqui é apenas um dos caminhos possíveis para tensionar e causar reflexões sobre as questões étnico-raciais visando transformação no campo da Educação Matemática. Tal visibilidade pode ser dada a partir de pesquisas como esta ou a partir das que já existem sobre a temática Antirracista em diversas instituições públicas e privadas, principalmente quando seus precursores são pessoas negras, que ainda são invisibilizadas.

Além disso, a partir do que discutimos aqui, outros trabalhos poderiam se debruçar a pensar sobre: i) *como o racismo estrutural se apresenta na formação de professores que ensinam matemática?*; ii) *o imaginário de democracia racial interfere na relação educador(a)-estudante, hierarquizando fenotipicamente os sujeitos envolvidos?*; iii) *como o fator raça interfere nos processos de ensino-aprendizagem?*; iv) *como as pesquisas em Educação Matemática podem contribuir com o direcionamento de um ensino que seja antirracista?* Esses e outros questionamentos poderão ser respondidos com pesquisas futuras para avançarmos em uma educação que contribua para que o ensino de matemática seja cada vez mais antirracista.

E mais, afirmamos que para seguir nessa trilha de considerar a Educação Financeira sob uma perspectiva crítica e antirracista, faz-se necessário também observar em pesquisas futuras: a) *o quanto de visibilidade se dá aos movimentos de auto-organização financeira de pessoas negras no ensino de educação financeira nas escolas?* b) *Como tais saberes poderiam ser discutidos na sala de aula de matemática?*; c) *como as pesquisas na área da História da Educação podem contribuir para a visibilização de ações de auto-organização financeira, como as que destacamos no capítulo 2?*

Nesse sentido, pensar o Antirracismo dentro da Educação Matemática, mais especificamente na Educação Financeira, não deve ser uma simples opção, mas sim uma alternativa com vistas à necessária eliminação das hierarquias existentes nas relações raciais. Para isso, futuras pesquisas do campo também precisam investigar como essas relações atuam na matemática: será que os profissionais da educação carregam estigmas que interferem na relação professor/professora e aluno/aluna ou no ensino e aprendizagem matemática?

Ademais, os currículos da formação de professores e do ensino básico precisam reconhecer a história do povo negro, sem depreciá-la, cumprindo a lei 10.639/2003 e

contribuindo para que os jovens negros e negras ressignifiquem o lugar estrutural que foi designado no mundo, assim como o movimento negro sempre fez, pois:

Só é possível descolonizar os currículos e o conhecimento se descolonizarmos o olhar sobre os sujeitos, suas experiências, seus conhecimentos e a forma como os produzem. Portanto, a compreensão de que existe uma perspectiva negra decolonial brasileira significa reconhecer negras e negros como sujeitos e seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o canône, mas também o indagam e trazem outras perspectivas e interpretações. (GOMES, 2019, p. 235)

Sendo assim, finalizo a escrita desta dissertação, com a sensação de que o resultado dos caminhos trilhados na construção desta pesquisa, nestes dois anos de mestrado, foi traduzido pela minha *escrevivência* de professora-pesquisadora, somado a todos esses atravessamentos de leituras, aspirações, hipóteses, ideias, desejos de transformações, além das trocas acadêmicas e não-acadêmicas. Mas que, na verdade, me parecem ser apenas o começo, ou melhor, a continuação ancestral de tudo que ainda virá a ser construído por mim e por todas as pessoas que têm um sonho de um Brasil mais justo, democrático e menos desigual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 1.ed. São Paulo: Pólen, 2019.
- AIRES, Iolly. AmarElo: o amanhã é ancestral. **Valkirias**, 16 de set de 2021. Disponível em: < <https://valkirias.com.br/amarelo-o-amanha-e-ancestral/>>. Acesso em: 01 de maio de 2022.
- ANDREWS, G. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1998.
- BAOBÁ. **Fundo Patrimonial**. 2021. Disponível em: <https://baoba.org.br/fundo-patrimonial/> Acesso em: 27 de maio de 2021.
- BERNARDO, André. Entre infartos, falências e suicídios: os 30 anos do confisco da poupança. **Economia Uol**. Rio de Janeiro, 18 de mar de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/17/entre-infartos-falencias-e-suicidios-os-30-anos-do-confisco-da-poupanca.htm>> Acesso em: 6 de jun de 2022
- BENTO, Maria. A. S. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (org.) **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BISPO, Antonio. Colonização, Quilombos: modos e significados. **Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa**, 2015.
- BONI, Valdete.; QUARESMA, Sílvia. **Aprendendo a entrevistar como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68–80, 2005.
- BRASIL, Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 13**, de 11 de maio de 2016. Brasília, 2016
- BRASIL. Fórum Brasileiro de Educação Financeira. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. ENEF. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/enef/>> Acesso em: 08 de jul. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum: versão final**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 08 de jul. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (**Inep**). Diretoria de Avaliação da Educação Básica- Relatório Brasil no PISA, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/acoes-internacionais/pisa/resultados>> Acesso em: 08 de jul. de 2020.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: capa de matemática**. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta**. Novo Aurora, 1974.
- CAMPOS, André; KISTEMANN, Marco. **Uma proposta de Educação Financeira com Jovens- Indivíduos- Consumidores (JIC’ S)**. BoEM, Joinville, v.4. n.7, p. 211-233, ago./dez. 2016

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARRAHER, Terezinha. N.; CARRAHER, David. W.; SCHLIEMANN, Ana. D. Na vida dez; na escola zero: os contextos culturais da aprendizagem da matemática. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 42, p. 79-86, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1552>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CASTRO, Armando. A. A Irmandade da Boa Morte: Memória, intervenção e turistização da festa em Cachoeira (BA). **ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, v. 1, 2005.

CHALHOUB, Sidney. Resenha de "Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX" de João José Reis. **Afro-Ásia**, n. 39, p. 203-210, 2009.

D'AMBROSIO, Ubiratan. O Programa Etnomatemática: uma síntese/The Ethnomathematics Program: A summary. **Acta Scientiae**, v. 10, n. 1, p. 07-16, 2008.

DA SILVA, Fernanda Oliveira. Associativismo negro e a constituição de identidades étnicas e sociais em Pelotas. 2010.

DE BRITTO, Reginaldo; KISTEMANN JR, Marco; DA SILVA, Amarildo. Sobre discursos e estratégias em Educação Financeira. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 7, n. 1, 2014.

DE BRITTO, Reginaldo; KISTEMANN JR, Marco; DA SILVA, Amarildo. Sobre discursos e estratégias em Educação Financeira. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 7, n. 1, 2014.

DE JESUS, Ronaldo Pereira; LACERDA, David Patrício. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 126-142, 2010.

DE MESQUITA SANTOS, Mariana. O Rosário e suas contas: redes associativas e cidadania de membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho (Salvador, 1880-1930). **Revista Crítica Histórica**, v. 12, n. 23, p. 222-265, 2021

DO NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra, 1978.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas**, v. 1, p. 62-83, 2005.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, p. 26-47, 2020.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Levi. Princesa Isabel e o mito da redentora que aboliu a escravidão no Brasil. **Mundo Negro**. 13 de maio de 2021. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/princesa-isabel-e-o-mito-da-redentora-que-aboliu-a-escravidao-no-brasil/> Acesso em: 25 de maio de 2022.

FIorentini, Dario. **Alguns modos de ver e conceber o ensino de matemática no Brasil**. Zetetiké. Zetetike, v. 3, n. 1, 1995.

FIorentini, Dario; LOrenzato, S. **Breve História da Educação Matemática Brasileira Enquanto Campo Profissional e Científico**. Investigação em Educação Matemática, p. 15–39, 2006.

GOMES, Nilma. **Movimento negro e educação**: Ressignificando e politizando a raça. Educação e Sociedade, v. 33, n. 120, p. 727–744, 2012.

GOMES, Nilma. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROsFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Editora Record, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. **SILVA, Luiz Antônio. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, DF: Anpocs, p. 223-244, 1983.

GRINBERG, Keila. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2.ª metade do século XIX). **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, p. 137-158, 2011.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. desemprego. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 20 set de 2021.

KISTEMANN, Marco Aurélio Jr. **Economização, capital humano e literacia financeira na ótica instrumental da OCDE e da ENEF**. p. 15-52 In CAMPOS, Celso; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva (organizadores). Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: pesquisa e reflexões. Taubaté: Editora Akademy, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)**. Editora Companhia das Letras, 2019.

LAGO, Luis. Olha a rifa, qual número você quer? Conheça a profissão que mais cresceu na comunidade nos últimos tempos. **NordesteSou**. Salvador, 23 de abril de 2021. Disponível em: <<https://nordesteusou.com.br/noticias-do-nordeste/olha-a-rifa-qual-numero-voce-quer-conheca-a-profissao-que-mais-cresceu-na-comunidade-nos-ultimos-tempos/>> Acesso em: 6 de jun de 2022.

LISBOA, Vinícius. CNC: percentual de famílias com dívidas chega a 72,9%. **Agência Nacional**, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/cnc-percentual-de-familias-com-dividas-chega-729>>. Acesso em : 20 set de 2021

LUDGERO, Paulo. A natureza jurídica da rifa. **Jusbrasil**, 2020. Disponível em: <<https://ludgeroadvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/893106229/a-natureza-juridica-da-rifa>>. Acesso em: 6 de jun de 2022.

LUZ, Lúcia; BAYER, Arno. **Matemática Financeira na Educação Básica**. Educação Matemática no Médio. Rio Grande do Sul. vi congresso internacional de Ensino da Matemática. ULBRA, 2013.

MACHADO, Luana Verena Nascimento. **Poder feminino e identidade na Irmandade da Boa Morte**. 179f. 2013. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ciências Sociais, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, Bahia, 2013.

MATIAS, Átila. "Trabalho informal"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/empregos-informais.htm>. Acesso em 28 de maio de 2022.

MAZUI, Guilherme. 'No Brasil não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghm>> Acesso em: 05 de dez de 2020.

MANO A MANO - Mano Brown recebe Sueli Carneiro. [Locução de]: Mano Brown. Entrevistada: Sueli Carneiro. Spotify Studios, 26 maio. 2022. **Podcast**. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrmog0RkUnCPr>> Acesso em: 28 de maio de 2022

MIGUEL, Antonio. et al. **A educação matemática: breve histórico, ações implementadas e questões sobre sua disciplinarização**. Revista Brasileira de Educação, n. 27, p. 70–93, 2004.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: entre saberes e práticas. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 121-142, 2001.

Negros representam 56% da população brasileira, mas representatividade em cargos de decisão é baixa. **Senado notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/08/negros-representam-56-da-populacao-brasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa>> Acesso em: 08 de dez de 2020

OBSERVASSA. **Observatório de bairros Salvador: Chapada do Rio Vermelho**. Disponível em: <<https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/chapada-do-rio-vermelho>>. Acesso em: 6 de abr. de 2022.

OBSERVASSA. **Observatório de bairros Salvador: Nordeste de Amaralina**. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/nordeste-de-amaralina>. Acesso em: 6 de abr. de 2022.

OBSERVASSA. Observatório de bairros Salvador: Chapada do Rio Vermelho. Disponível em: <<https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/santa-cruz>>. Acesso em: 6 de abr. de 2022.

OBSERVASSA. Observatório de bairros Salvador: Chapada do Rio Vermelho. Disponível em: <<https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/vale-das-pedrinhas>>. Acesso em: 6 de abr de 2022.

OLIVEIRA, Taís. **Redes Sociais Na Internet E a Economia Étnica: Breve Estudo Sobre O Afroempreendedorismo No Brasil. A Influência da Comunicação**, n. March, p. 277–289, 2019.

OLIVEIRA, Thiago Alvarenga de. **Ato de poupar dos escravos: poupanças de escravos no Rio de Janeiro ao longo do século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofias, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2016.

PAULANI, Leda. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 115–127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138>. Acesso em: 27 maio. 2021.

PEREIRA, Amílcar. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Amílcar Araujo. **Black lives matter nos currículos? imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 122-143, abr./jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145589>

PEREIRA, Amílcar Araujo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 25, n. 50, p. 291-311, 2012.

PEREIRA, Amílcar Araujo; OLIVEIRA, Julio Cesar Correia de, LIMA, Thayara Cristine Silva. **Memórias do Baobá: Raízes e sementes na luta por equidade racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Kitabu Editora, 2015.

PINHEIRO, Bárbara. C. S. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, [S. l.]**, v. 19, p. 329–344, 2019. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2019u329344. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/13139>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PINTO, Júlio. R. DE S.; MIGNOLO, Walter. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 3, p. 381-402, 14 jan. 2016. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/20580>> Acesso em: 11 de ago. de 2020.

PRIMO, Bárbara Deslandes. **Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João del Rey: séculos XVIII e XIX**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado apresentado a Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. 2000.

ROSA, Milton.; OREY, Daniel. C. **Encontros polissêmicos entre a educação financeira e a etnomatemática: um ensaio teórico**. BoEM, Boletim Online de Educação Matemática, v. 4, n. 7, p. 139–162, 2016.

SAKAMOTO, Leonardo. Racismo estrutural: Desemprego entre negros é maior que a média nacional. **Geledés**, 2019. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/racismo-estrutural-desemprego-entre-negros-e-maior-que-a-media-nacional/> >. Acesso em: 20 de setembro de 2021

- SANTOS, Maria Angélica. **O lado negro do empreendedorismo: afroempreendedorismo e black money**. 1. Ed. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SANTOS, Naiane Silva. COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA NO AGLOMERADO DE BAIRROS NORDESTE DE AMARALINA. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 2879-2895, 2019.
- SARAIVA, Karla. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, n. 66, p. 157-173, 2017.
- SCHUMPETER, A Joseph. Teoria do desenvolvimento econômico. **São Paulo: Abril Cultural**, 1982.
- SKOVSMOSE, Ole. Cenários para investigação. **Bolema-Boletim de Educação Matemática**, v. 13, n. 14, p. 66-91, 2000.
- SKOVSMOSE, Ole. **Inclusões, Encontros e Cenários**. Inclusions, Meetings and landscapes. *Educação Matemática em Revista*, Brasília, v.24, n.64, p. 16–32, 2019.
- SOLER, Juan. **La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a la construcción de Otra economía**. La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a la construcción de Otra economía, v. 3, n. 4, p. 46–65, 2011.
- TEIXEIRA, James. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e Matemática Financeira**. p. 160, 2015.
- TEIXEIRA, Paulo. **Educação Financeira Crítica: questões e considerações**. Financial Education criticism : issues and considerations. *BoEM*, Joinville, v.4. n.7, p. 163-193, ago./dez. 2016.
- TEIXEIRA, Vilmaria Lúcia Rodrigues. **NEGRAS SENHORAS: As mulheres africanas forras e sua inserção sócio-econômica na comarca do Rio das Mortes (1750-1810)**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TRUZZI, Oswaldo; SACOMANO NETO, Mário. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 1-12, 2007.
- VAINER, Carlos. “**Estado e raça no Brasil**. Notas exploratórias” *Estudos Afroasiáticos*, nº 18, 1990.
- VILLA, Carlos Eduardo Valencia. **Ao longo daquelas ruas: a economia dos negros livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 400 p.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula rasa**, n. 9, p. 131-152, 2008.

**APÊNDICE A –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE
ESCLARECIDO (TCLE)**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE MATEMÁTICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Entrevistado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa vinculada à dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, que eu, Tamires Torres da Purificação, estou cursando, e que tem como objetivo **investigar a educação financeira numa perspectiva antirracista para contribuir na discussão da problemática da desigualdade econômica**. Dessa forma, a proposta consiste em analisar ações históricas (conscientes ou não) de organização financeira que pessoas negras têm mobilizado ou feito para viverem dentro dessa estrutura capitalista que entendo como desigual. Para a realização dessa pesquisa, planejo a realização de uma entrevista com alguns moradores do bairro Nordeste de Amaralina, Salvador-Bahia. Para isso, gostaria de contar com a sua participação.

A entrevista será realizada virtualmente através da plataforma Google Meet (caso você já tenha o aplicativo) - o link será enviado após o consentimento de participação, ou por uma chamada de vídeo pelo aplicativo WhatsApp. Em um momento anterior à entrevista síncrona, será enviado um formulário virtual: GoogleForms pré-entrevista, para que você responda. Mas toda e qualquer pergunta só será feita após o seu consentimento de participação da pesquisa. Mas a fim de ter conhecimento sobre tópicos que serão abordados durante a entrevista são sobre: i) visão do bairro Nordeste de Amaralina em relação a atividades que envolvem a circulação e movimentação de dinheiro; ii) sobre o caixa financeiro, uma prática que alguns grupos realizam para guardar dinheiro e iii) relação com dinheiro e impressões sobre educação financeira.

Dos **riscos** de participação da pesquisa: cansaço ou aborrecimento ao responder os questionário ou às perguntas feitas durante a entrevista; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre gênero, autodeclaração racial, divisão de trabalho familiar ou satisfação profissional; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas; dano; quebra de anonimato.

Dos **benefícios**: Através de sua participação na pesquisa, você contribuirá para entendimento de como alguns moradores de um bairro periférico têm se organizado financeiramente, mesmo diante dos cenários de desigualdades existentes. E isso possivelmente contribuirá nas estratégias para

o desenvolvimento do ensino de Educação Financeira no Brasil. Esse estudo não cria nenhum tipo de ônus para você, sendo todos os custos de total responsabilidade dos pesquisadores. Sua participação será voluntária, ou seja, você não receberá nenhuma retribuição financeira.

Do **sigilo**: Todos os dados da pesquisa serão armazenados pela pesquisadora responsável e em nenhum caso sua identidade será divulgada para pessoas que não são os pesquisadores deste projeto.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/HUCFF/FM/UFRJ, R. Prof. Rodolpho Paulo Rocco, n.º 255, Cidade Universitária/Ilha do Fundão, 7º andar, Ala E - pelo telefone 3938-2480, de segunda a sexta-feira, das 8 às 16 horas, ou por meio do e-mail: cep@hucff.ufrj.br.

Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo antes ou durante seu desenvolvimento, ou desistir de fazer parte dele, poderá entrar em contato comigo pessoalmente, pelo e-mail tamystorres@hotmail.com, ou através do telefone (71) 99651-0326, a qualquer momento. Se você estiver de acordo em participar, posso garantir que as informações fornecidas serão confidenciais, sendo que o nome do(a) participante não será utilizado em nenhum momento a menos que seja em comum acordo com você. As informações coletadas poderão ser utilizadas em publicações como livros, periódicos ou divulgação em eventos científicos.

Caso você se sinta incomodado(a) em qualquer etapa da pesquisa ou por alguma pergunta que você não queira responder, você poderá entrar em contato comigo, para que possamos solucionar o problema. Você pode desistir de participar da pesquisa a qualquer instante sem qualquer penalização. Nessas situações, enviarei a resposta de ciência de seu interesse como participante de pesquisa em retirar seu consentimento. Este termo de compromisso é o seu documento que comprova que me comprometo a preservar os seus dados e a sua integridade durante a pesquisa. Você terá garantido o seu direito a buscar indenização por danos decorrentes da pesquisa (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens IV.3 e V.7; e Código Civil, Lei 10.406 de 2002, artigos 927 a 954, Capítulos I, "Da Obrigação de Indenizar", e II, "Da Indenização", Título IX, "Da Responsabilidade Civil").

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é emitido em duas vias, que serão rubricadas e assinadas por você, participante da pesquisa, e por mim, pesquisadora responsável, sendo que uma destas cópias permanecerá com você. Ênfase que por se tratar de uma pesquisa com entrevista e produção de dados virtuais, se torna importante que você guarde em seus arquivos uma cópia deste documento eletrônico.

Declaração do voluntário(a): Declaro que tive tempo para ler e pensar (além de esclarecer minhas dúvidas) sobre as informações contidas neste documento, termo de consentimento, antes de entrar para a pesquisa. A pesquisa foi explicada claramente e eu entendi os objetivos do trabalho. Eu

concordo em, voluntariamente, participar desta pesquisa. Recebi informações específicas sobre o estudo que participarei, dos desconfortos ou riscos previstos, tanto quanto dos possíveis benefícios futuros para outros participantes. Mais ainda, concordo com quanto a análise e divulgação das demais informações fornecidas que serão coletadas. Todas as minhas dúvidas foram respondidas e sei que poderei solicitar novos esclarecimentos a qualquer momento. Além disso, sei que se novas informações forem obtidas durante o estudo me serão fornecidas e que terei liberdade de retirar meu consentimento livre e esclarecido de acordo com estas informações.

Consentimento Pós-informação

- Declaro que li e concordo em participar da pesquisa

Nome do(a) participante da pesquisa:

Assinatura do(a) participante da pesquisa:

Data: _____

Nome do Pesquisador: Tamires Torres da Purificação

Assinatura do pesquisador:

Data: _____

APÊNDICE B – FORMULÁRIO PRÉ- ENTREVISTA

(Pré) Entrevista Pesquisa

Este formulário faz parte da pesquisa de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEMAT/UFRJ), da mestranda Tamires Torres da Purificação, orientada pelo Prof Dr. Cleber Dias da Costa Neto, intitulada "A educação financeira numa perspectiva antirracista: interpelando projetos hegemônicos de poder a partir de movimentos de auto-organização financeira negra".

tamystorres26@gmail.com (não compartilhado) [Alternar conta](#)

*Obrigatório

Nome Completo *

Sua resposta

Idade *

Sua resposta

Gênero *

- Feminino
- Masculino
- Outro:

Autodeclaração Étnico-racial *

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Prefiro não declarar
- Outro:

Estado *

Civil

- Solteiro(a/e)
- Casado(a/e)
- Separado(a/e)
- Divorciado(a/e)
- Viúvo(a/e)
- União Estável
- Outro:

Você tem filhos(as/es)? Caso tenha, quantos? *

Sua resposta

Endereço *

Sua resposta

Tipo de Moradia *

- Aluguel
- Casa Própria
- Cedida
- Outro:

Com quantas pessoas você mora? *

Sua resposta

Formação *

- Sem escolaridade
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Formação Técnica
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós- Graduação (Lato sensu)
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado
- Outro:

Profissão *

Sua resposta

Você está trabalhando atualmente? *

- Sim
- Não

Assinale a opção que apresenta sua faixa salarial familiar: *

- até 2 salários mínimos (até R\$ 2.090,00)
- de 2 a 4 salários mínimos (R\$ 2.090,01 a R\$ 4.180,00)
- de 4 a 10 salários mínimos (R\$ 4.180,01 a R\$ 10.450,00)
- de 10 a 20 salários mínimos (R\$ 10.450,01 a R\$ 20.900,00)
- acima de 20 salários mínimos (R\$ 20.900,01 ou mais)

APÊNDICE C – ESTRUTURA ENTREVISTA PESQUISA

Pré- entrevista: “caracterização” do entrevistado - Formulário:

<https://forms.gle/nGwL7WhqGWimHzyF9>

- Nome
- Idade
- Gênero
- Autodeclaração étnico-racial:
- Estado Civil
- filhos
- Endereço
- Tipo de moradia- aluguel, casa própria ou cedida
- Com quantas pessoas mora?
- Formação
- Profissão
- você está trabalhando atualmente?
- Informação sobre renda familiar

Para quebrar o gelo: Pedir para a pessoa se apresentar, falar um pouco sobre a pesquisa.

Eixos

1. Visão do bairro

- Como ocorrem as atividades que as pessoas realizam no bairro que envolvam a movimentação ou circulação de dinheiro? **(Com que frequência, atividades formais/ informais...)** Quais são os impactos causados no seu bairro com as atividades que você mencionou?
- Os empreendedores e comerciantes do bairro são moradores de lá? Você acha que existe algum fator para que seja de tal forma? **(Para quem empreende ou for comerciante direcionar as perguntas para o negócio da pessoa)**
- Como você acha que o cenário da pandemia impactou nessas atividades financeiras do bairro?

2. Caixa Financeiro (perguntar se a pessoa conhece, caso não, explicar o que é e também se já ouviu falar com outro nome)

- Você já organizou ou participou de algum? -> Se sim, como era? **(Qual a dinâmica de funcionamento?)**/ Quanto tempo? O que faz as pessoas confiarem e participarem? Quem organiza tem algum benefício a mais?

- Por que recorrer ao caixa financeiro?
- Como é a sua relação com o banco? (Você confia, utiliza muito..., faz muitas transações, saques, pix)
- Você faz algum tipo de poupança ou investimento no banco? Quais? Por quê?
- Se tivesse que escolher entre colocar o dinheiro no caixa financeiro ou no banco, qual seria sua escolha? Por quê?
- Você conhece outras pessoas que realizam esse tipo de atividade (caixa financeiro) ou outra atividade semelhante que envolve alguma espécie de organização econômica? (Quais?)

3. Relação com o dinheiro e Educação Financeira

- Você costuma poupar? (Caso sim: como?. Caso não: por quê?, Mas você não participa do caixa financeiro- no caso de quem participa ou participou)
- Você costuma investir? (Exemplificar - rifas, o investimento no negócio)
- Para você, o que é ser organizado financeiramente?;
- Você se considera uma pessoa organizada financeiramente? Por quê?; “você acha que sua família (nuclear) se organiza financeiramente? (tem dificuldade em guardar dinheiro?...) você sabe como parentes antigos ou mais distantes se relacionam/relacionavam com o dinheiro? Por exemplo, se faziam algo para guardar ou economizar?;
- Na época em que você estudava, você lembra se nas aulas de matemática, era abordado algum assunto que se relacionasse com questões financeiras e econômicas? Se sim, quais? (Caso a resposta seja não, perguntar: “porque você acha que essa discussão não está presente na escola?”)
- “fortalecer a economia local, é educação financeira?”

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Optamos por colocar as transcrições completas das entrevistas em uma pasta do Google Drive, a fim de ter um controle maior dos acessos. O Link para a pasta é:

https://drive.google.com/drive/folders/1g8XQzy_6joDd7XmcmXDGm_2wS-56cF6G?usp=sharing

Qualquer dúvida escrever para: tamystorres@hotmail.com ou clebneto@gmail.com.

